

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)
Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciências Sociais

OS POBRES E SUAS POSIÇÕES SOCIAIS NO BRASIL

Por
Clayton Sirilo do Valle Furtado

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

OS POBRES E SUAS POSIÇÕES SOCIAIS NO BRASIL

Clayton Sirilo do Valle Furtado

Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos
(UFJF - Orientador)

Prof^a. Dr^a . Maria Celi Ramos da Cruz Scalon
(UFRJ)

Prof. Dr. Eduardo Magrone
(UFJF)

UFJF

2007

Dedico com carinho esse trabalho à minha esposa Fátima que esteve ao meu lado mesmo nos momentos mais difíceis.

Índice

INTRODUÇÃO	3
1 POBREZA: UM PANORAMA GERAL	9
1.1 Conceitos e mensuração.....	9
1.2 Desigualdades e políticas (1995 -2004).....	13
1.2.1 A Comunidade Solidária.....	16
1.2.2 Fome Zero.....	18
1.3 Análise do panorama.....	20
2 A CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	27
3 CLASSIFICAÇÃO DOS POBRES: QUESTÕES, CONSTRUÇÃO E ANÁLISE	54
3.1. A construção da classificação.....	58
3.1.1 A linha de pobreza.....	62
3.2 Variáveis de estratificação (moduladoras).....	64
3.3 Análise sociológica da classificação dos pobres.....	65
4 ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA POBREZA: GÊNERO, RAÇA E IDADE	79
4.1 Gênero.....	81
4.2 Raça.....	94
4.3 Idade.....	104
CONCLUSÃO	120
BIBLIOGRAFIA	132
WEBGRAFIA	135
ANEXO 1	136
ANEXO 2	138
ANEXO 3	165

Lista de tabelas, quadros e figuras

Tabelas

Tabela 1 – Cruzamento de posições sociais por linha de pobreza, contribuição para a pobreza geral e composição interna (entre parênteses) nas posições. Acompanha índice de representação da posição dos pobres.....67

Tabela 2 – Cruzamento de posições sociais agregadas por linha de pobreza, contribuição para a pobreza geral e composição interna (entre parênteses) nas posições. Acompanha índice de representação da posição dos pobres.....75

Tabela 3 – Cruzamento da população total em gênero e linha de pobreza. Composição percentual da pobreza por gênero e de gênero por pobreza (entre parênteses).....82

Tabela 4 – Cruzamento de posições sociais por gênero e linha de pobreza. Acompanha índice de representação de pobres segmentado em gênero pela porcentagem total interna de cada posição.....84

Tabela 5 – Cruzamento de posições sociais (6 ou mais anos de estudo) por gênero e linha de pobreza. Acompanha índice de representação por gênero.....92

Tabela 6 – Cruzamento da população total em raça e linha de pobreza. Composição percentual da pobreza por raça e de raça por pobreza (entre parênteses).....97

Tabela 7 – Cruzamento de posições sociais por raça e linha de pobreza. Acompanha índice de representação de pobres segmentado em raça pela porcentagem total interna de cada posição.....99

Tabela 8 – Cruzamento da população total por idade e linha de pobreza com composição percentual da pobreza por idade e da idade por pobreza (entre parênteses). Acompanha Índice de representação dos pobres por porcentagem total109

Tabela 9 – Cruzamento de posições sociais por idade e linha de pobreza. Acompanha índice de representação de pobres segmentado por grupos de idade pela porcentagem total interna de cada posição.....112

Tabela 10 – Cruzamento de posições sociais agregadas por idade e linha de pobreza. Acompanha índice de representação de pobres segmentado por grupos de idade pela porcentagem total interna de cada posição.....119

Quadros

Quadro 1 – Nordeste rural X São Paulo metrópole.....14

Quadro 2 – Agenda Básica da Comunidade Solidária.....17

Quadro 3 - Esquema das propostas do Projeto Fome Zero.....19

Quadro 4 – Tipos gerais de explicação da pobreza.....	31
Quadro 5 – Aspectos da pobreza.....	36
Quadro 6 – Dimensão estrutural da pobreza.....	43
Quadro 7 – Posições sociais criadas.....	60
Figura	
Figura 1 – Pirâmide dos conceitos de pobreza.....	34

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Universidade Federal de Juiz de Fora que me acolheu em sua primeira turma de Mestrado em Ciências Sociais. Na verdade, sinto-me honrado e profundamente grato por ter feito parte desta instituição, cujos primeiros contatos com as ciências sociais iniciaram-se em 1998, ainda aluno de graduação.

Devo destacar o papel ímpar do professor José Alcides que acolheu a proposta de trabalho e soube orientar de maneira presente e atuante os passos dessa dissertação. Além disso, ele foi o responsável por me apresentar o universo intrigante das análises e estratificação de dados que, sem dúvida, serão ferramentas básicas que jamais esquecerei.

Demonstro toda minha gratidão ao competente e qualificado corpo docente do mestrado que não mediu esforços para o alto nível das disciplinas ministradas no curso. Esforço que foi desempenhado em dobro pelo professor Rubem Barboza Filho, também coordenador do curso, e que garantiu total condição para o seu funcionamento.

Fui bolsista da CAPES no mestrado durante 24 meses. Tal fato, permitiu-me dedicar de maneira exclusiva e intensiva na produção desta dissertação. Com isso, só me resta agradecer profundamente a essa instituição brasileira de fomento à pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer a oportunidade de conviver e trocar idéias, sempre que possível, com os colegas de mestrado, em especial a Ana Cristina cuja afinidade de temas e opções ideológicas fez com que nosso contato fosse mais permanente durante o curso. Por fim, sou eternamente grato à minha mãe, meu pai e minha esposa que me apoiaram não apenas durante o mestrado, mas em todos os momentos importantes da minha vida.

"Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (Karl Marx)

Introdução

É cada vez mais difícil aceitar a existência da pobreza em meio a abundância. No Brasil, país que aparece em termos de distribuição de renda dentre os mais desiguais do mundo, não é diferente. Uma pequena quantidade de pessoas se apropria quase da mesma parcela de renda que os 50% mais pobres¹. Isso significa que a desigualdade mantém, pelo menos no caso brasileiro, uma forte relação com a pobreza, o que evidentemente não se limita apenas à renda, mas também a inúmeros outros tipos de desigualdades.

No plano individual, além da renda, existe também a desigualdade de ativos (patrimônio, riqueza herdada, meios de produção, recursos de qualificação, etc.) e ainda tantas outras divisões socialmente construídas, como gênero, raça e idade. No plano geográfico, o País apresenta profundas desigualdades socioeconômicas entre regiões (ex: sudeste e nordeste). O fato então é que o Brasil, na verdade, não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, levando-se em conta as inúmeras desigualdades existentes.

Há um certo consenso na sociedade e mesmo no governo de que a pobreza precisa ser reduzida, e isso, em parte, pode ser explicado porque o mundo ocidental desenvolveu a consciência de constituir uma humanidade à qual pertencem todos os habitantes do planeta. Defendido o princípio de que todos os homens têm os mesmos direitos e são iguais perante a lei fica cada vez mais difícil justificar a existência das desigualdades sociais. Onde estariam os direitos sociais? O direito a uma vida digna?

Nessa visão de desigualdade inaceitável, o tema da pobreza no Brasil, sobretudo da pobreza de muitos em meio a abundância de poucos, adquire um caráter mais inaceitável ainda. Mais do que dados e teorias, ela é visível, quando ao lado de bairros nobres das grandes metrópoles vêem-se favelas enormes, ou ainda, quando um garoto no sinal pede dinheiro na janela de carros que, em valor, alimentaria inúmeras famílias pobres. Mais do que a interação entre pobres e ricos é o próprio consumo ostentatório permitido pelos avanços do capitalismo que torna a pobreza mais vergonhosa e condenável.

Uma vez justificado o interesse e a importância de se tratar o tema da pobreza no meio acadêmico, podemos avançar, elucidando resumidamente a

¹ Em 2004 a camada 1% mais rica da sociedade apropriava-se de 12,96% da renda, enquanto isso no mesmo ano os 50% mais pobres tinham acesso a 13,85% da mesma (Tabela 3 do anexo 1).

contribuição desta dissertação com teorias, dados e construções empíricas para uma nova descrição e análise da pobreza no país. Tal fato é fundamental para elaboração de políticas mais eficazes, pois, se não se conhece ou se delimita adequadamente as dimensões do fenômeno, dificilmente se consegue combater a sua geração e reprodução.

Durante muitos anos, a pobreza foi mensurada e descrita única e praticamente através do paradigma da renda. A representação mais fiel desse paradigma reside na utilização das linhas de pobreza, ou seja, calcular ou estabelecer um valor monetário que, a partir do momento em que o indivíduo não atinja tal valor, ele será considerado pobre. Resumidamente, o paradigma da renda trata e mensura a pobreza de maneira unidimensional. O enfoque se dá em relação aos resultados (renda) e não sobre as determinantes da renda; além disso, a unidade de análise é o indivíduo.

Nos últimos anos, encontra-se em construção um novo paradigma alternativo para o estudo e análise da pobreza. Uma referência atualizada sobre o novo paradigma pode ser encontrada no livro *Poverty and Inequality*, editado por David Grusky e Ravi Kanbur (2006). Nessa nova abordagem, a mudança principal está no enfoque sobre as determinantes da renda (fontes de renda, ativos, etc.) e não nos resultados (renda). Logo, a multidimensionalidade passa a ser levada em consideração através de outros fatores que também são importantes para determinar as chances do indivíduo ser pobre ou não. A unidade de análise passa a ser os grupos e/ou classes e não mais os indivíduos. Sendo assim, capta-se o fato dos indivíduos não estarem "soltos" na sociedade. O entendimento defendido aqui representa uma forma de priorizar os "determinantes de resultados". As relações entre as pessoas e os grupos seriam mediadas pela posição social (atividade exercida ou forma típica de exclusão) que as pessoas ocupam, e tal posição, por sua vez, determinaria diferentes trajetórias e chances de vida.

Durante este trabalho, o leitor perceberá que o paradigma da renda ainda não foi completamente superado. Talvez no momento nem fosse interessante retirá-lo das análises da pobreza, pois como foi dito, o novo paradigma ainda encontra-se em construção e a renda, apesar de ser apenas um resultado, é ainda uma importante dimensão da pobreza, visto que é por meio dela que a maioria das pessoas adquirem bens e serviços necessários à sobrevivência. Contudo, entendemos as limitações do paradigma da renda e, nesse sentido, o cerne do trabalho apoia-se fortemente em

elementos do novo paradigma, principalmente através da lógica de análise de classe, que aparece como um possível caminho a ser trilhado, na medida em que ela expõe os condicionamentos e trajetórias impostos pelas diferentes atividades, variados meios pelos quais o indivíduo obtém sua renda, deslocando assim a importância do resultado (renda) para os determinantes (fontes de renda).

A pobreza compreendida como fenômeno multidimensional não deve ser tratada de maneira restrita por apenas uma disciplina (ex: economia). Para se chegar à compreensão mais refinada do fenômeno é fundamental uma abordagem interdisciplinar e, nesse sentido, a sociologia pode lançar luz sobre as lacunas da abordagem da renda, predominante na teoria econômica. De maneira geral, não existe motivo para um paradigma eliminar a existência do outro. Na realidade, o cenário em que vivemos presencia a morte dos grandes paradigmas explicativos pelos pós-modernos. Dessa forma, na operacionalização do trabalho o leitor verificará que, ao lado de inovações (posições sociais dos pobres), existe ainda a questão da renda através dos cortes das linhas de pobreza.

No capítulo 1, balizado quase em sua totalidade pela literatura econômica, fez-se uma abordagem sobre o assunto da pobreza. Buscou-se primeiramente esboçar os conceitos de pobreza e as formas de sua mensuração, os quais variam em termos conceituais de pobreza como mínimo necessário à sobrevivência do indivíduo até as capacidades de funcionamentos de Amartya Sen. No tocante à mensuração, foram mencionadas as linhas de pobreza e os indicadores sintéticos existentes no Relatório de Desenvolvimento Humano (IDH e IPH), e de suas principais limitações. Para integrar o panorama da pobreza, foram mencionadas as heterogeneidades de apresentação do problema que, no nordeste, se aproxima de uma pobreza mais tradicional e nas metrópoles do sudeste de uma pobreza de caráter mais urbano. A desigualdade de renda, bastante elevada no Brasil, também foi tratada nesse capítulo, bem como sua relação com a pobreza. Além disso, foram mencionadas as duas últimas estratégias implementadas pelo governo federal nos últimos anos que visam combater a pobreza e a fome. Por fim, este capítulo encerra-se com um balanço do panorama que revela, dentre outros aspectos, a importância conceitual adequadamente o fenômeno e como tal forma traz implicações para a mensuração da pobreza, o que por sua vez serve de suporte para a implementação das políticas de combate.

No capítulo 2, apesar de citar autores da área econômica, o enfoque principal recaiu no sentido de demonstrar o que a sociologia poderia oferecer para a compreensão e a descrição da pobreza brasileira. Nesse sentido, esboçou-se de maneira mais clara o novo paradigma de análise da pobreza e seus principais parâmetros. De acordo com isso, um possível caminho de abordagem da pobreza seria a utilização da análise de classes para verificar o que determina a renda, ou seja, as condicionantes da renda e, conseqüentemente, as chances de os indivíduos serem ou não pobres. Dentre os autores, há um peso no fio condutor marxista que parte das primeiras denúncias de Karl Marx às desigualdades geradas pelo sistema capitalista e assume um desenvolvimento enriquecido no marxismo sociológico de Erik Olin Wright. Na abordagem das especificidades da estrutura social brasileira, beneficia-se do trabalho de José Alcides Figueiredo Santos (2002 e 2005). O que importa nessa perspectiva é a influência da posição de classe e das desigualdades para a formação e reprodução da pobreza, o que se traduz em noções como a exploração e a opressão. A primeira operando basicamente através da apropriação desigual do que é gerado por determinadas atividades, e a segunda por meio da falta de acessos a recursos básicos. Do ponto de vista das desigualdades, esta abordagem, em sua versão contemporânea, não ignora as desigualdades de fatores construídos e atribuídos socialmente como gênero, raça e idade, o que também, de alguma forma, conecta-se a determinados tipos de opressão.

Poder-se-ia dizer que o capítulo 3 é o cerne da dissertação. É nele que procuramos, através das abordagens teóricas e dados, lançar questionamentos e tentar respondê-los de maneira empírica. A primeira questão avalia e levanta a hipótese de que a natureza da inserção corporificada pelo tipo, *status* da ocupação e o controle de ativos importantes, dentre outros, nas posições sociais, determinaria as chances de ser ou não pobre. A segunda questão se liga à primeira, na medida em que foram inseridas separadamente as variáveis gênero, raça e idade para observar a acentuação ou atenuação da pobreza dentro das posições sociais.

A operacionalização do trabalho contou com a fusão do arquivo de pessoas e domicílios da PNAD de 2004 e foi basicamente dividida em três fases. Em primeiro lugar foi construído um modelo analítico das posições sociais com ênfase nos pobres e baseado principalmente na ocupação, *status* (posição) da ocupação, ativos (estabelecimento, terras, empregados, etc.), informalidade (contribuição para a previdência, para diferenciar uma parte dos trabalhadores), situações de dependência

da renda domiciliar (ex: afazeres domésticos, estudantes) ou transferências ou benefícios do governo (ex: programas de transferência de renda, LOAS, Aposentadoria) e situações mais críticas (ex: desemprego, dependência de doação de não-morador). Em segundo lugar, foram empregados os valores das linhas de pobreza na delimitação dos pobres e não-pobres que se encontravam nas categorias socioeconômicas. Por fim, com o instrumento construído as posições sociais foram estratificadas através de raça, gênero e idade. Na última parte desse capítulo, o leitor encontrará as análises do instrumento analítico construído que objetivaram responder à primeira questão.

O capítulo 4 busca responder à segunda questão do trabalho. Dessa forma, categorias sociológicas de gênero, raça e idade, separadamente, foram associadas às posições sociais construídas no capítulo anterior. Tal mecanismo serviu para analisar a possível desvantagem de certas categorias serem capturadas pela pobreza, mesmo dentro das posições sociais, mais facilmente que outras. As suspeitas acerca das categorias mais vulneráveis à pobreza foram indicadas por sintéticas discussões teóricas que antecedem a análise empírica de cada variável. Tal esforço também serviu para demonstrar como as desvantagens são construídas socialmente e favorecem determinadas categorias em detrimento de outras.

Na conclusão, foi realizado um balanço do trabalho, demonstrando o motivo das opções teóricas e o papel das mesmas na composição do novo paradigma para se estudar a pobreza. Também houve uma tentativa de esclarecer a possível polêmica de conjugar a análise de classe dentro da sociologia à utilização das linhas de pobreza do paradigma da renda muito apreciado entre a maior parte dos economistas. Ao término da conclusão, o leitor encontrará um resumo dos principais resultados das análises empíricas em resposta às duas questões e a menção de algumas limitações que o trabalho apresentou e que, possivelmente, serão superadas em sua fase posterior.

Antes de adentrar na leitura da dissertação, é importante salientar que a abordagem aqui empregada é um dos caminhos possíveis para estudar a pobreza no Brasil através da proposta de um novo paradigma, e mesmo as variáveis aqui trabalhadas empiricamente não esgotam a amplitude do problema. Entretanto a ampliação de variáveis também esbarra na disponibilidade da PNAD. Por fim, é fundamental que o leitor compreenda que se trata de um esforço novo no Brasil. Explica-se: utilizar a análise de classe através da construção de posições sociais para

se estudar a pobreza é algo inédito e na maior parte dos casos tal fato causa uma certa desconfiança por parte daqueles que trazem consigo o preconceito da ortodoxia científica.

1 – Pobreza: um panorama geral

1.1 – Conceitos e mensuração

A definição de pobreza é fundamental para a medição da população que se encontra nessa situação, influenciando tanto no desenho como na avaliação de políticas que venham integrar propostas no sentido de redução ou erradicação da pobreza. Assim, antes de se colocar o ponto central da dissertação, é necessário que alguns conceitos sejam esclarecidos. Pobreza pode ser compreendida e definida de diversas formas, mas geralmente "é a situação social na qual as necessidades humanas básicas não estão sendo atendidas" (Albuquerque; Rocha, 2006:2). Assim, dir-se-ia que o conceito de pobreza se associa às privações, de maneira que os indivíduos que não conseguiriam satisfazer suas necessidades adequadamente, ou seja, não possuiriam os meios para tal, "a concepção de pobreza é uma deficiência de capacidades básicas para alcançar certos níveis minimamente aceitáveis" (Sen, 2001a:172). Seguindo as formas esboçadas pela literatura econômica, percebe-se que o conceito pode ser subdividido de maneira mais comum em pobreza absoluta e relativa:

pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos "relativamente pobres" em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos. (Rocha, 2005:11).

Não existe consenso na definição do que deveria ser o mínimo para a sobrevivência física. Entretanto, a maior parte dos estudos costuma se basear na

ingestão alimentar que possa suprir um requerimento calórico mínimo necessário para uma sobrevivência saudável. Por isso essa corrente tem um viés nutricional que corresponde tecnicamente à construção da linha de indigência ou pobreza absoluta, que visa caracterizar os mais pobres dentre os pobres, também denominados miseráveis ou indigentes. Por outro lado, a linha de pobreza, ainda que não incorpore uma dimensão relativa, abarcaria o conjunto de outras necessidades básicas além da alimentação como vestuário, transporte e habitação, dentre outras.

A pobreza relativa enfoca a noção de necessidades básicas circunstancialmente definidas pelas exigências do meio (sociedade):

as pessoas são relativamente pobres se não puderem usufruir, plenamente ou suficientemente, de condições de vida – isto é, dietas, amenidades, padrões e serviços – que lhes permitam atuar, participar e comportar-se tal como seria esperado, na qualidade de membros que são de uma sociedade. (Townsend, apud Lavinias, 2002:30)

É claro que definir relativamente o que é necessário é muito mais difícil. O conceito, no entanto, é mais abrangente e sensível à esfera social, ultrapassando o mínimo físico, biologicamente definido e atingido assim, a perspectiva do necessário aos homens e sua vida em sociedade. Embora o conceito de pobreza relativa represente avanços para compreensão do fenômeno, a abordagem das capacidades vai além de atender às necessidades.

A visão de Amartya Sen corrobora a compreensão de que tão importante quanto ter suas necessidades básicas atendidas é dispor de condições – meios para funcionar ou funcionamentos [*functionnings*] e um conjunto de capacidades ou habilidades [*capability set*] – que permitam obter a satisfação de tais necessidades. (Lavinias, 2002:31).

Sen propõe que “a idéia de *inadequação de renda* é mais abrangente que a de *baixa renda*, pois é mais sensível à conversão da renda em capacidades de um

modo que o tamanho da renda em si não logra ser” (Sen, 2001a:176). No Brasil, por exemplo, uma pessoa pode ganhar 300 reais/mês *per capita* em uma grande cidade e pela renda não ser considerada pobre. Mas se levar em consideração seus gastos com transporte e aluguel, o resultado final poderia revelar que uma pessoa que viva em uma pequena cidade com 140 reais/mês *per capita* (pobre de acordo com a renda) tenha o mesmo padrão e qualidade de vida que a primeira.

Neste sentido, Sen traz um ponto importante sobre renda:

se queremos identificar a pobreza em termos de renda, não pode ser adequado considerar apenas as rendas (quer dizer, se a renda é genericamente baixa ou alta), independente da capacidade para realizar funcionamentos deriváveis dessas rendas. A adequação da renda para evitar a pobreza varia parametricamente com as características pessoais e as circunstâncias (Idem:174).

Na tentativa de criar um índice que não se fundamente somente na renda como indicador de padrão de vida aceitável (casos das linhas de pobreza) foi criado o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que considera além da renda, outras características que influenciam na qualidade de vida, como esperança de vida e educação (Pnud, 2004). Em relação às comparações internacionais, também houve avanços, pois o cálculo da renda do PIB *per capita* no IDH passou a utilizar o dólar PPC (paridade de poder de compra) reduzindo a diferença de custo de vida entre os países.

Um outro indicador é o IPH (índice de pobreza humana) que se subdivide em IPH-1 e IPH-2. O primeiro para países em desenvolvimento, e o segundo para países com rendimentos elevados (OCDE). O IPH –1 para o Brasil considera três dimensões: vida longa e saudável (probabilidade de não viver até os 40 anos), conhecimento (taxa de analfabetismo de adultos) e um nível de vida digno (porcentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água tratada e porcentagem de crianças com peso deficiente para idade) (Idem).

Tais indicadores informam um pouco mais acerca do universo dos pobres, principalmente no tocante à qualidade de vida; porém, não revelam completamente como a pobreza está sendo gerada e estruturada em determinada sociedade. Pobreza pode indicar simplesmente "que falta para o pobre o acesso aos recursos básicos para

uma adequada existência humana" (Oliver e Grant, 2000:162). Os autores, no entanto, destacam que o conceito "pode remeter para os aspectos mais complexos como tendências econômicas e tecnológicas, instituições financeiras, a divisão do trabalho, estruturas políticas, infra-estrutura, cuidados com saúde e os sistemas de justiça" (Idem:162).

Os indicadores utilizados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano como o IDH e os IPH's representam uma tentativa de superação dos problemas da renda. Com isso, buscam a inclusão de outras dimensões que também são importantes para a compreensão e análise da pobreza. Assim, o raciocínio de tais indicadores orienta para o fato de que, apesar da renda ser importante, não adiantaria estar um pouco acima da linha de pobreza e viver em um meio sem saneamento e água tratada. Tais indicadores agregam, entretanto, como demonstrado anteriormente, diferentes dimensões. Nesse sentido deve-se levantar o seguinte problema no caso do IDH, por exemplo, "se cada componente da renda, da alfabetização e saúde melhoram, então nós poderíamos talvez declarar uma melhoria total no bem-estar, mas e se os componentes movem-se em direções opostas? Como eles podem ser agregados para se chegar a uma resposta aceitável?" (Grusky e Kanbur, 2006:12).

Observando-se esses indicadores, é possível constatar as carências, como no caso do IPH – 1 o baixo peso das crianças, mas somente isso é insuficiente para caracterizar a origem estrutural dos problemas. Seguindo-se o exemplo do baixo peso, poderíamos supor a carência nutricional, mas a mesma pode estar conectada à falta de acesso à renda e trabalho, ou até mesmo aos baixos salários dos empregos e subempregos do mundo informal. Portanto, para se combater a miséria é preciso captar como é engendrada. De certa forma, tal empenho será empregado, na medida do possível, no desenvolvimento deste trabalho tentando revelar quais seriam os principais mecanismos que geram o fenômeno.

Assim, em termos conceituais e de mensuração, pode-se sintetizar dizendo que "a pobreza tem caráter multidimensional e o modo como é definida determina tanto as formas de medi-la como as políticas de superá-la" (Arriagada, 2005:101). Não se pode desconsiderar que tanto nos conceitos como nas mensurações existem por trás mecanismos causadores de pobreza e que, ao mesmo tempo, podem existir de forma não explícita relações de poder tanto na geração da pobreza como também nas formas de classificar e conceituar. Uma ciência que não releva tais mecanismos

difícilmente chegará ao centro do problema, ficando fadada a reproduzir tais mecanismos e, conseqüentemente, a legitimar as desigualdades sociais, a pobreza e a miséria.

1.2 – Desigualdades e políticas (1995 – 2004)

Antes de se entrar propriamente na temática integrante do capítulo, faz-se necessário esclarecer o motivo do corte temporal. O primeiro, e por razões muito simples, credita-se ao fato de o trabalho não ter em si um cunho histórico. Sendo assim, o cerne do mesmo dirige-se para o momento atual e para questões voltadas na maneira de compreender e de descrever a pobreza no Brasil. Para situar o fenômeno no tempo a escolha recaiu no período de 1995 até 2004. Optou-se pela apresentação de um panorama geral, de forma não exaustiva, do fenômeno da pobreza nesse período.

O segundo motivo que leva a realizar tal recorte liga-se à criação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) em 24 de abril de 1993. Por meio do Decreto 807, tal conselho passou a funcionar como órgão de consulta e assessoramento do presidente da República. "O CONSEA inaugurou uma nova era, colocando na agenda do presidente da República a questão do combate à fome e à miséria como prioridade nacional" (Lara Resende, 2000:6). Dessa forma, foi a partir do CONSEA que o combate à pobreza obteve mais espaço no governo brasileiro, além de influenciar no desenho de novas estratégias de combate à pobreza como, por exemplo, a Comunidade Solidária, em 1995.

Feitas as observações iniciais, pode-se dizer que o Brasil é um país marcado por desigualdades, seja de gênero, raça, regionais e de renda, dentre tantas outras que poderiam ser citadas. Com uma grande extensão territorial e características históricas e socioculturais tão diversificadas é perceptível a heterogeneidade da pobreza no país, associada geralmente à região Nordeste. Todavia, os dados revelam que "nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro estavam representados 17% dos pobres brasileiros em 1999, enquanto que os pobres da área rural do Nordeste, 15%, constituindo, em conjunto, cerca de um terço dos pobres do país" (Rocha, 2005:182). Pode-se dizer que a severidade do problema é mais notável no sertão nordestino, representando as formas mais críticas da situação de miséria do Brasil. Por outro lado, nas grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, o número de pobres é elevado, mas proporcionalmente tal representatividade é pequena para essas cidades, embora espacialmente quase sempre apresente marcações e distinções muito

claras, como as favelas e até mesmo alguns bairros dos subúrbios onde a proporção de pobres é mais elevada. Internamente, o número absoluto é significativo nas metrópoles do sudeste, enquanto que na área rural do nordeste existem muitos municípios pequenos e médios com elevada proporção de pobres. Para visualizar a heterogeneidade da pobreza no Brasil, seria interessante observar o quadro 1.

Quadro 1 – Nordeste rural X São Paulo metrópole

Nordeste rural	São Paulo metrópole
Pobreza típica de sociedades tradicionais	Pobreza urbano-industrial
Pobres são predominantes	Interação de pobres e não-pobres
Famílias maiores	Famílias menores
Chefia feminina (16%)	Chefia feminina (32%)
Chefes analfabetos (59%)	Chefes analfabetos (13%)
Conta própria (63%), geralmente auto consumo e subemprego	Empregados (78%), destes somente 54% com carteira assinada
Crianças de 7 a 14 anos fora da escola (16%)	Crianças de 7 a 14 anos fora da escola (6%)
Acesso à energia elétrica (53%)	Acesso praticamente universal à energia elétrica

Fonte: Elaborado com base em ROCHA, Sônia (2005:182-183).

Em especial, no tocante a desigualdade de renda, é notória a sua repercussão na mídia nos últimos anos. Fato que, se por um lado pode ser explicado em parte pelo Brasil deter a penúltima posição do índice de Gini com 0,60 ficando atrás somente de Serra Leoa com 0,62,² por outro, a explicação se deve aos inúmeros trabalhos dos profissionais de Economia que atuam junto aos institutos e fundações de pesquisa como o IPEA, IBGE e FGV. Toma-se como base os estudos de Ricardo Paes de Barros (IPEA), que diz “na medida em que a renda média brasileira é significativamente superior à linha de pobreza, podemos associar a intensidade da pobreza a concentração de renda”(Barros, 2000:4). Torna-se claro que no caso do Brasil a pobreza está atrelada ao abismo da desigualdade de renda, e que, se houvesse uma melhor distribuição de renda, o país teria condições mais propícias de enfrentar efetivamente o problema da pobreza e da miséria.

Neste cenário, dados fornecidos pelo IPEA, acerca do cálculo das linhas de pobreza e indigência de 2004, indicavam 59 milhões (34%) de pessoas abaixo da linha de pobreza (não têm acesso a bens complementares básicos como vestuário,

² IPEA, 2005:60. Retirado do documento eletrônico denominado *Radar Social*, parte 3 de renda. Os dados se referem aos anos de 2000 e 2001.

habitação e transporte) e 23 milhões (13%) abaixo da linha de indigência (não têm acesso a uma cesta básica que forneça o consumo calórico mínimo)³.

Tendo em vista a redução dos indicadores acima, foi sugerido que a combinação de crescimento econômico com redução de desigualdades poderia surtir um impacto maior em relação ao combate à pobreza:

para se alcançar uma redução da extrema pobreza em 10 pontos percentuais (isto é, para reduzi-la de 15% para 5%) bastava diminuir o grau de desigualdade em 10%. Caso a mesma redução na extrema pobreza tivesse de ser alcançada apenas com crescimento econômico, sem nenhuma alteração no grau de desigualdade, a renda *per capita* precisaria mais que dobrar, o que, mesmo com um crescimento contínuo na renda *per capita* de 3% a.a, levaria 28 anos para ser alcançado”(Barros, 2003:3).

Apesar dos dados da desigualdade entre 1995 e 2004 de distribuição de rendimentos⁴ mostrarem uma pequena redução na parcela apropriada pelo 1% mais rico, tal parcela continua próxima de 13% da renda total, sem mudanças significativas. Da mesma forma, a parcela apropriada pelos 20% mais pobres não se alterou no mesmo período, permanecendo na casa dos 2% da renda total. Como pode-se perceber, é importante uma melhor distribuição de renda para se combater a pobreza. Apesar de os dados no nível nacional apresentarem tendência para a redução da desigualdade, essa mudança ainda é tímida e ocorre principalmente nos anos de 2003 e 2004, sendo portanto, ainda incipiente qualquer afirmação que aponte a resolução do problema.

No intuito de combater a pobreza, a fome e a miséria no Brasil, foram implementadas duas amplas estratégias pelo governo federal no período de 1995 e 2004. A primeira foi a Comunidade Solidária, iniciada em 1995, e a segunda, o Fome Zero, iniciado em 2002. Com base nas linhas de pobreza e indigência compreendidas no período em estudo, percebe-se uma flutuação no percentual dos pobres, variando

³ Tabela com linhas de pobreza e indigência no anexo 1.

⁴ Tabela de distribuição de renda no anexo 1 .

entre 33% e 39%. O mesmo ocorre com a linha de indigência, variando entre 13% e 16%, e não demonstrando queda sustentável e contínua nesse período.

Seria interessante observar basicamente não apenas como essas estratégias de combate à pobreza definem o fenômeno, mas também as suas causas e as propostas de solução. Tal demanda de entendimento aproxima-se do objetivo da dissertação, na medida em que o trabalho busca uma descrição complementar à da renda (linhas de pobreza).

1.2.1 – A Comunidade Solidária

A Comunidade Solidária foi iniciada em 1995 e extinta no término do governo Fernando Henrique (dezembro de 2001).

É uma proposta do governo federal de parceria entre os três níveis de governo federal, estadual e municipal – e a sociedade em suas diversas formas de organização e expressão. Pretende ser uma estratégia de articulação e coordenação de ações de governo no combate à fome e à pobreza. Não se tratando mais de um programa. (Peliano, 1995:21).⁵

Como estratégia, ela envolveu aproximadamente 16 programas em vários ministérios, cujo conjunto ficou conhecido como agenda básica da Comunidade Solidária e pode ser observado no quadro 2. É importante salientar que em sua proposta, a Comunidade Solidária "é um condomínio de múltiplos objetivos, no qual coabitam programas emergenciais e programas de combate às causas da perpetuação da pobreza" (Idem:24). No entanto, o documento não mencionava e explorava as causas da pobreza. Nesse sentido como combater a pobreza se não se conhecem suas causas?

Apesar de o artigo, que resume as diretrizes da Comunidade Solidária, não conter uma definição clara de pobreza, bem como suas causas, a seleção dos municípios em sua fase inicial pautou-se provavelmente em alguma definição e parâmetro, visto que:

⁵ Anna Peliano foi secretária-executiva da Comunidade Solidária.

foi levantado um conjunto de municípios (1072) identificados como os mais pobres de todo o país, com base em indicadores de pobreza produzidos em função dos dados oficiais, segundo consta do documento Identificação de Áreas de Pobreza no Brasil - IBGE/95, elaborado com o apoio da Secretaria Executiva. Coube aos governos estaduais selecionar, dentro desse universo listado pela Comunidade Solidária, os municípios que são alvos da ação integrada e convergente (Idem:28).

Quadro 2 – Agenda Básica da Comunidade Solidária

Áreas temáticas	Ações programáticas
Redução da mortalidade na Infância	Programa de Combate à Desnutrição Infantil (Programa do Leite)
	Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)
	Programa Nacional de Imunização (PNI)
	Programa de Saneamento Básico da Fundação Nacional de Saúde (FNS)
	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança
Suplementação Alimentar	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
	Programa de Distribuição de Alimentos (PRODEA)
Apoio ao Ensino Fundamental	Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE)
	Programa de Cesta de Saúde do Escolar (PCSE)
	Programa de Cesta de Material Escolar (PCME)
	Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE)
Apoio à Agricultura Familiar	Programa de Educação Infantil
	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
Geração de Emprego e Renda e Qualificação Profissional	Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER)
	Programa Nacional de Educação Profissional (PLANFOR)
Desenvolvimento Urbano	Programa de Ação Social em Saneamento (PASS)

Fonte: DICODE/ IPEA.

1.2.2 – Fome Zero

O Fome Zero foi apresentado ao público, versão preliminar, em outubro de 2001 num documento elaborado pelo Instituto da Cidadania, e começou a ser implementado em 2002 com a posse do presidente Lula⁶. O projeto articula órgãos e setores nos níveis federal, estadual e municipal, mas convoca também a sociedade civil organizada para participar. Tem como objetivo combater a fome e a miséria e, nesse sentido, visa à "conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros – e as intervenções de ordem emergencial, muitas vezes chamadas de políticas compensatórias." (Projeto Fome Zero, 2001:5).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é o responsável pela coordenação do Fome Zero. De acordo com o site oficial "consiste em uma ampla política de inclusão social que envolve toda a sociedade. Nela encontramos as múltiplas ações e programas de combate à pobreza no país".⁷ O Fome Zero obteve espaço na mídia, sendo portanto bastante conhecido, principalmente devido ao programa de transferência de renda denominado Bolsa-Família, que se tornou o "carro-chefe" do Fome Zero. Para receber o benefício, a renda familiar *per capita* não poderia ultrapassar os R\$ 100,00 mensais⁸. Além da transferência de renda, o projeto propõe atuar em conjunto com outras políticas (quadro 3).

Na definição do público beneficiário, ficou estabelecido que "a insuficiência da renda é o principal fator que leva as pessoas a não se alimentarem em quantidade adequada" (Projeto Fome Zero, 2001:69). Para estimar o número de beneficiários que demandariam tal programa, foi realizado o cálculo com base na linha de pobreza extrema empregada pelo Banco Mundial de US\$ 1,00 por dia (1990).⁹ Visando traçar a linha de pobreza extrema de maneira a captar as diferenças regionais e demais, o projeto contou com os dados da PNAD de 1999, indicando então "44, 043 milhões de pessoas, pertencentes a 9,324 milhões de famílias". (Idem:74).

⁶ Luiz Inácio Lula da Silva aparece como coordenador geral do Projeto Fome Zero. Versão 3 de 2001.

⁷ www.fomezero.gov.br. acessado em fevereiro de 2005.

⁸ Idem.

⁹ Considerando como equivalente à linha de US\$ 1,08 de 1999, convertido pelo câmbio do dólar diário média de setembro de 1999 (R\$ 1,90 por dia ou R\$ 62,29 por mês). A seguir tem-se uma regionalização da linha de pobreza, tendo a área rural do Nordeste como base, acrescentando-se, para as demais regiões os diferenciais dos custos de vida distintos para as áreas metropolitana, urbana não-metropolitana e rural. (Projeto Fome Zero, 2001:71).

Relativamente às suas causas, de acordo com Lula, "essa pobreza não é ocasional; é o resultado de um modelo perverso, assentado em salários miseráveis e que tem produzido concentração de renda[...]as condições da pobreza são mantidas porque, inclusive, facilitam a perpetuação no poder das elites conservadoras que há séculos mandam neste país" (Idem:5). As causas da pobreza, mesmo que reconhecidas de certa forma por Lula na apresentação do documento, ocorrem de forma superficial.

Cabe ressaltar que o texto apresenta lacunas, particularmente na problematização dos fundamentos estruturais da desigualdade social que historicamente caracteriza a sociedade brasileira e ao não levar em consideração outros programas sociais no âmbito do enfrentamento à pobreza, principalmente as políticas de seguridade social conforme propõe a Constituição Federal de 1988 (Yasbek, 2004:108).

Quadro 3 - Esquema das propostas do Projeto Fome Zero

Políticas estruturais		
- Geração de Emprego e Renda - Previdência Social Universal - Incentivo à Agricultura Familiar		- Intensificação de Reforma Agrária - Bolsa Escola e Renda Mínima
Políticas específicas		
- Programa Cupom de Alimentação - Doações de Cestas Básicas Emergenciais - Manutenção de Estoques de Segurança - Segurança e Qualidade dos Alimentos		- Ampliação do PAT - Combate à desnutrição Infantil e Materna - Ampliação da Merenda Escolar - Educação para o Consumo e Educação Alimentar
Políticas locais		
Áreas rurais	Pequenas e médias Cidades	Metrópoles
- Apoio à Agricultura Familiar - Apoio à Produção para Autoconsumo	- Banco de Alimentos - Parcerias com Varejistas - Modernização dos Equipamentos de Abastecimento - Novo relacionamento com supermercados - Agricultura Urbana	- Restaurantes Populares - Banco de Alimentos - Parcerias com Varejistas - Modernização dos Equipamentos de Abastecimento - Novo relacionamento com as redes de supermercados

Fonte: Projeto Fome Zero, 2001:84.

1.3 – Análise do panorama

Quanto ao Fome Zero, apesar de prever políticas emergenciais e estruturais, a ênfase na sua atuação recai mais sobre as primeiras. Mesmo uma política de renda mínima, que pague um valor baixo, variando entre 15,00 e 95,00 reais, não pode ser considerada estrutural (quadro 3), pois com ela estará sendo garantido o mínimo para sobreviver (alimentação), ou dependendo da intensidade e agravantes da situação de miséria em que a família se encontre, talvez nem isso. Assim "as ações implementadas pelo programa mostram-se conservadoras e apoiadas em forte apelo humanitário, sem claras referências a direitos. Nesse sentido, não rompem com a lógica neoliberal" (Yasbek, 2004:111). Tal como ocorre na Comunidade Solidária, busca-se a descentralização das ações nos estados e municípios e a pactuação com toda a sociedade brasileira, no intuito de forjar uma solidariedade à moda Tocqueville quando, na verdade, o que ocorre é a distribuição do ônus gerado pelo sistema capitalista para toda a sociedade, seguindo dessa forma os preceitos de uma ótica neoliberal, em que o Estado busca fomentar parcerias, organizar e transferir responsabilidades ou reduzi-las na medida em que busca cortar gastos sociais.

Basicamente, o gasto das políticas de combate à pobreza pode ser dividido em bens monetários (transferência de renda) e bens não-monetários (qualificação profissional, cestas básicas). Essa característica em conjunto com outras pessoais e do meio permite realizar uma abordagem de capacidades e funcionamentos de Sen, que enfatizam a liberdade de escolha, ou seja, vão além, "ao invés de se deter sobre o orçamento monetário disponível, Sen valoriza o conjunto de funcionamentos e capacidades ao alcance de cada indivíduo, conjunto esse que lhe permite escolher livremente o modo de vida de sua preferência". (Lavinias, 2002:31).

O que se busca, ao introduzir a abordagem das capacidades, é ultrapassar dimensões unilaterais na determinação da situação de pobreza. Então Sen avança na medida em que utiliza o conceito de *funcionamentos* e da escolha individual dentro do conjunto de capacidades, o que depende do acesso a mercadorias e a bens necessários. Mas, para serem bem empregados, terão de encontrar o meio adequado e habilidades de operar tais recursos ou vantagens; ironicamente, não adianta ter um carro, se no local onde o indivíduo mora não tem estradas (meio), ou se ainda não sabe dirigir (capacidade pessoal).

Dessa forma, os programas de combate à pobreza poderiam ser analisados de acordo com a abordagem de Sen, apresentada anteriormente. A Comunidade Solidária utilizava um leque de programas em várias áreas, o que de acordo com os dados de 1995 até 2001 não surtiram efeito para a redução da pobreza e da miséria¹⁰. Já em fase final, começou-se a implementar em âmbito federal o programa de transferência de renda denominado Bolsa-Escola, o qual continuou com o Fome Zero até que fosse implementando o Bolsa-Família, que unificou as transferências de renda e aumentou o número de beneficiários e o valor pago. Contudo, houve uma limitação no leque de frentes de ataque à pobreza. Ao comparar o quadro 2 com o 3, pode-se observar que políticas importantes como o saneamento, o programa de educação profissional e o transporte escolar deixaram de ter prioridade no Fome Zero. Nitidamente, os bens monetários através da transferência de renda ganharam força ao passo que os bens não monetários vêm sendo reduzidos ou, pelo menos, não é dada a mesma importância que as transferências de renda.

Apesar de a transferência de renda potencialmente propiciar maior liberdade de escolha do que receber diretamente uma cesta básica, como os valores são baixos, as escolhas continuam limitadas. De uma maneira geral, o que se percebe é uma preocupação maior do Fome Zero com a alimentação, bastando observar o quadro 3 de propostas. Com isso, distancia-se das políticas de combate à pobreza, aproximando-se de programas assistenciais, distinguindo-se, porém, que, ao invés de fornecer a cesta básica, fornece-se a renda para comprá-la. A diferença é que antes a cesta básica não entrava no cálculo da situação da pessoa face à linha de pobreza e miséria; agora "transformada" em renda pode influir, reduzindo o número de pobres e miseráveis, mesmo que de maneira insustentável e sendo um programa muito mais com viés de combater à fome do que à pobreza ou à miséria propriamente dita.

Dados do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) revelam o aumento da distância do rendimento entre pobres e ricos no período de 1995 a 2004.¹¹ Contudo, entre os anos de 2003 e 2004 ocorreu uma reversão dessa tendência de forma que a renda média dos 10% mais pobres subiu 18% ao passo que a dos 10%

¹⁰ Observe a imutabilidade dos percentuais de pobres e indigentes do período na tabela 1 do anexo 1.

¹¹ O rendimento médio dos trabalhadores que se encontram entre os 10% mais pobres caiu 39,6% ao mesmo tempo em que aumentou a dependência dos programas sociais do governo. Em 1995, 89% da renda dessa população vinha do trabalho. Em 2004, essa porcentagem caiu para 48%, ou seja, mais da metade da renda do trabalhador mais pobre no Brasil não vinha de sua atividade no mercado de trabalho (Folha de S. Paulo, 25/12/2005).

mais ricos cresceu somente 1,4%.¹² A própria razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e os 10% mais pobres, que chegou a 77,1% em 1996, caiu para 54,4% em 2004.¹³

Como a renda da população mais pobre é cada vez menos proveniente do mercado de trabalho, conforme os dados de 1995 a 2004, a suposição é a de que essa diferença pode ter sido reduzida através dos programas de transferências de renda iniciados a partir de 2003. Ponto que pode ser reforçado pelo fato de o mercado de trabalho ter apresentado crescimento principalmente no emprego formal entre 2003 e 2004, onde os rendimentos se situam acima dos mais pobres. É difícil, porém, comprovar se esse aumento da renda entre os mais pobres se deve realmente aos programas do governo federal, uma vez que esse aumento da renda pode ser, na verdade, uma resposta a outros fatores. Um estudo recente (Dillon Soares, 2006), que decompôs a redução da desigualdade entre 1995-2004, comprova que 3/4 da redução do índice de *Gini* foi decorrente da desconcentração dos rendimentos do trabalho, reduzindo, portanto, a contribuição dos programas de transferência de renda na queda da desigualdade.

Essas políticas focalizadas, como as de transferência de renda, devem ser bem observadas porque atendem não apenas aos pobres mas também a política de ajuste fiscal, e ao baixo crescimento econômico do Brasil, pois possibilitam o corte no gasto social das políticas universais como saneamento e habitação que certamente não beneficiam os ricos que possuem planos de saúde e luxuosas casas próprias. Isso é possível devido a desvinculação das receitas públicas que passaram a constituir um elemento fundamental de ajuste nas finanças públicas (Fundo Social de Emergência, em 1994; Fundo de Estabilização Fiscal, em 1996; e Desvinculação de Receita da União, em 1999). Com isso, 20% das receitas vinculadas ao gasto social têm sido contingenciadas para uso diverso (Pochmann, 2005:30).

Como já foi destacado, alguns estudos postulam e os dados comprovam a alta concentração de renda no Brasil, e, o enfrentamento da pobreza seria mais fácil, caso houvesse redistribuição de renda. Esse fato também é comprovado de maneira

¹² Tabela 4 do anexo 1.

¹³ Tabela 5 do anexo 1.

mais genérica por Wright, quando diz que "mudanças significativas para os pobres só podem ter um impacto estrutural significativo quando existem perdedores e que estes terão que pagar". (Wright, 1994:50)

Cabe dizer que o sistema tributário brasileiro tem potencial para melhorar sua atuação e promover redistribuição de renda e o atual sistema incide fortemente sob os trabalhadores com rendimentos médios. Mas o teto de 27,5% não retira o suficiente de quem ganha mais nesse país, seria necessário isentar os rendimentos que atualmente começam a pagar imposto de renda na alíquota de 15% (R\$ 1.257,13)¹⁴ e torná-lo mais progressivo com um maior número de alíquotas, elevação do teto e até mesmo o imposto negativo em substituição às atuais transferências de renda do governo federal¹⁵. Além disso, poderia ser criado um imposto *Robin Hood* (nome sugerido) para aqueles que ganhassem fortunas. Esse dinheiro poderia compor um fundo, aplicado de diversas formas, no combate à pobreza. Desnecessário dizer que, considerando os arranjos e representações políticas, e mesmo o político hobbesiano brasileiro, essas propostas são um tanto utópicas, uma vez que os deputados federais dificilmente "cortariam a própria carne" e a de seus amigos. Mesmo que fossem aprovadas tais medidas, elas de nada adiantariam se não viessem acompanhadas de um sistema eficaz de combate à sonegação, suborno e a corrupção.

Os impostos indiretos que incidem sob produtos e serviços também pesam bastante no orçamento dos pobres. Deveria haver isenção para produtos básicos (energia elétrica, água, alimentos básicos) e elevação para produtos nocivos (bebidas alcoólicas) ou automóveis e imóveis luxuosos.

Tão importante quanto falar em impostos é saber como o que se arrecada será gasto, e nesse sentido o foco se desloca para o orçamento social, ou mesmo para os gastos com o combate à pobreza. "As políticas sociais, com exceção daquelas previstas no Orçamento da Seguridade Social e do Fundo de Assistência Social, estão permanentemente sujeitas a cortes e negociações subordinadas aos calendários eleitorais. Até mesmo o Fundo de combate à pobreza não tem existência garantida, podendo ser manipulado com facilidade" (Projeto Fome Zero, 2001:102). Com isso, pode-se cortar gastos de programas de combate à pobreza facilmente, o que no caso

¹⁴ Consultado no site www.receita.fazenda.gov.br em 02/07/05.

¹⁵ Uma maneira de institucionalizar a transferência, tal como se contribui com o imposto de renda. Todos receberiam uma complementação para atingir situação de não-pobres.

de transferências de renda, recolocaria as pessoas na situação de pobreza e miserabilidade. Daí a importância do combate sustentável da pobreza que é tão apregoado neste trabalho. Não é apenas isso. Essa liberdade de manobra no orçamento social possibilita uma engenharia do gasto social que dá nome ao gasto de recursos ordinários como se fosse algo extraordinário, ou seja, dá visibilidade e marketing no que está sendo gasto. Assim o orçamento da saúde, por exemplo, poderia sofrer um corte para compor o gasto de um programa que componha o quadro das políticas de combate à pobreza. Dessa maneira, como diria Lavoisier *nada se perde nada se cria tudo se transforma*.

A política de transferência de renda deve ser entendida de maneira emergencial e paliativa, constituindo uma dentre outras necessárias para combater a pobreza no Brasil. Assim torna-se essencial não apenas enunciar medidas estruturais, como a geração de empregos e melhoria das condições de trabalho, mas implementá-las concomitantemente às de caráter assistencial. Sabe-se que estas muito pouco contribuem para combater as causas estruturais da pobreza, servindo apenas para manter os indivíduos, que dependem de assistência, vivos, sem falar que "os processos de identificação, elegibilidade, habilitação que consubstanciam e legitimam o direito à assistência são designados como parte do *cerimonial de degradação do status social da população carente*. Ser assistido é ser estigmatizado e, por isso mesmo, excluído" (Lavinias, 2002:39).

Portanto, se houve uma contribuição mínima de um programa de transferência de renda, como o Bolsa-Família na melhoria do rendimento dos 10% mais pobres, ou mesmo em alguma medida o impacto sobre o número dos que estão abaixo da linha de pobreza e indigência, é necessário observar se esse movimento é auto-sustentável, ou seja, se, na descontinuidade do benefício, os números anteriores não ressurgem, e isso só pode ser alcançado quando ocorrem a inclusão, a inserção do miserável no mundo do trabalho, ainda que de maneira informal, bem como a melhoria das condições daqueles que já se encontram do mundo do trabalho, como por exemplo, os trabalhadores pobres. Seria ainda interessante observar se houve redução, estabilidade ou aumento na oferta e qualidade de serviços públicos essenciais, como saúde, saneamento e educação dentre outros, pois, do contrário, pode ser que a política social e de combate à pobreza produza apenas números e indicadores sem base sustentável.

Há que entender, finalmente, que os programas de transferência de renda se constituem necessariamente um paliativo que, em si, não ataca as causas da pobreza, apenas tornam menos adversas as condições de vida dos mais pobres, reduzindo também, em alguma medida, os explosivos níveis brasileiros de desigualdade de renda (Rocha, 2004:15).

Ao observar os desenhos das duas políticas de combate à pobreza aqui esboçadas (Comunidade Solidária e Fome Zero), constata-se que "as recomendações políticas vindas da literatura econômica têm sido fundamentalmente individualistas na natureza e têm falhado, portanto, em compreender que a desigualdade está institucionalizada de maneira a dar origem a grupos socialmente significativos que adquirem vida própria" (Grusky e Kanbur, 2006:10). É claro que qualquer generalização seria no, mínimo, injusta. A posição de Amartya Sen, por exemplo, vem demonstrando a necessidade de superação da unidade de análise individualista e as mensurações de pobreza unicamente baseadas na renda, ambas muito utilizadas na economia. Para Sen:

a função chave dos padrões de consumo dos outros na mesma comunidade, ou em um grupo com o qual uma pessoa interage, também indica por que a pobreza não pode mais ser avaliada em termos puramente individualistas. O entendimento de que nenhuma pessoa é uma ilha é realmente central na avaliação da pobreza, e correspondente à avaliação apropriada da severidade e da extensão da desigualdade (Sen, 2006:37).

Quando se insere uma nova unidade de análise para além do indivíduo para a compreensão da pobreza fica claro que "o foco apropriado da política deveria ser a igualdade de ativos em si mesmos, não a igualdade de resultados" (Grusky e Kanbur, 2006:29). Tal fato vai na contramão de uma tendência que vem se tornando cada vez maior nas políticas de combate à pobreza no Brasil: as transferências de renda. Desse modo, vê-se como é importante o entendimento do fenômeno para o

desenvolvimento de políticas mais eficazes. Existem autores, no entanto, que postulam uma complementariedade nas linhas de frente das políticas de combate à pobreza:

os argumentos que sugerem focar sobre a distribuição e redistribuição de ativos ou dotações – exclusão social, mercado de créditos imperfeitos – não implica que a renda devesse ser excluída da análise. Como a redistribuição de ativos e dotações é difícil sem alguma redistribuição da renda corrente, deveria haver alguma complementariedade entre as duas abordagens (Bourguignon, 2006:78).

2 – A contribuição das Ciências Sociais

Apesar de no Brasil os estudos sobre pobreza, dentro da área de ciências sociais, serem poucos e recentes¹⁶, as ciências sociais têm muito a oferecer para a compreensão do fenômeno da pobreza. O que existe aparece normalmente mesclado com a desigualdade¹⁷, em que quase sempre esse último se sobrepõe ao primeiro. Há, porém, forte relação entre ambos, como se verá adiante. De maneira geral, a função desse capítulo é a de consolidar o espaço das ciências sociais no estudo da pobreza brasileira através de novos mecanismos.

No capítulo anterior foi enfatizada a necessidade de superação do paradigma da renda, até então muito utilizado para a mensuração da pobreza. De acordo com François Bourguignon:

todas essas críticas da renda como paradigma da pobreza giram ao redor da mesma idéia básica. As análises da pobreza e desigualdade não deveriam apoiar-se tanto na renda ou gastos em si, mas sobre aqueles atributos múltiplos, principalmente ativos de diferentes tipos que os determinam e estão além do controle dos indivíduos. O foco deveria então se mover da renda para ativos (Bourguignon, 2006:78).

O novo paradigma encontra-se em construção. Mas ao que parece já lança alguns parâmetros norteadores. O primeiro é a própria superação da renda como medida unidimensional da pobreza, deslocando a atenção para os ativos (educação, qualificação, experiência, redes sociais, maquinário). Um segundo parâmetro é a unidade de análise, ou seja, o indivíduo não pode mais ser considerado uma "ilha". É necessário pensar as implicações dos grupos e/ou classes, e mesmo o meio em que estão inseridos, aproximando-se do que Amartya Sen chama de capacidade de funcionamentos.

¹⁶ Foi publicado um texto que traz um pequeno levantamento sobre artigos publicados envolvendo o tema da pobreza e da desigualdade social nas Ciências Sociais. Cap. 6 do livro Exclusão Social e Mobilidade no Brasil. Ipea/2005.

¹⁷ Assim poderíamos citar o "Dossiê da Desigualdade" apresentado em 2000 no volume 15 da Revista Brasileira de Ciências Sociais.

Considerando os parâmetros do novo paradigma:

há também uma boa razão para sociólogos e economistas colaborarem no desenvolvimento de uma medida da desigualdade de capacidades básicas. Visto que, a abordagem das capacidades transfere a atenção da desigualdade de resultados (ex: renda) para desigualdade dos ativos (ex: educação) que pode ser convertida em resultados (Grusky e Kanbur, 2006:29).

A pobreza em sua multidimensionalidade não deve ser um fenômeno reivindicado por apenas uma ciência. Sua compreensão demanda e deve ser obtida por meio da interdisciplinaridade, em outras palavras, o muro de Berlim, que supostamente separa a sociologia e a economia, deve ser tombado, fato já iniciado. Dentre os economistas, nos últimos anos, cresce o consenso acerca das medidas de pobreza e desigualdade "mais notavelmente, consideram a afinidade entre (1) o argumento de Sen que a capacidade (no lugar de resultados) deveria ser o objeto de mensuração e (2) a pressuposição analítica de que classe são indicadores de *chances de vida*" (Idem:16). Nitidamente há uma aproximação da sociologia e da economia, tanto no conceito seniano das capacidades, que pode depender da posição social do indivíduo como a classe, ou o gênero, quanto diretamente da força de classe nas "chances de vida", conceito de origem weberiana.

O papel das ciências sociais, que será enfatizado no trabalho, para a análise da pobreza não deve ser entendido como único esforço, mas a antropologia e a ciência política certamente podem contribuir também para compreensão do fenômeno. Todavia o enfoque será dirigido para a sociologia que oferece, através dos modelos de classe, um possível caminho para a operacionalização do novo paradigma. Tal contribuição se faz na medida em que classe social supera o individualismo presente no paradigma da renda e oferece "1- o desenvolvimento de medidas multidimensionais, 2- a diferenciação de capacidades de resultados, e 3- o entendimento das fontes de isolamento social" (Idem:15).

É claro que até o momento, a maior parte dos estudos, principalmente na mensuração e delimitação, cálculo e custos estão sendo feitos por economistas (Sônia Rocha, Ricardo Paes de Barros). Alguns até se aproximam um pouco das ciências

sociais, como, por exemplo, Sen (abordagem das capacidades e funcionamentos). Da mesma forma, o tema da pobreza e suas políticas de combate rendem inúmeras publicações na área do serviço social, embora, o empobrecimento já fosse uma preocupação esboçada em Marx, pois dizia que “acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital”(Marx, 1968:743-52)

Em Marx não temos uma teorização de questões de bem-estar e da política social. Obviamente, em sua visão isso seria impossível em uma sociedade capitalista, pelo menos para as classes proletárias. Alguns marxistas viam as políticas sociais como úteis ao sistema capitalista, enquanto serviam para obter a produtividade do trabalho, além de cooptar os ideais revolucionários. Para Claus Offe, “o Estado capitalista moderno cuidaria não só de qualificar permanentemente a mão-de-obra para o mercado, como também, através de tal política e programas sociais, procuraria manter sob controle parcelas da população não inseridas no processo produtivo”. (Höfling, 2001:30-41)

A herança de Marx e dos marxistas para a compreensão da pobreza é inegável para as ciências sociais, ainda que em sua forma teórica ressaltem mais as desigualdades e as contradições do sistema capitalista. O argumento teórico trilha principalmente o marxismo analítico que pode ser personalizado melhor na figura de Erik Olin Wright, que de certa forma renova algumas concepções da corrente marxista. Wright, por exemplo, não busca o comunismo nos mesmos termos que Marx, mas acredita em uma alternativa para o sistema atual, o que deveria incorporar a redução das desigualdades através da mobilização e pressão das classes desfavorecidas em combinação até mesmo com políticas sociais e emancipatórias que alterem efetivamente a situação dessas classes. Mas para isso, alguém tem que perder para que outros possam ganhar.

No entanto, a contribuição das ciências sociais para discutir e compreender a pobreza não se resume às construções de Marx e dos marxistas. Simmel, em seu texto *Os Pobres*, publicado inicialmente na Alemanha em 1908¹⁸, é conhecido como o fundador da sociologia da pobreza. De acordo com Simmel, é pobre todo aquele

¹⁸Existe uma publicação em Francês: Simmel, G. *Les Pauvres*. Paris: Quadrige, PUF, 1998. Citado por Lena Lavinas.

que é assistido ou deveria receber assistência, em conformidade com as regras sociais existentes. Nesse sentido, indica para uma abordagem relativa do fenômeno. Na visão de Lena Lavinias, pode-se apreender três observações acerca do enfoque Simmeliano da pobreza:

primeiro, pobreza é uma construção social[...]; segundo[....]expressa a existência de uma relação de interdependência, a existência de vínculos, entre aqueles designados pobres e os demais[...]; um terceiro aspecto refere-se à natureza dessa relação mediada por direitos e deveres. É um dever da sociedade combater a pobreza e um direito dos pobres receber assistência" (Lavinias, 2002:33-4).

Se todos os autores, ao tratarem de pobreza, pelo menos mencionassem as causas do fenômeno, nós teríamos um quadro mais rico de abordagens. No entanto grande parte não o faz, preocupando-se muito mais em conceituar e medir. Apesar dessa ausência, foi traçado um esboço de algumas abordagens que poderão ser conferidas a seguir.

O enfoque da exclusão ganhou força na Europa, principalmente na França:

Lenoir desvenda a existência de vários tipos de pobres que, embora integrados ao sistema econômico e social, não conseguem apropriar-se dos frutos do crescimento e das ondas de prosperidade, mantendo-se, por isso mesmo, alheios ao que os cerca no plano socioeconômico. Sua inadequação social se manifesta através de uma inserção precária, instável, débil, que leva à anomia, ao sofrimento e ao isolamento, acentuando ainda mais o fenômeno de não pertencimento. (Idem:37).

Apesar de representar uma definição mais ampla que leva em consideração a identidade e a solidariedade social, indicando grupos vulneráveis com possível perda do *status* no meio social, permanece a indagação: por que o indivíduo é

excluído? Como é excluído? Essa exclusão traz benefícios para alguém? No decorrer do texto, o leitor perceberá que o conceito de *exclusão* se aproxima um pouco da *underclass* americana, embora essa, esteja mais bem contextualizada dentro da proposta de trabalho, visto que é capaz de responder aos diversos questionamentos que estão relacionados às causas da pobreza.

Uma outra explicação muito próxima a da exclusão e da *underclass* é a da marginalização que, de acordo com Marklund (1990), identifica as causas da pobreza de longos períodos (maior enfoque desta corrente), principalmente na falta de recursos relevantes como educação e experiência no trabalho. Existem também explicações etapistas, em que a pobreza é um estágio necessário na mobilidade social, ou seja, os pobres de hoje serão os mais bem aquinhoados de amanhã, da mesma forma como imaginavam alguns autores evolucionistas de que todos os países seguiriam as mesmas etapas de evolução. Diante das desigualdades sociais e econômicas entre os países, a própria história e o presente já demonstram a fragilidade dessa vertente sem a necessidade de maiores análises.

Wright (1994), em seu texto *The Class Analysis of Poverty*, traça um resumo explicativo das principais abordagens, como se pode observar no quadro 4. Grande parte das análises e construções da dissertação girarão em torno do texto citado, que faz o *link* das ciências sociais com o fenômeno da pobreza.

Quadro 4 – Tipos Gerais de Explicação da Pobreza

Domínio da explicação	Natureza da explicação	
	Subproduto Inoportuno	Característica Inerente
Atributos Individuais	Cultura da pobreza	Inferioridade Genética/Racial
Sistemas Sociais	Danos da mudança Social	Exploração de Classe

Fonte: WRIGHT (1994:33).

Assim, teríamos a pobreza como resultado de atributos individuais inatos. “Esta forma de explicação constitui um tipo especial de culpar a vítima: os pobres são pobres porque eles individualmente sofrem de alguma imperfeição inata, geralmente relacionada com a inferioridade genética que afeta a inteligência deles” (Wright, 1994:33). Essa abordagem, literalmente hitleriana, não deixa margem para que os pobres alterem sua situação. Apesar da radicalidade da proposta, algumas correntes buscam explicar diferenças raciais através de diferenças de Q.I.

Na abordagem da pobreza como subproduto contingente de características individuais “a explicação mais saliente para o porquê do pobre é que faltariam valores morais, eles são preguiçosos ou em outras palavras têm falhas de motivação, eles têm também orientação para o presente e são incapazes de prorrogar a satisfação, além de baixa auto-estima etc...” (Idem:34). A versão mais conhecida dessa abordagem é a da *Cultura da Pobreza* de Oscar Lewis, "grosso modo", o pobre está nessa situação por vontade própria, através de características “embutidas” no indivíduo, não inatas mas adquiridas em processos de socialização.

Quando a pobreza é entendida como danos das mudanças sociais, a principal explicação para o problema é vista na natureza da estrutura de oportunidades, como por exemplo, as mudanças na estrutura de trabalho que vêm exigindo, cada vez mais, maiores qualificações, afetando de forma diferenciada as pessoas conforme as qualificações que possuem. Neste sentido, a pobreza emerge como algo não intencionado, ou seja, não foi planejado porque não beneficiaria ninguém. Essa visão é bastante difundida no meio acadêmico, principalmente entre os cientistas sociais americanos mais liberais. A solução viria da expansão do "Estado Afirmativo" para fornecer igualdade de oportunidades e, conseqüentemente, corrigir os desequilíbrios que causam à pobreza.

Por último, aborda-se a pobreza como resultado de propriedades inerentes do sistema social, em que a visão mais conhecida apoia-se na tradição marxista, e sendo assim, “a pobreza não é um acidente, nem um subproduto. Ela é uma característica inerente e crucial de uma sociedade cuja estrutura econômica está fundamentada na classe e exploração[...] há atores poderosos e privilegiados que têm interesse ativo na manutenção da pobreza” (Idem:37-8).

Essa última abordagem poderia fornecer uma interpretação mais realista das causas da pobreza e da miséria, revelando toda a complexidade do problema. Seria mais cômodo adotar a abordagem da pobreza como resultado de danos da mudança social: primeiro, porque seria mais fácil desvencilhar das possíveis críticas provenientes de outras correntes, visto que é muito difundida; segundo, porque bastaria oferecer políticas que capacitassem os pobres para que eles pudessem sair dessa situação; porém o que na verdade é oferecido como fim, seria apenas o início ou o complemento de uma estratégia de combate à pobreza.

Dessa forma, seguindo o fio condutor argumentativo, a pobreza é um fenômeno complexo e os meios de vencê-la ou reduzi-la também são complexos.

Assim, defender políticas de igualdade de oportunidades, é claro, seria positivo, mas é necessário entender que alguns indivíduos (ricos) estão quase sempre com vantagem acumulada em relação a outros (pobres), e oferecer simplesmente condições aos pobres para que possam competir de maneira igual é reproduzir a desigualdade, a não ser que inversamente junto com a capacitação dos mais pobres, fosse retirada a vantagem acumulada dos outros (ricos). Somente neste sentido poderíamos falar em igualdade de oportunidades de fato. Outro ponto é que a manutenção da pobreza interessa não só aos capitalistas, mas também, como "massa de manobra", aos grupos políticos que disputam o poder, tanto para o desvio de verbas e destinação de recursos como ocorreu no Brasil no que ficou conhecido como a "indústria da seca", como também para angariar votos em eleições, prometendo soluções quase sempre miraculosas ou fantasiosas.

Na medida em que as políticas de combate à pobreza não atendem ao que se propõem, ou mesmo quando passam a perseguir objetivos ineficazes, com consciência desse fato, cada vez mais elas se aproximam de uma interpretação dos marxistas, seja pervertendo os *inputs* da população interessada ou transformando-se em “instrumentos desmobilizadores preocupados em conter e mesmo em reduzir a pressão de baixo para cima e em combater a influência de seus membros militantes e radicais”(Miliband, 1999:490). Mantendo o enfoque de cunho marxista para as classes dominantes, o ideal são as políticas de melhorias ocasionais para manter o sistema em funcionamento, sem que alterem a estrutura de poder e distribuição de renda da qual estão se beneficiando. Sendo assim, ao deixar de implementar medidas estruturais mais enérgicas como o combate à desigualdade social e de renda não se reduz de maneira mais sustentável o número de pessoas abaixo da linha de pobreza e de miséria.

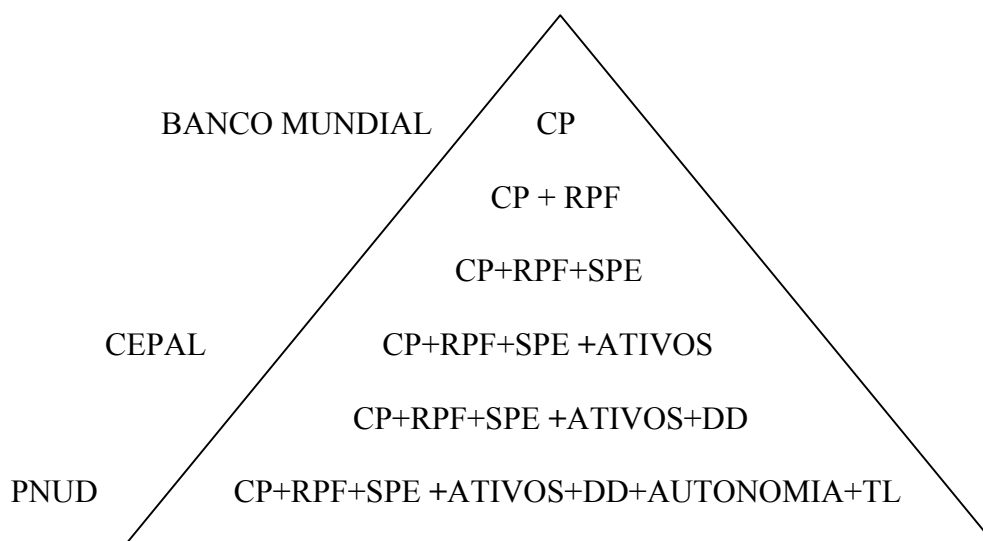
Tal fato pode ser ilustrado com o estudo de Elisa Reis, através do qual a solução das elites para o problema da pobreza viria quase sempre sem custos diretos para as classes mais ricas, pois “a educação é vista como um recurso a ser explorado pelo poder público tendo em vista dotar os setores mais pobres da população de condições para competir por um lugar melhor na estrutura social sem envolver uma ativa redistribuição de renda e riqueza”(Reis, 2000:147).

Se apenas a educação resolvesse o problema da pobreza, o Brasil teria reduzido drasticamente o percentual de pobres, visto que, em apenas seis países, o

progresso educacional foi mais acentuado do que no Brasil¹⁹. Parte dessa ineficácia deve-se ao fato de que a pobreza deve ser percebida multidimensionalmente, e não pode ser atacada por apenas um ativo como a educação que no máximo, colocaria o indivíduo na fila de empregos, ou seja, aumentar-se-ia a oferta mão-de-obra excedente e qualificada, o que conseqüentemente poderia vir a reduzir os salários da classe trabalhadora.

Dentro da percepção multidimensional, Irma Arriagada²⁰(2005) disponibiliza uma pirâmide com os principais fatores que os organismos internacionais, que tratam da pobreza, utilizam dentro de um viés do bem-estar social, como na figura 1. Com base em todas as abordagens e conceitos que foram vistos neste trabalho e na pirâmide, poder-se-ia traçar um quadro sintético com os principais aspectos da pobreza no Brasil (quadro 5).

Figura 1 – Pirâmide dos Conceitos de Pobreza



Fonte: (Arriagada, 2005:104).

Nota: CP - Consumo Privado; RPF - Recursos de propriedade Individual e familiar; SPE - Serviços e bens fornecidos pelo Estado; DD - Dignidade e Direitos; TL - Tempo Livre.

Os aspectos da pobreza estão mesclados em causas e efeitos no quadro 5. Na maioria das vezes, a disposição ou apresentação do problema leva o leitor para uma interpretação errônea, como por exemplo, *O Mito da Cultura da Pobreza*, que atribui à pobreza ao fato de o pobre possuir baixa auto-estima, preguiça e outras

¹⁹ PNUD 2003.

²⁰ Oficial de assuntos sociais da divisão de desenvolvimento social da CEPAL.

características pejorativas. Na verdade, isso é possível, mas é proveniente da própria situação de miséria e desespero em que se encontra, com oportunidades iguais a zero ou diminutas, reduzindo suas escolhas. Assim, o pobre pode, de certa forma, ser afetado psicologicamente pela situação socioeconômica deplorável em que se encontra, principalmente aqueles que não conseguem suprir suas necessidades alimentares mínimas.

A situação geográfica cria áreas impróprias para se viver do ponto de vista físico, como por exemplo, o sertão nordestino. No entanto, devido aos avanços tecnológicos no tratamento do solo e aos projetos de irrigação, já é possível minimizar o problema e para tanto, demanda empenho governamental. Além disso, famílias que dispõem de riqueza ou ativos importantes como educação podem se deslocar para regiões menos inóspitas. Nesse sentido, a situação geográfica não causa a miséria, podendo, entretanto, agravar a situação daqueles que já se encontram nela ou possuem menos oportunidades e condições de enfrentá-la.

A proposta desta dissertação busca compreender como, através da posição social (lógica de análise de classe), é sintetizada uma série de desvantagens e oportunidades que geram os condicionamentos e privações relacionados aos demais aspectos do quadro 5. Indiretamente, ao mapear as posições dos pobres está-se revelando, de maneira geral, a pobreza em seu aspecto estrutural dentro do sistema capitalista que, no caso brasileiro, determina e gera intensas desigualdades entre as posições sociais. Sendo assim, a abordagem não focalizará a estrutura, mas as posições sociais dos pobres que vivem, sofrem e agem nos moldes da estrutura vigente. Em outras palavras, a estrutura pode ser percebida nas classes, grupos e nos indivíduos que internalizam possivelmente, através de mecanismos, o *habitus* determinado pelo *modus vivendis*. Dessa forma, não será analisada a trajetória do capitalismo brasileiro, ou o traçado histórico da formação dessa estrutura, e mesmo comparações profundas com a estrutura de outros países. O que interessa aqui é que as desigualdades, os limites e as distinções gerados pela estrutura podem ser percebidos e estudados por meio das partes que compõem essa estrutura, como os trabalhadores pobres que recebem os baixos salários.

Quadro 5 – Aspectos da Pobreza

ASPECTOS	
P O B R E Z A	Background Social (origem social do indivíduo)
	Estrutural (inerentes ao sistema capitalista. Ex: exploração e opressão)
	Geográfica (recursos naturais como: solo, clima, relevo, vegetação e hidrografia)
	Alimentar (carência que coloca a vida em risco como a fome, situação mais grave de miséria)
	Psicológica (referência à perda de auto-estima, falta de perspectiva futura)
	Social (perda de laços sociais, identidade e exclusão)
	Direitos (dificuldade ou falta de acesso à justiça, garantia de direitos)
	Cultura e informação (carência de acesso a determinados meios de informação e cultura como: revistas, jornais, internet e teatro)
	Bens e serviços (saúde, educação, saneamento, água tratada, energia elétrica, geladeira, fogão)
Recursos formadores de renda (terra, capital, trabalho)	

Para avançar na proposta de utilizar a abordagem da pobreza como resultado de propriedades inerentes do sistema social é necessário compreender alguns conceitos envolvidos nessa abordagem. Dentre eles, o mais importante é classe, que se relaciona com outros dois: exploração e opressão. De acordo com Wright (1994), classe na tradição marxista são categorias de atores sociais definidos por uma relação marcada pela exploração. Em Marx²¹, por exemplo, os capitalistas, que são os donos dos meios de produção exploram os trabalhadores que apenas possuem a força de trabalho, assim “na tradição marxista o conceito de classe apresenta certas propriedades essenciais. Trata-se de um conceito relacional, pois as classes são sempre definidas no âmbito das relações sociais, em particular nas relações das classes entre si; e também são antagonísticas, pois geram intrinsecamente interesses opostos” (Figueiredo Santos, 2002:41).

A exploração poderia ser definida com base em três critérios principais:

1- princípio da interdependência do bem-estar inverso: o bem-estar material dos exploradores depende das privações materiais dos explorados;

2- princípio da exclusão: esta interdependência inversa do bem-estar dos

²¹ De acordo com Elster (1989, p.142) o número de classe em Marx para que haja a aliança na luta de classes consiste em mais de duas podendo chegar a seis: capitalista industrial, capitalista financeiro, senhor de terras, camponês, pequeno-burguês e trabalhador assalariado.

exploradores e explorados depende da exclusão dos explorados do acesso e controle de certos recursos produtivos importantes;²²

3- princípio da apropriação: a exclusão e o bem-estar diferenciados envolvem a apropriação dos frutos de trabalho dos explorados por aqueles que controlam os recursos produtivos relevantes. (Wright, 1994:10).

Assim, para a exploração, necessariamente verifica-se a presença dos 3 critérios acima. Se determinada sociedade deparar-se apenas com os dois primeiros, existiria a situação de opressão econômica sem exploração. Diante disso, é fundamental que haja apropriação e dependência do esforço dos explorados pelos exploradores para caracterizar a exploração. Percebe-se que, tanto na lógica da opressão econômica quanto na da exploração econômica, existe a contribuição diretamente para a formação, geração e reprodução da pobreza. De acordo com Wright (1994), a pobreza gerada pela opressão resultaria no que ele chama de *underclass*, pois as pessoas não são exploradas mas não têm acesso aos recursos produtivos como terra, educação, trabalho. Já na pobreza, gerada pela exploração, estariam os trabalhadores pobres que recebem baixos salários.

Para Marklund (1990), os dois conceitos marxistas de *lumpemproletariado* e "exército de reserva" podem ilustrar uma diferença teórica essencial entre a marginalidade e a *underclass*. A *underclass* é análoga ao exército de reserva que reivindica que os pobres são recrutados da classe trabalhadora e, eventualmente, podem ser "recapturados" por ela. Contrariamente, os conceitos de *lumpemproletariado* e marginalidade estão ligados à persistência da pobreza, à exclusão do pobre da estrutura de classe e de atividades convencionais na sociedade em larga escala. Analiticamente, não existiria necessariamente uma contradição entre a abordagem da marginalização e a *underclass*, podendo as mesmas serem utilizadas de forma complementar. A primeira para explicar a pobreza persistente, e a segunda, a pobreza que "flutua" de acordo com as movimentações no mercado de trabalho. Entretanto, como a proposta desta dissertação não abrange estudos com dados e

²² Visão que se aproxima de Tilly quando diz que "a desigualdade material resulta da desigualdade sobre o controle de recursos que produzem valor" (Tilly, 2006:9).

variações históricas de longo prazo, fica mais difícil a utilização da perspectiva da marginalização, cujo enfoque reside principalmente na pobreza de longo prazo.

A leitura de Wright pode ser utilizada na análise da pobreza do Brasil uma vez que:

a pobreza na América Latina é resultado da desigualdade extrema imposta via mercado de trabalho, através de empregos pouco qualificados e, sobretudo, de níveis salariais extremamente baixos, instituídos aquém dos patamares de subsistência. Com a deterioração das condições de emprego na década de 1990, observa-se uma queda significativa dos salários, notadamente na segunda metade da década (Lavinias, 2002:45).

Essa tendência de redução de salários é acompanhada do crescimento da informalidade e do subemprego que atinge principalmente o trabalhador pobre "enquanto 41% dos não-pobres são empregados em relações de trabalho formalizadas (empregados, inclusive empregados domésticos com carteira e funcionários públicos), apenas 21% dos pobres estão em tal condição" (Rocha, 2005:148).

Para entender o que está ocorrendo e gerando pobreza é fundamental enfatizarmos que classe na tradição marxista é um conceito relacional da mesma forma que "pobreza, riqueza e conhecimento são criados pela interação humana – e, é somente lá que a solução para pobreza pode ser encontrada" (Oliver e Grant, 2000:177). Dessa maneira, acopla-se na dimensão relacional que gera a pobreza "a visão interativa de que a desigualdade é uma relação entre pessoas ou conjuntos de pessoas na qual a interação gera maiores vantagens para uns que para outros" (Tilly, 2006:8).

A classe social, apesar de abordada através de uma corrente marxista, não significaria, como muitos críticos imaginam, um "reducionismo econômico"; aqui ela vem renovada e robusta, de maneira que se vale tanto na exploração como na opressão de mecanismos diversos para engendrar desvantagens sociais. Interage com outros fatores como, por exemplo, a discriminação de raça, gênero, idade, orientação sexual e religiosa, entre outros.

Pierre Bourdieu (2004) foi um dos autores que criticou a perspectiva marxista de reduzir todo o universo multidimensional do mundo social ao econômico. Através da sua abordagem dos *campos*, Bourdieu afirma a autonomia dos diversos campos, aproximando-se da abordagem metodológica weberiana que, de acordo com Cohn, pressupõe que

as diversas esferas da existência – a econômica, a religiosa, a jurídica, a artística e assim por diante – são autônomas entre si, no sentido de que se articulam em cada momento ao longo do tempo conforme à sua lógica interna específica, à sua “legalidade própria”, para usar o termo weberiano. Assim, não é possível encontrar a explicação do desenvolvimento de uma delas em termos do desenvolvimento de qualquer outra (Cohn, 2004:25).

A crítica é pertinente se pensarmos em estudar a religião, por exemplo, somente sob o enfoque econômico. Seria muito provável que os mecanismos inerentes ao campo religioso como a fé e a crença não fossem desvendados ou até mesmo distorcidos pelo viés econômico. Mas ignorar a importância e a força das estruturas econômicas em um mundo por excelência capitalista não parece ser a melhor forma de compreender o real sentido que os atores dão às suas ações ou ao seu campo. O próprio Bourdieu reconheceu a influência do campo econômico, pois

cada campo tem a sua lógica própria e a sua hierarquia própria, a hierarquia que se estabelece entre as espécies do capital, e a ligação estatística existente entre os diferentes haveres fazem com que o campo econômico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos (Bourdieu, 2004:135).

Com raras exceções, encontraremos pessoas na sociedade capitalista que não tenham de viver e dar grande importância ao mundo econômico, visto que as oportunidades e experiências de vida dependem da estrutura socioeconômica e da cultura capitalista. Nesta perspectiva, é de suma importância para aquele que delimita seu campo de estudo, como o campo religioso, possa observar as possíveis homologias de posições entre os campos e a própria contribuição e influência de um

campo no outro, e isso certamente não seria redução, mas um exercício de compreensão mais bem fundamentada dos fenômenos estudados.

Após essas rápidas considerações, pode-se dizer que "a condição de classe afeta os interesses materiais, as experiências de vida e as capacidades para a ação coletiva dos indivíduos. O poder causal da posição de classe é exercido ao se condicionar o acesso aos recursos produtivos e ao se moldar as experiências de vida nas esferas do trabalho e do consumo." (Figueiredo Santos, 2005a:28).

Assim, pobreza e miséria são geradas na interação dos indivíduos de maneira relacional, através de classe social, nas situações onde ocorre exploração ou opressão de uma sociedade, grupo, indivíduo ou ação que são vistos ou taxados como inferiores semelhantes a uma espécie de contracultura, ou seja, uma "cultura minoritária caracterizada por um conjunto de valores, normas e padrões de comportamento que contradizem diretamente os da sociedade dominante." (Batzell, 1996:34). Aproxima-se de Marx, quando escreve que "as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante" (Marx, 1986:72). Ser ou agir diferente dos padrões impostos pela lógica da classe dominante – burguesia no caso do sistema capitalista – representa estar em desvantagem, ou, em outras palavras, moldado pelas condicionantes da lógica hierarquizada de estratificação e classe social.

A contribuição de Bourdieu (2004) é fundamental para complementar o entendimento constituinte da diferenciação dos grupos, classes e indivíduos. Para o autor existem, no espaço social, estilos de vida que demarcam fronteiras, regiões que são formadoras do mecanismo de distinção ou *capital simbólico*; são lógicas hierarquizadas incorporadas de maneira "natural". No caso brasileiro, existe o exemplo claro do sotaque nordestino que nas grandes metrópoles do sudeste recebe conotações como "paraíba". Nesse sentido, o sotaque pode ser interpretado como parte integrante da *hexis corporal*, ou seja, o conjunto de formas pelas quais o indivíduo se comporta, vive, fala, gesticula, se expressa. É uma composição importante do estilo de vida que será traduzido nas distinções sociais.

A distinção pode ser observada através de mecanismos sociais e culturais muito específicos, cujas intenções subjacentes nem sempre são percebidas por todos os atores. Simmel revela a diferenciação propiciada através da moda:

toda moda é, por sua própria essência, moda de uma classe, isto é, ela especifica – pela igualdade de sua aparência – uma camada social, que ela tanto unifica internamente, como diferencia, externamente, dos outros estratos. Assim que a camada inferior – que busca imitar a superior – tenha por seu lado acolhido a nova moda, ela é abandonada pela última, e uma nova é criada”(Simmel, 1998:62).

Dessa forma, a moda surge nos estratos superiores (o que em Marx seria a classe dominante) como representação da ideologia dominante, causando igualdade entre os membros de uma classe e ao mesmo tempo hierarquizando, diferenciando-se de outras classes. No entanto, as classes inferiores passam a “copiar” a moda das classes superiores como se esse fosse o padrão ideal de viver, vestir e comer. Consequentemente, a moda age como mecanismo sublimador das insatisfações dos proletários.

Na medida em que se aproximam das classes dominantes, quando adquirem a moda, ou seja, o estilo e os bens “superiores”, os proletários sentem alguma satisfação que contrabalança as insatisfações estruturais inerentes ao sistema capitalista, como por exemplo a exploração. O que ocorre, porém, é que a moda é dinâmica, as classes que determinam a moda estão sempre renovando, acompanhando a própria dinâmica consumista do sistema capitalista. Sem conhecer a real lógica de distinção de classes embutida na moda, as classes desprivilegiadas tentam se aproximar das privilegiadas por via da cópia, mas em outras esferas isso nem sempre é assumido, podendo até mesmo manifestar-se no conformismo da posição de classes.

As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas: o sentido da posição, um sentido

dos limites (isso não é para nós) ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar – e isto, sem dúvida, de modo tanto mais firme quanto mais rigorosas são as condições de existência e quanto mais rigorosa é a imposição do princípio de realidade (Bourdieu, 2004:141).

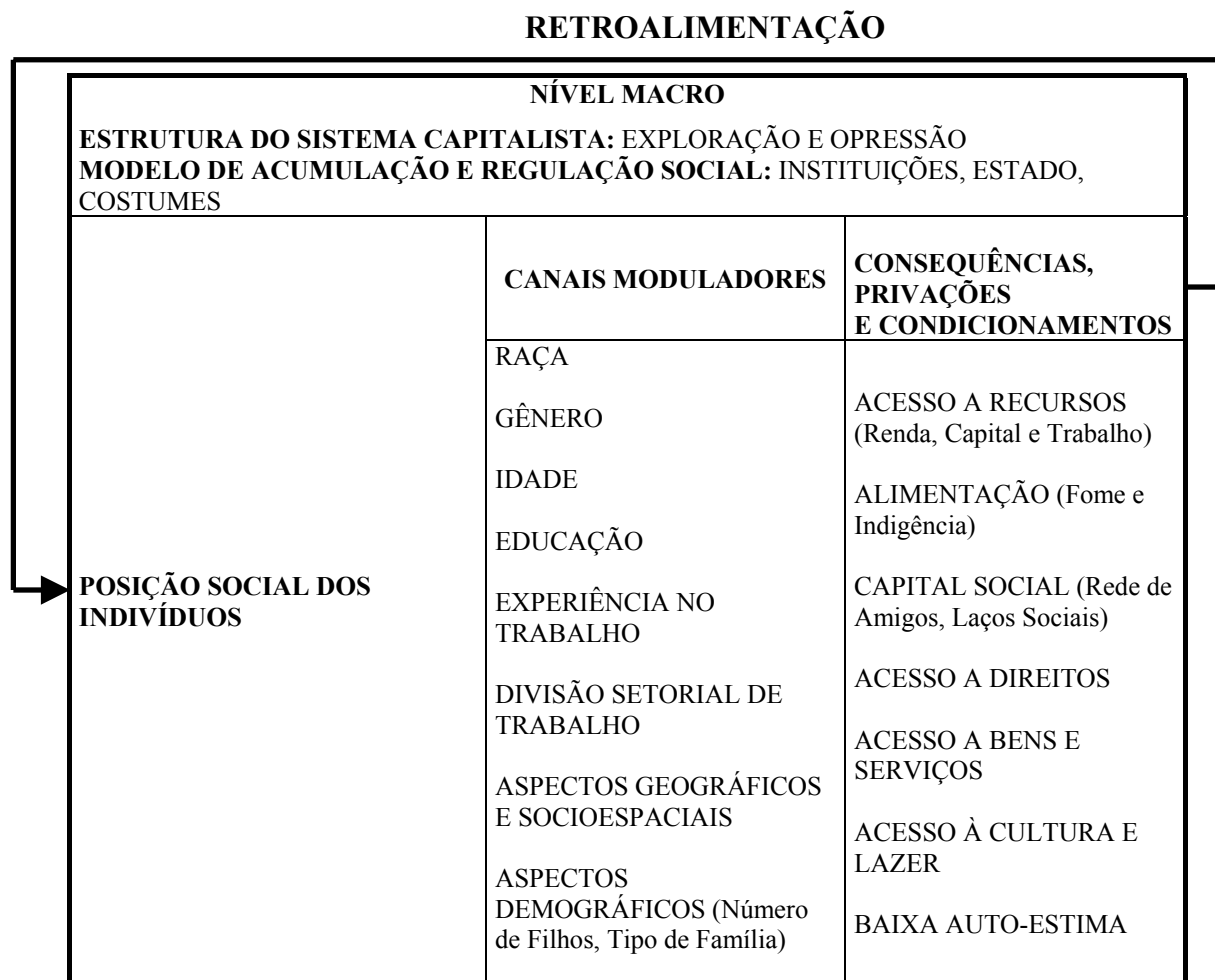
É nas classes trabalhadoras pobres e mais ainda nas miseráveis que se pode verificar o respeito pelos limites. As próprias condições econômicas são o cimento que fortificam os muros que delimitam as fronteiras sociais, retirando, por exemplo, o desejo dos filhos de serem médicos, sem se referir, é claro, às exceções cinematográficas que a mídia costuma apresentar como possibilidade, mas que na dura realidade dos números se desfaz em uma quase impossibilidade para aqueles que acumulam desvantagens de não terem estudado nas melhores instituições escolares, porque tiveram que começar a trabalhar cedo para contribuir no sustento do lar, não tiveram acesso a internet, nem mesmo ao material didático adequado e, muito menos, acesso à cultura e lazer.

Então, o quadro 6 é uma proposta para se compreender a dimensão da pobreza estrutural que é engendrada dentro do sistema capitalista, no qual, através da origem social, as pessoas já são posicionadas em situação de vantagem ou desvantagem antes mesmo de nascerem. De certa forma, esse *background* social será em parte absorvido pela situação de classe social futura do indivíduo, obviamente esta, enquanto conceito relacional, ativar-se-á de maneira interativa os canais moduladores (termo aqui proposto) que tende a acentuar ou reduzir a tendência para pobreza dependendo da posição ou condição em que o indivíduo se encontra nas variáveis²³, que também interagem. Assim, a condição de negro em si, sem um meio não representaria uma desvantagem, porém essa condição poderá ser ativada negativamente quando o mesmo for disputar uma vaga para gerente. Se não tiver qualificação e experiência ficará mais difícil. Desse modo é estabelecido o acesso a recursos importantes como a alimentação (básica para vida) e renda, dentre outros que, em conjunto, determinariam o bem-estar e a condição de ser ou não pobre. Entretanto, a vida que o indivíduo leva e os ativos e acessos que possui ou

²³ Não estão colocadas necessariamente em ordem hierárquica.

não realimentam o processo de classificação social, gerando, assim, uma desvantagem contínua para os pobres, e é por isso que é tão difícil sair da pobreza de maneira sustentável.

Quadro 6 – Dimensão Estrutural da Pobreza



De acordo com Oliver e Grant (2000), subsídios de renda temporários geram poucas mudanças para as famílias saírem da pobreza, porque haverá a falta de sustentabilidade e de condições para a transformação de suas próprias circunstâncias. Nesse sentido, propõem a construção de ativos (*asset building*) em que os pobres são capacitados para se tornarem parte de sua própria solução para o problema. Com isso, "aos pobres faltariam ativos e a capacidade de operar vantagens, assim é proposto a oferta aos pobres de um pacote de ativos: financeiros, naturais, humanos, social e cultural"(Oliver e Grant, 2000:172).

A pobreza estrutural gerada no sistema capitalista pode ser compreendida através da "lente" da teoria da regulação (Kenny, 1999) com dois mecanismos principais: o *regime de acumulação* que basicamente relaciona-se com a produção e consumo através de elementos que determinam a distribuição de rendimentos em salários, lucros e taxas, e o *modo de regulação social* que trabalha com inter-relações como hábitos, práticas políticas e formas culturais. Então, o mercado não funcionaria como mecanismo por si, solitário, nem mesmo seria recebido da mesma forma pelas diversas nações, porque ocorre um *mix* com outras instituições que configuram arranjos muito específicos, imprimindo e originando variantes do sistema capitalista. Cabe ressaltar que aqui está-se tratando da pobreza inserida no sistema capitalista brasileiro e que, apesar de ser importante explicitar como ocorre a composição e combinação das diversas instituições com o mercado, tal fato não será investigado neste trabalho, pela sua complexidade e dimensão. Seria tema para outra dissertação ou tese.

Um retrato sociológico da pobreza e da miséria no Brasil deve levar em conta não só a diversidade dos pobres e agravantes geográficos, como a seca no nordeste, mas também as causas estruturais cristalizadas no mecanismo de acumulação capitalista. Nessa linha, é fundamental que se possa compreender que a pobreza relaciona-se à desigualdade social em sentido amplo, não apenas de posição de classe, mas também pela percepção das interações com outras variáveis como raça e gênero, captando e esboçando assim, os relevos da "raiz" geradora da miséria que deve ser erradicada ou combatida.

Em relação à raça, por exemplo, um estudo recente comprova que "grande parte do *gap* bruto se mostra mediado pela condição de classe, educação e região geográfica, mas que persiste uma significativa desvantagem direta não mediada por esse fatores"(Figueiredo Santos, 2005b:45). Poder-se-ia introduzir a capacidade pessoal, ou melhor, a capacidade de funcionamento de Sen (2001b) e dizer que a classe social interfere na capacidade de estabelecer o funcionamento dos indivíduos. A capacidade de funcionar é "a habilidade de fazer várias coisas utilizando o bem e suas características" (Idem:168), como, por exemplo, o uso adequado da bicicleta. Ao focar esse conceito na pobreza, Sen chega à conclusão de que

uma abordagem absoluta no espaço das capacidades traduz-se dentro de uma abordagem relativa no espaço de mercadorias, recursos e

rendimentos, na negociação com algumas importantes capacidades, tais como evitar a vergonha de uma falha em um encontro de convenção social, participando de atividades sociais, e conservando o próprio respeito (Idem176-7).

Com base no quadro 6, proposto anteriormente, é possível perceber a pobreza formada estruturalmente pelo sistema capitalista que se vale tanto na exploração quanto na opressão de constrangimentos que condicionam o acesso aos recursos produtivos, como: terra, capital e trabalho. Além disso, a exploração e a opressão moldam a transformação de ativos em renda, quando, por exemplo, uma mulher, com a mesma qualificação, nível educacional e experiência de um homem, não recebe promoção para cargo de chefia, sem qualquer explicação para tal. Por último, a exploração e a opressão interferem na transformação de renda em ativos escassos. No semi-árido nordestino, talvez oferecer água seja mais importante do que renda, uma vez que, a conversão de renda em água pode ser desvantajosa. Na medida em que é um bem precioso na região, o valor cobrado pode ser exorbitante, ou até mesmo a escassez impossibilite a conversão da renda no bem (água).

Através da exploração, o trabalhador é expropriado, isto é, o empregador compra o trabalho mas paga só uma parte e fica com o excedente. Para desvalorizar o valor do trabalho, são utilizados inúmeros métodos de seleção e discriminação, como pagar menos para mulheres, delimitar idade ideal para produtividade e contratação, além de exigir cada vez mais experiência e qualificação. Em certa medida, até mesmo as taxas crescentes de desemprego são favoráveis para manter os baixos valores dos salários.

Os meios de exclusão, discriminação e expropriação são perpetuados através de hábitos, costumes e perfis desejáveis que atendam à ideologia da classe dominante. Assim, costumes, comportamentos e padrões estéticos desejáveis são construídos socialmente. Exemplificando: para ser um bom gerente e extrair o esforço dos outros trabalhadores é desejável que seja homem, branco, com experiência e, de preferência, que seja áspero no tratamento com os subalternos.

Nem sempre a exploração e a opressão são percebidas através de mecanismos explícitos. Diferentemente do que ocorre com suas resultantes que podem ser mensuradas estatisticamente pela inúmeras desvantagens das classes

empobrecidas, a geração e perpetuação das desigualdades pode ser e, é até preferível que seja realizada de forma sutil, não explícita, pois assim não desperta a insatisfação e a oposição das classes e grupos desfavorecidos. Assim aconteceu nos primeiros estudos sobre raça no Brasil, quando Gilberto Freyre negava as desigualdades raciais em prol da miscigenação, fato que foi rebatido pelos dados do IBGE e de trabalhos como o de Edward Telles (2003) que não negam a miscigenação, entretanto reconhecem as intensas desigualdades entre brancos e negros nas mais diferentes esferas, como nas ocupações e nas diferenças de rendimentos.

Com isso, existem formas de legitimar, tornar natural, quase imperceptível a opressão através do que Bourdieu (2004) chama de "poder simbólico", poder "invisível": aquele que está sujeito dá àquele que o exerce uma espécie de reconhecimento conferindo poderes, como a relação de subalternidade entre operários e diretores de uma fábrica. Os primeiros reconhecem a posição e a imposição do segundo grupo, seja através da posição em si, seja pelos títulos educacionais, riquezas e rendimentos. Legitimam-se ambas as posições de dominantes e dominados, em que as palavras dos diretores são revestidas de poder, que em si não exigem força física para fazer valer sua vontade, bastando apenas pronunciar as palavras (quase mágicas) para que sejam executadas. Opera-se, assim, o poder de crer e fazer crer que acaba sendo vivido como algo natural, incorporado, dado pela história e pela estrutura social vigente.

A maneira por que é exercido esse poder adequa-se à redução dos custos de extração do esforço do trabalho. De acordo com Wright (2003), as pessoas têm inerentemente capacidade de resistir à exploração, e, somente através da coerção, as classes dominantes, ou mesmo seus representantes, como os diretores das fábricas, não conseguiriam extrair em nível otimizado o esforço dos subalternos. Consequentemente, o consenso aliado à coerção propicia um melhor resultado. É assim que se passou a disseminar a identificação e a lealdade dos trabalhadores para a empresa em que trabalham. Prova disso são as eleições de funcionário-padrão, ou a premiação para aqueles que conseguem atingir metas de produção. Em nível amplo, existe a identificação com a própria ideologia das instituições capitalistas, como a valorização e reconhecimento da qualificação e dos títulos educacionais por parte dos subalternos.

Para mapear mais aguçadamente as posições sociais dos pobres, serão enfatizadas dentro da estratificação social, três variáveis que possivelmente

interagem com a classe social e, portanto, contribuem para disseminar diferentes vivências com a pobreza. São elas raça, gênero e idade. Em outras palavras, a desigualdade compreendida por meio de outras dimensões para além da posição social também pode contribuir para a formação da pobreza. Isso pode ser compreendido na medida em que:

categorias emparelhadas e desiguais tais como homem-mulher ou branco-preto consistem em relações assimétricas através de uma socialmente reconhecida (e geralmente incompleta) fronteira entre as redes interpessoais; tais pares categóricos recorrem a uma ampla variedade de situações, com o efeito habitual sendo a exclusão desigual de cada rede de recursos controlado pelo outro (Tilly, 2006:9).

Em relação a gênero "o caráter subordinado da participação das mulheres na sociedade, por exemplo, limita as possibilidades de acesso à propriedade e ao controle de recursos econômicos, sociais e políticos" (Arriagada, 2005:104) Entretanto, a conclusão de um estudo revela que "as mulheres possuem uma desvantagem de acesso aos contextos de classe, mas este padrão de interseção entre as opressões de classe e de gênero, ainda que relevante, aparece com uma intensidade menor, quando comparado com as divisões de raça" (Figueiredo Santos, 2005c:31).

Para Marklund (1990), havia basicamente duas explicações fundamentais no feminismo que fundamentariam a maior probabilidade da mulher ser pobre em relação ao homem. A primeira seria o efeito da opressão da mulher na sociedade e mercado de trabalho, a segunda enfocaria que a privação econômica da mulher é apoiada pelo sistema de "quebra" da família, além do crescimento do número de mulheres solteiras e de crianças. As mulheres tornam-se então as principais vítimas de tais processos devido à responsabilidade de reprodução.

Em relação à raça, percebe-se que essa interação com classe social na sociedade brasileira, enquanto determinante de *status*, mantém os negros nos níveis mais baixos da estrutura, estabelecendo acesso desigual a recursos e acumulação de riqueza. Tal desvantagem é reproduzida porque em parte "a noção popular sobre raça é transmitida através de estereótipos, da mídia, de piadas, das redes sociais, do

sistema educacional, das práticas de consumo, dos negócios e pelas políticas do Estado. Logo, raça tem grandes implicações materiais para os brasileiros" (Telles, 2003:306).

No tocante à idade, é notória a preocupação de inúmeros países com a dependência, cada vez maior, dos idosos em relação ao grupo de trabalhadores e das políticas governamentais de amparo. Principalmente aqueles que contam com uma população idosa significativa e/ou em crescimento. De acordo com Harriet Bradley idade é vista:

como uma dimensão da desigualdade, porque como classe, gênero e etnia, envolve a construção de diferenças sociais que trazem diferenças de acesso aos recursos sociais, como riqueza, poder e *status*. Em nossa sociedade, há uma “elite de idade” que são grupos medianos de idade, fora da elite estão os jovens e idosos que seriam relativamente impotentes, assim nas sociedades capitalistas ocidentais os velhos e os jovens são dependentes socialmente dos grupos médios (Bradley, 1996:147).

De acordo com Bradley (1996), existe uma estereotipização contínua que determina habilidades e impõe limitações para idosos e os mais jovens. Atribui-se aos idosos a incapacidade, a lentidão, e são obsoletos; no outro extremo, os mais jovens são indisciplinados, drogados e promíscuos. Para Sen a idade é um fator que poderia dificultar a conversão da renda em capacidade: "uma pessoa idosa tem muito mais dificuldade para ver-se livre de doenças, levar uma vida saudável, ter mobilidade, tomar parte na vida da comunidade, ver os amigos, e assim por diante" (Sen, 2001a:177).

Apesar de os idosos ainda não terem um tratamento digno no Brasil, e sofrerem com o peso não só da idade, mas do preconceito quando, por exemplo, um ônibus não pára no ponto para os mesmos exercerem o direito do transporte gratuito os dados mostram que a situação de pobreza no Brasil é representada muito mais pelos jovens, principalmente, as crianças. "Em 1999, um pouco menos de 16% dos indivíduos com 60 anos [ou mais] tinham rendimento familiar *per capita* abaixo da

linha de pobreza localmente relevante, enquanto 54,5% das crianças, com menos de quatro anos, se encontravam nessa situação" (Rocha, 2005:187).

Ao que parece, a aposentadoria é um importante recurso para que os idosos possam se estabelecer em um patamar acima da linha de pobreza. Acrescentando gênero, diferentemente de alguns países onde as viúvas não recebem a aposentadoria do marido, no Brasil a previdência transfere esse benefício para elas na morte do companheiro.

Como conceito chave na dissertação, classe merece mais algumas considerações teóricas, o que é e qual a sua relevância para estudar a pobreza?

De acordo com Wright (2003), alguns postulam a morte do conceito, outros renovam; mas enquanto houver sociedades marcadas pela desigualdades, o conceito de classe sempre estará presente de maneira analítica. Apesar das diferentes formas de conceituar, que variam principalmente conforme a abordagem dos autores e dos assuntos trabalhados, mantém-se geralmente de maneira intensa a relação do conceito de classe com os sistemas de desigualdades econômicas.

Pode-se dizer que classe:

em seu sentido social indica grupos amplos, entre os quais ocorrem a distribuição desigual de bens econômicos e/ou a divisão preferencial de prerrogativas políticas e/ou a diferenciação discriminatória de valores culturais que resultam respectivamente da exploração econômica, da opressão política e da dominação cultural. Tudo isso, potencialmente, leva ao conflito social pelo controle de recursos escassos (Wesolowski; Slomczynski, 1996:92).

A relação entre pobreza e classe social pode ser verificada através da distribuição e acesso desigual aos recursos importantes que limitam as possibilidades das classes menos favorecidas. Tanto para Weber, quanto para Marx "o controle da propriedade é um fator básico na determinação das oportunidades de vida de um indivíduo ou de uma classe" (Tumin, 1970:19). Assim, menor acesso ao poder e o próprio *status* da posição implicam diferentes acessos a ativos e à conversão deles em renda. É fácil para um empregado especializado, como um médico, conseguir um

empréstimo no banco, mas para um conta própria precário essa realidade fica mais distante.

A corrente marxista, contudo, avança na análise de classe e "a estratégia weberiana de análise de classe estaria contida dentro do modelo marxista" (Wright, 2003:9) pelo menos no que tange ao controle de recursos como determinante de diferentes trajetórias. Dessa maneira, para além de Weber, na versão neomarxista de Wright "o conceito de classe baseado explicitamente na exploração, ao contrário da noção weberiana de chances de vida, pretende relacionar o bem-estar material de um grupo social à sua capacidade de se apropriar dos frutos do trabalho de outro grupo social" (Figueiredo Santos, 2002:278).

Para avançarmos na discussão de classe, Bourdieu (2004) distancia-se de Marx no tocante à transformação do proletariado de *classe em si* em *classe para si*. De acordo com o primeiro, o processo é obscuro e marcado ora pelo determinismo, quando a transição aparece como necessidade lógica, mecânica ou orgânica, ora pelo voluntarismo da tomada de consciência via partido. O debate é notório nas ciências sociais, mas é possível fazer uma abordagem complementar dos dois autores de maneira a produzir uma interpretação mais rica do conceito de classe, talvez mais pragmática do ponto de vista investigativo.

Em seu texto *Social Class*, Wright (2003), compara o conceito de classe entre diversos autores. Classe para Pierre Bourdieu incorpora uma variedade de aspectos de oportunidades e recursos não econômicos, como o "capital cultural" e o "capital social" cobrindo desigualdades de diversos tipos, que explicam as chances de vida, as possibilidades que os indivíduos possuem. Em Marx aparece também a limitação de chances de vida e possibilidades dos indivíduos, entretanto ele coloca um peso maior no movimento emancipatório das classes menos favorecidas que teriam suas possibilidades limitadas principalmente devido à exploração e à opressão que foram institucionalizadas socialmente.

A complementariedade de ambos autores se faz presente quando sem determinismos ou reducionismos pode ocorrer a contribuição de elementos ligados a fatores não econômicos, como o capital cultural ou simbólico para facilitação da exploração e da opressão, ou contrariamente para superação das mesmas, como acreditava Benjamim, que os grupos oprimidos, através da faculdade criativa de produção, poderiam "depositar todas as suas esperanças no fato de que as formas de

arte de massa desencadeassem potenciais inconscientes da imaginação coletiva e, assim, provocassem a politização da estética" (Honneth, 1996:533).

Classe não seria simplesmente a reunião de um grupo de profissionais; no entanto deve-se refletir sobre o papel preponderante da relação que os indivíduos têm com o trabalho para a constituição de classe. Para Bourdieu

o nome da profissão de que os agentes estão dotados, o título que se lhes dá, é uma das retribuições positivas ou negativas (do mesmo título que o salário) enquanto *marca distintiva* (emblema ou estigma) que recebe o seu valor da posição que ocupa num sistema de títulos organizado hierarquicamente e que contribui por este modo para a determinação de posições relativas entre os agentes e os grupos" (Bourdieu, 2004:148).

Sendo assim, a formação educacional, o poder do título como exigências inerentes a determinados cargos, a função desempenhada e a vivência de aproximadamente 8 horas diárias no trabalho contribuem possivelmente com grande força para formar um *habitus* de classe e a própria classe. Não é por acaso que "as relações de classe são estabelecidas como intrínsecas ao processo de trabalho" (Giddens, 1982:194). É nas relações de trabalho permeadas pela exploração e opressão que os trabalhadores pobres e miseráveis estão presentes. Dessa maneira para sobreviver nada podem fazer, senão vender sua força de trabalho e assumir não apenas a função, o trabalho, mas uma posição de classe com todas as limitações de possibilidades inerentes a ela, tanto através do *habitus* de classe em Bourdieu, quanto pelas próprias limitações econômicas reveladas pelo marxismo.

O mercado de trabalho, longe de ser uma distribuição de renda contínua e uniforme, é, em vez disso, uma unidade profundamente segmentada (*lumpy*), com esta segmentação principalmente tomando a forma de grupos institucionalizados (ex: classes) que constituem combinações predefinidas (*prepackaged*) de bens valiosos. Estas combinações predefinidas são em

parte fechadas ao intercâmbio (entre classes), desenvolvem suas próprias preferências e culturas distintas, e definem fronteiras de isolamento e participação social (Grusky e Kanbur, 2006:14).

A vantagem de se trabalhar com classe ao invés de grupos é que não se perde a dimensão de poder e conflito inerentes ao processo de trabalho, ou seja, a dimensão de acesso desigual a bens diversos está sempre presente de acordo com a classe, ao passo que em grupos podem ser identificadas questões contemporâneas mais diversas como o meio ambiente, ou direitos, perdendo assim, o real foco gerador do problema. Para estudar pobreza é essencial que se compreenda a sua geração através da exploração e da opressão, identificada com a classe que tem interesse em sua manutenção, através da interdependência de classes, isto é, os capitalistas necessitam dos trabalhadores e vice-versa.

As abordagens de origem marxista atualmente carregam consigo um certo estigma de autores que viram a morte do marxismo celebrada pelo fracasso do socialismo da extinta União Soviética. Como aponta Elster (1989), é fundamental que se analise o que ainda está vivo da teoria marxista e, nesse sentido, o conceito de classe como instrumento de análise empírica está mais vivo do que nunca. Até mesmo a busca por um caminho alternativo ao capitalismo, ou a emancipação das classes destituídas, ainda persiste, caso se queira falar em redução da pobreza e da miséria de maneira sustentável.

No início deste capítulo foi esboçado o surgimento de um novo paradigma para se estudar a pobreza, buscando o enfoque nos ativos e não na renda. Por esse ângulo, a contribuição de Marx e Wright para o mesmo enfoque pode ser entendida através dos aspectos de classe social e da sua relação com a geração e manutenção da pobreza. Avançando um pouco mais:

embora o espaço multidimensional de dotações e resultados pudesse em tese ser realmente complicado, os analistas de classe têm presumido que na prática um pequeno número de classes sociais está institucionalizado no mercado de trabalho, cada uma compreende uma combinação característica de dotações e resultados. Nesta forma simples, esta suposição pode ser testada

examinando se as dotações (ex: educação) e resultados (ex: renda) tendem a ser combinados em um pequeno número de modos característicos com cada combinação mapeando uma classe social postulada (Grusky e Kanbur, 2006:24).

3 – Classificação dos pobres: questões, construção e análise

A escolha da abordagem teórica indica mas não elucida completamente a maneira empírica pela qual será trabalhada a pobreza na dissertação, o que não significa apenas escolher o método como entrevistas, grupo de foco, *survey*. Importa, antes de qualquer metodologia específica, discutir em que nível a análise será realizada. Em relação ao tema aqui proposto, sobressaem-se pelo menos três níveis possíveis:

no nível estrutural a força de uma perspectiva poderia ser verificada através de estudos históricos ou comparações e cruzamentos entre países onde há alguma variação na estrutura. No nível demográfico, as teorias de pobreza podem ser testadas através de comparações de diferentes grupos de pobres com os não pobres ou através de comparações de subgrupos de pobres. Frequentemente isto é feito para olhar os riscos relativos da pobreza nas várias partes da população. Ao nível dos mecanismos da pobreza individual a evidência empírica preocupa-se com o porquê e como um indivíduo em particular ou famílias têm se tornado pobres ou permanecem na pobreza (Marklund, 1990:131).

Evidentemente, uma pesquisa em tais níveis forneceria completo suporte para a compreensão da pobreza, embora uma pesquisa como a estrutural não seja algo simples de ser feito, envolve tempo e frequentemente mobiliza mais de um pesquisador, grupos de pesquisadores e instituições nacionais e internacionais. Com isso, resta-nos a opção de trabalhar no nível demográfico e individual. Assim, situaremos esta análise no nível intermediário, ou seja, demográfico, tendo em vista alguns motivos. Primeiro porque, provavelmente facilitará a aplicação da noção de exploração e opressão expostas nas proposições teóricas, uma vez que serão construídas posições sociais; segundo, porque poderemos comparar nessas posições sociais as diferentes composições de pobres e não-pobres; e por último, mas não menos importante, é possível que no nível intermediário se possam fazer algumas

inferências às questões estruturais e às individuais que contribuem para a formação da pobreza.

Em relação à problematização, a dissertação traz uma questão geral de foco amplo que é a compreensão das causas da pobreza no Brasil. Para isso, apresenta, além de discussões teóricas que tentam elucidar tal questão, a construção de um instrumento analítico aplicado às variáveis da PNAD que possibilitaria uma forma complementar as linhas de pobreza, ultrapassando a mera mensuração e descrevendo as posições sociais dos pobres. Tenta-se, então, compreender melhor como esses indivíduos obtêm seus rendimentos e como a circunstância domiciliar pode acentuar ou atenuar a renda dos indivíduos. Não foi medida e estudada a repartição da renda dentro do domicílio; no entanto, como a renda utilizada foi a domiciliar *per capita*, supõe-se agregação e em alguma medida repartição da mesma pelos membros do domicílio. Esse meio de que o indivíduo obtém seus rendimentos, bem como sua posição social, nos ajuda a entender melhor as questões da pobreza e da desigualdade de renda. O resultado de um estudo recente (Dillon Soares, 2006) aponta para o fato de que a redução da desigualdade de rendimentos (*Gini*), ocorrida entre 2001 e 2004, foi em grande parte (3/4) decorrente da desconcentração de rendimentos via mercado de trabalho. O fato de um indicador de desigualdade apresentar redução não significaria uma diminuição direta da pobreza, contudo, como já foi dito oportunamente neste trabalho, o Brasil apresenta concentração de renda muito forte e renda *per capita* acima da linha de pobreza. Quando ocorre redistribuição de renda dos segmentos de maiores concentrações para as camadas mais pobres, indiscutivelmente existe uma contribuição para redução da pobreza via redução da desigualdade, que como constatou a pesquisa, ocorreu principalmente através do mercado de trabalho.

Esse fato reforça a importância de se construir um modelo analítico baseado em posições socioeconômicas dos trabalhadores assalariados pobres, inserções precárias, exclusão e relações de dependência ou inatividade, não só para compreender melhor o que está acontecendo e delinear campos de atuação para as políticas públicas, mas também para captar os diversos condicionamentos que ocorrem, variando de acordo com a posição em que o indivíduo está localizado. Em outras palavras, para verificar de alguma forma se o que a pessoa tem determina o que ela obtém (Wright, 2005), ou seja, a relação que os indivíduos têm com o mercado de trabalho, o sistema produtivo, ou mesmo o Estado (ex: aposentados,

transferências de renda do governo) que devem ser investigadas porque provavelmente agem com grande influência para determinar oportunidades diferenciadas de acesso a recursos valiosos ou escassos.

Além disso, a redução da desigualdade via mercado de trabalho ajusta-se à abordagem de Wright em relação à exploração que gera a pobreza dos trabalhadores pobres e a opressão que gera a *underclass*. De acordo com Marklund (1990), a *underclass*, conceitualmente, reivindica que existe um curso contínuo de pessoas da classe trabalhadora para os pobres e dos pobres para a classe trabalhadora. Com isso, é necessário colocar questões mais focadas que, de alguma forma, podem ser aferidas não apenas pela construção do modelo analítico mas através de outras possíveis associações. Assim são propostas duas questões que estão conectadas entre si.

A primeira questão avalia a hipótese de que a natureza da inserção corporificada pelo tipo, *status* da ocupação e o controle de ativos importantes, dentre outros, determinaria as chances de ser ou não pobre, quando, por exemplo, encontramos determinadas posições com uma porcentagem muito alta de pobres. A segunda questão, conectada à primeira, visa controlar as relações observadas introduzindo uma terceira variável que, em interação com o instrumento analítico, funcionaria como canal modulador, ou seja, variáveis condicionantes como raça, idade e gênero que condicionam, moldam e influenciariam também na formação do problema, dependendo da posição ou condição em que os indivíduos se encontrem em relação a elas. Assim:

quando a parte relativa ou sentido das associações contingentes diferem, isto é, quando se verificou que a relação original é mais pronunciada num subgrupo do que em outro, quando a amostra total é dividida pelo fator de teste falamos de relações condicionais, tecnicamente, o propósito com que examinamos tais relações é denominado especificação: desejamos especificar as condições segundo as quais a relação original se fortalece ou se enfraquece (Rosenberg, 1976:125).

A operacionalização do trabalho foi basicamente dividida em três fases. Primeiramente, foi construído o instrumento analítico²⁴ com base em algumas variáveis da PNAD que serão informadas mais à frente. Em um segundo momento, foram utilizados os valores das linhas de pobreza para auxiliar na delimitação dos pobres e não-pobres que se encontrarem nas categorias socioeconômicas. Por fim, com o instrumento construído, foram estratificadas as posições através de raça, gênero e idade.

A dissertação preocupa-se com a necessidade de superação do paradigma da renda para se estudar a pobreza, e para isso utilizou-se a inclusão das posições sociais que trazem junto a noção de classe social, exploração e opressão já tratados anteriormente. No entanto, pelo menos até o momento a abolição por completo da renda ainda não parece algo viável, ou seja, "os desafios de criar conceitos alternativos ao paradigma da renda operacionalmente permanecem grandes" (Bourguignon, 2006:101). O próprio Amartya Sen, integrante do novo paradigma, admite a relevância da renda, embora destaque a importância também de fatores pessoais e do meio para estabelecer seu mecanismo conceitual de capacidade de funcionamentos, "tendo uma alta renda determinará, fornecerá outras coisas, o que ajuda a alcançar uma ampla capacidade para funcionar" (Sen, 2006:35).

Em relação às posições sociais e à pobreza, Wright (1994) especificamente aponta para os trabalhadores pobres em decorrência da exploração e expropriação, ou seja, aqueles que recebem baixos salários, e a *underclass* que é formada pelos oprimidos que não têm acesso a recursos importantes como terra, capital, trabalho. Seguindo esse procedimento, tem-se, grosso modo, a classe dos trabalhadores pobres e o excedente (excluídos). Entretanto, ao aplicar a linha de pobreza e categorizar com base na vasta gama de ocupações da PNAD, espera-se que o universo fique mais refinado, propiciando a subdivisão da classe trabalhadora pobre e da *underclass*.

Tal proposta de operacionalização e construção do instrumento leva em consideração que:

a especificidade da estrutura de classes no país parece materializar-se, de modo particular, na geração de uma grande heterogeneidade

²⁴ Apesar do instrumento analítico ser uma classificação ampla de pobres deverá incorporar pelo menos 2 posições caracteristicamente de não-pobres (Empregadores e Média) para efeitos comparativos e análises complementares.

socioeconômica em um hipertrofiado segmento de auto-emprego e na constituição de formas exacerbadas de destituição, dentro e fora do universo do trabalho assalariado, quando não de exclusão do sistema social de produção (Figueiredo Santos, 2005a:33).

3.1 – A Construção da classificação

A construção da classificação socioeconômica dos pobres foi realizada utilizando-se de diversas variáveis da PNAD 2004. Para uma compreensão mais técnica, o leitor poderá consultar o anexo 2 que contém as sintaxes dos processos de construção realizados no SPSS. No momento, serão descritos sucintamente algumas variáveis e procedimentos utilizados na criação da classificação. Há necessidade, na medida em que os dados das tabelas forem analisados, de algumas intervenções futuras sobre os processos que poderão ser ressaltadas.

A construção em parte (ocupados) foi derivada da classificação socioeconômica feita por Figueiredo Santos (2005a). O autor, utilizando-se das PNADs, construiu sua classificação com base em transformações realizadas particularmente por meio das variáveis originais de "posição na ocupação", que corresponde à noção sociológica de *status* do emprego (empregado, empregador, etc), tipo de estabelecimento, setor de atividade e ocupação. Nos estudos de mobilidade social, em particular dada a dificuldade de mensurar diretamente a origem de classe, a ocupação pode servir como substituto (*proxy*) para a posição de classe. "Deve-se considerar que a ocupação é, hoje, um dos principais indicadores da posição social dos indivíduos, e tem sido amplamente utilizada para definir esquemas de classes, tanto entre neomarxistas como entre neweberianos" (Scalon, 1998). A ocupação ganha força diante de outros aspectos, como a profissão ou o nível educacional, ainda que tais características possam estar implícitas em diversas ocupações. Tal fato fundamenta-se na medida em que ter apenas uma profissão, como, por exemplo, ser formado em Ciências Sociais, não determina a forma como o indivíduo vai obter a renda. Sob esse ponto de vista, o enquadramento de posição de classe provavelmente deve ser mais afetado pela posição na ocupação e a própria

ocupação, ou seja, o que de fato o indivíduo exerce na sociedade para sobreviver. Isso muitas vezes, pode ter um caráter distinto de sua formação ou qualificação.

Como o interesse desta dissertação está na pobreza, foram feitas agregações e desagregações a partir das sintaxes do autor (Figueiredo Santos, 2005a), além da criação de novas categorias (indivíduos não-ocupados). As diferenciações entre os ocupados tem origem na variável V4706, que representa a "posição na ocupação do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade" (PNAD, 2004). Essa variável foi recodificada e passou a ser representada pelas categorias: empregado, empregado doméstico, conta-própria, empregador, trabalhador na produção para o próprio consumo, trabalhador na construção para o próprio uso e não-remunerado, além do próprio *missing* que servirá mais à frente para classificar os não-ocupados. O próximo passo foi a desagregação de algumas dessas posições através de recodificações condicionadas a outras variáveis.

As nuances relacionadas às ocupações permitiram que se fizesse uma diferenciação dos ocupados com base nos critérios de Wright (1997), ou seja, propriedades de ativos de capital, controle diferenciado de ativos de qualificação e relação com o exercício de autoridade dentro da produção. No entanto, como o foco está na pobreza, foram inseridos ainda outros critérios, como a diferenciação de agrícola e não-agrícola em algumas categorias, além da contribuição para a previdência social como fator diferenciador da posição de trabalhador formal e informal.

As primeiras 16 categorias são formadas de ocupados (ver quadro 7). Da categoria "aposentado ou pensionista federal" até "beneficiários de outros rendimentos" (inclusive) há algumas situações de não-ocupados que foram classificados através da recodificação do *missing* da V4706 com base em variáveis que apontavam para as respectivas situações de inatividade. Nas posições de beneficiários de programas de transferência de renda e BPC-LOAS (Benefício de prestação continuada), a classificação foi feita de forma indireta. Utilizando-se de variáveis do arquivo de domicílios, foi possível reclassificar o *missing* da variável V4706, significando, portanto, que as composições dessas posições referem-se a indivíduos que vivem em um domicílio onde pelo menos uma pessoa recebe ou algum programa de transferência de renda ou no caso da posição BPC-LOAS esse benefício.

Essas duas categorias foram criadas somente porque a PNAD de 2004 ofereceu essa possibilidade através do suplemento dos programas sociais. Em relação aos programas de transferência de renda houve um procedimento de agregação dos programas: Auxílio-Gás, Bolsa-Família, Cartão-Alimentação do programa Fome Zero, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola, PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e outros programas federais, estaduais e municipais. No final, com exceção de não-remunerado que já era uma categoria própria da variável V4706, as restantes foram criadas a partir de recodificações condicionadas do *missing* restante dessa mesma variável.

Quadro 7 – Posições sociais criadas

Empregador agrícola
Empregador não-agrícola
Classe média
Forças armadas
Conta própria agrícola
Conta própria não-agrícola capitalizado
Conta própria não-agrícola com qualificação
Empregados qualificados e supervisores
Trabalhador formal
Trabalhador informal
Trabalhador elementar agrícola
Trabalhador elementar não-agrícola
Conta própria precário
Empregado doméstico
Trabalhador no autoconsumo
Trabalhador na própria construção
Aposentado ou pensionista federal
Aposentado ou pensionista de outros tipos
Rentista (recebe aluguel)
Dependente de doação de não-morador
Beneficiário de outros rendimentos
Pessoa de domicílio dependente de programas de transferência de renda
Pessoa de domicílio beneficiário de BPC-LOAS (direito)
Desempregados
Não-remunerado
Afazeres domésticos
Estudantes
Sem atividade ou sem declaração

Assim, espera-se que a construção de um mecanismo baseado em categorias socioeconômicas permita um melhor entendimento da pobreza que é engendrada como ônus de um modelo de capitalismo desigual e excludente, o que consequentemente serviria para melhorar o desenho e a efetividade de políticas sustentáveis de combate à pobreza. Além disso, permite um melhor monitoramento, pois provavelmente não é uma simples transferência de renda que eliminará a pobreza. É claro que, para quem não tem nada, o pouco é muito; todavia, se as causas não estão sendo combatidas estruturalmente, a solução não se apresentará de maneira sustentável, produzindo apenas redução nas estatísticas de miseráveis e pobres, mas que, na descontinuidade do programa de transferência, a pobreza ressurgiu nua e crua.

O ponto acima é muito importante para tentar, por exemplo, elucidar dados que apontam que de 2003 para 2004 a renda média dos 10% mais pobres subiu 18%, ao passo que a dos 10% mais ricos cresceu somente 1,4%.²⁵ Como atribuir a elevação de renda dos mais pobres às políticas de combate à pobreza? Seriam as transferências de renda que tiveram os valores elevados e foram intensificadas com o Fome Zero? O que ocorre é verificar se essa elevação de rendimentos é proveniente de transferência de renda ou via mercado de trabalho. No primeiro caso, geraria apenas números provenientes das transferências de renda, de caráter muito mais emergencial do que estrutural. No segundo caso, indicaria alguma sustentabilidade como a geração de empregos. O instrumento construído na dissertação serviria para captar a geração ou redução de postos de trabalho entre o universo de pobres com base em atualizações temporais dos dados das PNADs.

Relativamente à transferência de renda, existe uma variável no arquivo de pessoas da PNAD²⁶ que é denominada "juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos" (PNAD, 2004), que de acordo com o manual do entrevistador a Bolsa-Família entra nessa mesma variável como "outros rendimentos". Estudos sobre distribuição de renda mostram que esta variável passou de "campeã de concentração em 1995-1998 a vice-campeã em desconcentração em 2004" (Dillon Soares, 2006:22). Essa agregação de rendimentos tão distintos em uma mesma variável dificulta a aferição exata do que está ocorrendo, mas certamente a expansão dos beneficiários e a elevação dos valores dos benefícios pagos com a unificação dos programas de transferência de renda do governo federal afetaram a

²⁵ Tabela 4 do anexo 1 .

²⁶ V1272 do arquivo de pessoas, com base no dicionário de 2004 da PNAD.

mudança de concentração de renda nessa variável. A PNAD de 2004, no arquivo de domicílios, trouxe um suplemento com algumas variáveis de programas sociais, dentre eles o Bolsa-Família, embora só seja possível saber se o indivíduo vive em um domicílio onde alguém recebe o benefício. Para visualizar melhor essas variáveis, elas deveriam ser expostas no arquivo de pessoas, separadamente da variável juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos.

3.1.1 – A linha de pobreza

Para se chegar aos valores da linha de pobreza, isto é, o limiar que separa os pobres dos não-pobres, o ponto de partida é o cálculo da linha de indigência que está diretamente ligada às questões de sobrevivência física, principalmente alimentar. Sendo assim, a melhor mensuração é a regionalizada com base no consumo observado. Essa metodologia permite que se chegue aos valores monetários necessários para suprir o consumo calórico mínimo indicado pela FAO.

A primeira etapa consiste em determinar, para a população em questão, quais são suas necessidades nutricionais. A etapa seguinte objetiva estabelecer, a partir das informações de pesquisa de orçamentos familiares, a cesta alimentar de menor custo que atenda às necessidades nutricionais estimadas. O valor correspondente a essa cesta é a linha de indigência" (Rocha, 2005:50).

Até aqui se tem o limiar de miseráveis e não-miseráveis, mas como o foco do trabalho situa-se na dicotomia de pobres e não-pobres, o próximo passo é o cálculo da linha de pobreza. Uma vez satisfeitas as necessidades calóricas mínimas, Rocha (2005) utiliza as informações das despesas não-alimentares para famílias de baixa renda contidas no Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC). É importante salientar que não existe consenso para determinar do ponto de vista empírico o mínimo necessário de consumo não-alimentar, sendo portanto uma estimativa. Os valores das linhas de pobreza e de indigência de 2004 calculados por

Sônia Rocha (2006) estão no anexo 3. No caso da dissertação foram considerados apenas os valores da linha de pobreza.

Existe uma discussão acerca de qual rendimento deveria ser utilizado para o cálculo da linha de pobreza, o qual poderia ser tanto a renda individual quanto o rendimento familiar ou domiciliar. Nos dois últimos casos, levar-se-ia em conta o somatório total da renda dos membros da família ou domicílio e a divisão do resultado pelo número total de pessoas, ou seja, obteríamos o rendimento familiar ou domiciliar *per capita*. Dessa forma, "A variável relevante quando se trata de medir pobreza sobre a ótica da renda é a renda familiar ou domiciliar *per capita*, que resulta da repartição solidária dos rendimentos de todas as origens (trabalho, aposentadorias, pensões, doações, transferências, aluguéis, juros, etc.) recebidos por todos os membros da família ou domicílio" (Rocha, 2006:13).

Nem todos concordam que o melhor cálculo da linha de pobreza deva se basear na renda domiciliar *per capita*. De acordo com Arriagada, "as formas tradicionais de medição da pobreza que privilegiam a renda familiar obscurecem a pobreza dos membros menos favorecidos do domicílio: mulheres, jovens, crianças e idosos" (Arriagada, 2005:105). De maneira semelhante

uma *linha de pobreza* que ignora completamente as características individuais não consegue fazer justiça às nossas verdadeiras preocupações sobre o básico da pobreza, a insuficiência de capacidade devida a meios econômicos inadequados. Seguidamente será sensato agrupar os indivíduos em categorias particulares (relacionadas com classe, sexo, grupo ocupacional, *status* do emprego, e assim por diante) (Sen, 2001a:175).

A renda domiciliar foi a opção utilizada para determinar quem é ou não-pobre. Essa escolha justifica-se por se considerar o domicílio e a repartição da renda no domicílio como mais próximos da representação da realidade brasileira. Os valores das linhas de pobreza foram calculados pela pesquisadora Sônia Rocha (anexo 3) e já levam em consideração os diferentes custos de vida do Brasil, além de características alimentares peculiares de cada região. A partir desses valores e de posse dos dados da PNAD 2004, foi criada a variável linha de pobreza (VLPOBRE)

conforme sintaxe do SPSS (anexo 2). O procedimento de "alimentação" das categorias "0" não-pobre e "1" pobre foi feito através de várias recodificações condicionadas do *missing* da nova variável. Para tal, houve a utilização da variável UF para diferenciar o estado, V4728 para diferenciar a região urbana de rural, V4727 para determinar as regiões metropolitanas e V4621, que é a variável de renda domiciliar *per capita*. Com as diversas combinações dessas variáveis foi possível levar em consideração os valores regionalizados e chegar aos parâmetros de pobres e não-pobres.

3.2 – Variáveis de estratificação (moduladoras)

Após o esboço da construção da classificação e da linha de pobreza, poderemos passar para a última etapa, em que ocorre a estratificação com as variáveis condicionantes. Com isso, estaremos ultrapassando em alguma medida os indicadores baseados unicamente na renda para mensurar a pobreza que "são completamente inadequados para refletir as características multidimensionais da pobreza" (Oliver e Grant, 2000:169).

Já foi destacado no capítulo da "Contribuição das ciências sociais" a probabilidade de variáveis como raça, gênero e idade atenuarem ou acentuarem a situação de pobreza de acordo com a posição dos indivíduos em relação com essas variáveis. Assim, teoricamente as mulheres poderiam ser capturadas mais facilmente pela situação de pobreza que os homens. Nesse caso, ser um homem seria portanto uma vantagem para escapar da pobreza. As análises tentarão levar em consideração as interações dessas variáveis (separadamente) com o instrumento analítico (classificação dos pobres) para confirmar ou não a segunda hipótese, ou seja, se e quais dessas variáveis teriam influência para elevar ou minimizar as chances de ser pobre.

Em termos operacionais, a variável gênero foi utilizada diretamente, caso que não aconteceu com as outras moduladoras que passaram por recodificações simples (agrupamento). Após tais procedimentos, chegamos à raça (branco e não-branco) e idade (0-14, 15-25, 26-54 e 55 ou mais). As sintaxes do SPSS podem ser conferidas no anexo 2.

Talvez fosse interessante mencionar o critério para o agrupamento da variável raça. Em relação a essa variável, foi criada a categoria de brancos que, além

de contar com os brancos, também foi composta pelos amarelos, e a outra categoria criada agregou pretos, pardos e indígenas em não-brancos. Tais opções podem ser explicadas porque dentre "os brasileiros pretos e pardos têm uma renda bem mais baixa que a dos brancos, mas a renda da família preta é próxima (90%) da renda da família parda. Logo, a conclusão é que, se a disparidade entre brancos e não-brancos é imensa, a lacuna entre pretos e pardos é relativamente pequena" (Telles, 2003:192). De acordo com a PNAD 2004, os amarelos representam 0,4% e os indígenas apenas 0,2%. As porcentagens são muito baixas, mas para não serem excluídas da amostra, a saída encontrada foi a de colocá-los junto aos grupos mais próximos em termos de condições socioeconômicas.

3.3 – Análise sociológica da classificação dos pobres

Após o esboço da criação da classificação dos pobres e das variáveis que serão utilizadas para a estratificação, cruzamentos e análises, poder-se-á avançar para a próxima etapa em que os dados, tabelas e cruzamentos serão analisados. A primeira análise (tabela 1), que será feita, busca responder à primeira questão colocada no trabalho. É a de que a natureza da inserção, o *status* da ocupação e o controle de ativos importantes determinariam em grande parte as chances de ser ou não pobre. A princípio, o leitor poderia se questionar por que uma classificação dos pobres deveria conter posições, cujo número de pobres é tipicamente pequeno, como por exemplo, os empregadores. Tal recurso busca incorporar uma ferramenta importante das ciências sociais, que é a comparação, considerando que em alguma medida essas categorias de não-pobres auxiliem, lançando luz e contrastando com posições sociais, em que os pobres são mais representativos, revelando, por exemplo, a contribuição de deter ativos importantes para escapar da pobreza.

Dessa forma, ao se dividir as porcentagens de pobres internas das categorias (dentro de parênteses) pelo percentual total de pobres da classificação (31,6%) chegaremos ao índice de representação, o que nos permite aferir em que medida e qual a importância de pertencer àquela posição para se tornar pobre ou não. Assim, do ponto de vista analítico, quanto mais próximo de zero, menores serão as chances daquele indivíduo de se tornar pobre. Próximo de 1,00, as chances são consideráveis e, acima de 1,00, vão se elevando quanto maior o valor do índice de representação. Com isso, constata-se facilmente que as 4 primeiras posições sociais são tipicamente de não-pobres, tanto pela composição interna das categorias quanto pelo índice de

representação que foi menor na classe média (0,06) acompanhada de perto pelos empregadores não-agrícolas (0,09). Logo são as posições menos prováveis de encontrarmos pobres; em seguida vêm os empregadores agrícolas (0,18), empregados qualificados e supervisores (0,22) e forças armadas (0,25).

Investigando melhor as 5 (cinco) posições, poderemos compreender o porquê de se escapar facilmente da situação de pobreza. Tanto na posição de empregador agrícola (5,7%) quanto na de empregador não-agrícola (2,8%), observa-se uma baixa porcentagem interna nas categorias, o que em termos de contribuição para a pobreza no Brasil é ínfimo, pois cada uma contribui com 0,1%. É fundamental salientar que são indivíduos que detêm capital e empregam pelo menos uma pessoa; logo, se situam também em posição de poder no processo produtivo. Entretanto, da mesma forma que se encontram aqui grandes empresários e fazendeiros, há também pequenos empregadores não-agrícolas com menores lucros e pequenos empreendimentos agrícolas, que são afetados por situações que influenciam a safra, como o clima, a chuva e outras intempéries. Mesmo se o período de setembro em que foi feita a pesquisa não for a época da colheita pode influenciar no rendimento obtido pela PNAD. Sendo assim, uma boa parte dos 5,7% dos pobres internos da categoria empregador agrícola podem ter passado por essas situações, o que sobrestimaria esse valor, pois em termos de produção agrícola e, mesmo na pecuária, existem períodos de oscilação durante o ano.

A classe média, posição que no presente trabalho busca designar uma categoria, cujos indivíduos pertencentes não possuem capitais produtivos semelhantes à posse de terras e máquinas como principal fonte de renda, mas detêm uma posição privilegiada na classificação, superior ao restante, é formada por indivíduos com profissões de alto *status* ou que exigem um elevado nível educacional como especialistas (engenheiros, médicos...) ou ainda, envolvem grande poder como diretores, gerentes, membros superiores do legislativo, executivo e judiciário. Observando as porcentagens de pobres, tanto dentro da categoria de classe média (2,0%) quanto para a pobreza em geral (0,2%), é facilmente constatável que nessa posição o alto nível educacional e de poder incorporados minimizam fortemente as chances de ser pobre. Pode-se dizer que muito provavelmente seus rendimentos não atingem o teto de alguns empregadores, mas vivenciam uma situação de maior homogeneidade e segurança em termos de obter a renda, fato que

pode ser comprovado por apenas 2,0% de pobres internos da categoria, bem menos que a dos empregadores.

Tabela 1 – Cruzamento de posições sociais por linha de pobreza, contribuição para a pobreza geral e composição interna (entre parênteses) nas posições. Acompanha índice de representação da posição dos pobres.

POSIÇÃO	Total %	Não-pobres %	Pobres %	Índice
Empregador agrícola	0,3	0,4 (94,3)	0,1 (5,7)	0,18
Empregador não-agrícola	1,6	2,3 (97,2)	0,1 (2,8)	0,09
Classe média	2,9	4,2 (98,0)	0,2 (2,0)	0,06
Forças armadas	0,1	0,2 (92,0)	0,0 (8,0)	0,25
Conta própria agrícola	2,5	2,6 (68,4)	2,5 (31,6)	1,00
Conta própria não-agrícola capitalizado	2,6	3,2 (84,9)	1,3 (15,1)	0,48
Conta própria não-agrícola com qualificação	0,3	0,4 (86,3)	0,2 (13,7)	0,43
Empregados qualificados e supervisores	3,6	5,0 (93,0)	0,8 (7,0)	0,22
Trabalhador formal	10,6	13,3 (86,0)	4,7 (14,0)	0,44
Trabalhador informal	3,7	4,0 (73,0)	3,2 (27,0)	0,85
Trabalhador elementar agrícola	2,4	2,4 (66,6)	2,6 (33,4)	1,06
Trabalhador elementar não-agrícola	2,5	2,3 (64,0)	2,9 (36,0)	1,14
Conta própria precário	4,3	4,3 (68,0)	4,4 (32,0)	1,01
Empregado doméstico	3,6	3,4 (64,9)	3,9 (35,1)	1,11
Trabalhador no autoconsumo	1,9	1,8 (65,3)	2,0 (34,7)	1,10
Trabalhador na própria construção	0,1	0,0 (55,1)	0,1 (44,9)	1,42
Aposentado ou pensionista federal	7,7	9,9 (88,7)	2,8 (11,3)	0,36
Aposentado ou pensionista de outros tipos	0,6	0,6 (66,7)	0,6 (33,3)	1,05
Rentista (Recebe aluguel)	0,2	0,2 (79,9)	0,1 (20,1)	0,63
Dependente de doação de não-morador	0,5	0,4 (54,8)	0,7 (45,2)	1,43
Beneficiário de outros rendimentos	2,2	1,3 (41,3)	4,1 (58,7)	1,86
Pessoa de domicílio dependente de programas de transferência de renda	9,6	4,2 (30,3)	21,1 (69,7)	2,21
Pessoa de domicílio beneficiário de BPC-LOAS (direito)	0,4	0,3 (53,1)	0,6 (46,9)	1,48
Desempregados	4,0	3,3 (55,7)	5,6 (44,3)	1,40
Não-remunerado	3,2	3,0 (63,9)	3,7 (36,1)	1,00
Afazer domésticos	11,0	11,1 (69,0)	10,8 (31,0)	0,98
Estudantes	11,1	10,8 (66,5)	11,7 (33,5)	1,06
Sem atividade ou sem declaração	6,3	4,9 (54,0)	9,1 (46,0)	1,46
Total	%	100,0	100,0 (68,4)	100,0 (31,6)
	Número	182.060.108	124.547.490	57.512.618
				-

Fonte: Elaborado com base no IBGE. PNAD 2004.

A posição de forças armadas conta com planos de carreira geralmente com soldos superiores aos valores das linhas de pobreza de qualquer estado. Mas os 8,0% de pobres internos da categoria possivelmente são os recrutas, soldados em primeiro ano, basicamente no cumprimento do serviço militar obrigatório. É sabido que, nesse primeiro ano, eles ainda não se encontram engajados na carreira e são descontados do soldo o custo das vestimentas, fardamento e coturnos. Essa categoria não afeta a pobreza no Brasil de maneira relevante, pois são poucos indivíduos.

Em relação aos empregados qualificados e aos supervisores, verifica-se uma situação inferior aos empregadores e superior às posições como trabalhadores e conta próprias. Contam com 0,22 de índice de representação, aproximando-se bastante de forças armadas (0,25). Logo, no tocante à pobreza é uma posição que atenua fortemente as chances do indivíduo ser pobre. Nessa posição, podemos observar 7,0% de pobres internos na categoria, o que em termos gerais representa 0,8% dos pobres no Brasil. Uma das explicações para esses valores é que nessa posição existem indivíduos com algum nível de qualificação: muitos são técnicos e alguns possuem nível superior, outros detêm algum poder no processo de produção, como o dos supervisores.

Quando se adentra nas categorias de conta próprias, as chances do indivíduo de se tornar pobre passam a ser significativas. Estamos, então, entrando propriamente nas posições sociais dos pobres. Observando o índice de representação, os conta próprias precários (1,01) são acompanhados de maneira muito próxima pelos conta próprias agrícolas (1,00). Notoriamente, o fato de pertencer a qualquer uma das 2 posições não ameniza a tendência para a pobreza, o que também pode ser constatado pela contribuição das posições na composição da pobreza geral, de forma que os conta próprias precários representam 4,4% e os conta próprias agrícolas 2,5%. Essa situação é amenizada fortemente reduzindo em mais da metade nos conta próprias não-agrícolas capitalizados (0,48) e nos conta próprias não-agrícolas com qualificação (0,43). Do ponto de vista da pobreza, existe uma heterogeneidade importante na posição dos conta próprias que, se não fosse desagregada, dificilmente seria captada. Assim, nos capitalizados que possuem algum tipo de estabelecimento ou veículo, a contribuição para a pobreza geral é de 1,3% e naqueles com qualificação (0,2%). Aí, encontram-se principalmente, os técnicos de nível médio.

A circunstância da renda domiciliar per capita, utilizada no recorte da linha de pobreza, aponta para questões demográficas, pois, como se sabe, nas áreas rurais

que abrigam a maior parte dos conta próprias agrícolas, a taxa de natalidade é maior que no meio urbano. O conhecimento e a facilidade de acesso aos métodos contraceptivos estão mais distantes dessa realidade. Assim, hipoteticamente, contam com famílias maiores, e a renda do indivíduo no contexto domiciliar seria repartida em um maior número de partes, contribuindo para o agravamento da situação de destituição.

A análise das variações dos conta próprias também revela como é importante para o indivíduo deter algum ativo para escapar da pobreza e do peso dos diferentes ativos. Nesse ponto, a terra não deixa de ser um ativo importante, mas está, como já foi dito anteriormente, mais sujeita aos fatores de risco como clima, solo, pragas e entressafras. Os conta próprias precários confirmam tal proposição, pois ao não deterem nenhum nível de qualificação, veículo ou estabelecimento, nem sequer terra, contam com 32% de pobres na categoria, contribuindo com 4,4% da pobreza geral, aproximando-se bastante da categoria de empregados domésticos.

Para os empregados domésticos, o índice de representação passou a ser de 1,11, posição que acentua as chances do indivíduo ser pobre. A contribuição para a pobreza geral também é relevante (3,9%). Uma explicação possível advém da baixa complexidade da função que não exige ativos de qualificação como nível educacional médio ou superior, exigindo, no máximo, alguma experiência. A posição também é marcada pela intensa subalternidade e, apesar de contar com modificações favoráveis recentes na legislação trabalhista, como o registro em carteira, ainda situa-se precariamente em relação ao direito de trabalhadores formais como o pagamento de hora-extra e FGTS.

Ao considerar as 4 (quatro) categorias dos trabalhadores em conjunto (formal, informal, elementar agrícola e elementar não-agrícola), constata-se que 13,4% da pobreza no Brasil é formada pela categoria agregada dos trabalhadores, perdendo somente para a posição das pessoas que recebem transferências de renda (21,1% da pobreza no Brasil). De alguma forma, isso pode ser interpretado como uma das conseqüências da exploração que atua sobre as classes trabalhadoras, correspondendo à análise da pobreza de Wright (1994). Utilizando somente as posições de trabalhadores (formal e informal), com trabalhadores típicos, fica notória a diferença entre os trabalhadores formais e informais, no que tange às chances de ser pobre, pois, apesar de ambos contribuírem significativamente para a pobreza no Brasil, 4,7% e 3,2% respectivamente, é mais provável um trabalhador informal ser

pobre (0,85) do que um trabalhador formal (0,44). Em relação aos trabalhadores elementares agrícolas e aos elementares não-agrícolas (manutenção, conservação, ajudantes de obra, etc.) fica evidente uma aproximação dessas categorias com a elevação interna das porcentagens de pobres, nos agrícolas (33,4%) e nos não-agrícolas (36%).

Em termos de probabilidade de ser pobre de acordo com a posição social há uma oposição de sentido, pois nos trabalhadores formais (0,44) e informais (0,85), provavelmente, ela é diminuída, ao passo que nos trabalhadores elementares agrícolas (1,06) e elementares não-agrícolas (1,14), a posição acentua a chance de ser pobre. A análise indica para o fato de serem indivíduos que não possuem nenhuma qualificação; exercem funções que não exigem grande experiência e habilidade, normalmente completamente braçais. Eles não detêm nenhum capital e nenhum poder nas relações de produção; logo, se o que a pessoa tem, determina o que ela obtém (Wright, 2005), facilmente podemos perceber essa colocação do pesquisador norte-americano em categorias como essas. As pessoas possuem muito pouco, quase nada, em termos de ativos, implicando alguma forma no que esses indivíduos obtêm, ou seja, baixos rendimentos, tornando-se presas fáceis da pobreza.

O trabalhador no autoconsumo (1,10) possui vulnerabilidade próxima a dos trabalhadores elementares agrícolas (1,06) no tocante à tendência do indivíduo ser capturado pela pobreza. No caso do trabalhador na própria construção (1,42), o risco da pobreza torna-se maior, já que contam com uma composição interna de 44,9% de pobres na posição. Entretanto contribuem pouco na composição da pobreza geral (0,1%), fato explicado pela baixa porcentagem no total das ocupações (0,1%). Nessas categorias as pessoas teoricamente não possuem nenhuma fonte de renda, o que faz com que muitos vivam numa circunstância domiciliar de pobreza.

No caso dos aposentados e pensionistas, que foram divididos em uma posição daqueles que recebem do INSS ou governo federal (0,36) e outra com os demais tipos (1,05), fica claro que é muito menos provável ser pobre no primeiro caso. A porcentagem total de indivíduos nessa posição é expressiva (7,7%), e contribui em 2,8% para a pobreza no Brasil, fato que é amenizado nos aposentados e pensionistas de outros tipos que formam uma categoria menor (0,6%), contribuindo com apenas 0,6% da pobreza no país.

A porcentagem total de pessoas que vivem exclusivamente de rendimentos de locação de imóveis é baixa (0,2%); além disso, há de alguma forma, a atenuação

do indivíduo ser capturado pela pobreza na posição (0,64). Chama a atenção os 20,1% de pobres internos na posição, o que provavelmente nos remete para a locação de imóveis de baixíssima qualidade como, por exemplo, os barracos, muito comuns em bairros pobres e favelas.

Indivíduos que recebem doações de não-moradores como principal meio de obter rendimento estão em situação mais crítica, pois nem sequer produzem para o próprio consumo. Com isso, o índice de representação é de 1,43 em uma posição onde quase metade dos indivíduos é pobre (45,2%), contribuindo em 0,7% da pobreza no Brasil. Além do mais, a doação não é algo formalizado e contínuo, o que agrava ainda mais, acentuando as chances não apenas de serem pobres, mas de se chegar às situações mais graves de pobreza como a miséria e a fome.

Em beneficiários de outros rendimentos, há o problema da PNAD agregar no arquivo de pessoas a Bolsa-Família, nessa mesma variável utilizada para a criação da posição. Isso complica um pouco a análise, mas muito provavelmente uma boa parte dos 58,7% de pobres dessa categoria deve ser a clientela dos programas de transferência de renda, haja vista que é a segunda maior porcentagem interna de pobres. Obtém a mesma colocação em chances de ser pobre com 1,86 de índice de representação, perdendo somente para a própria categoria das pessoas que vivem em domicílios que recebem programas de transferência de renda. A contribuição para a pobreza nacional também é significativa (4,1%). Como já foi dito oportunamente, tanto a posição de dependentes de programas de transferência de renda como a de pessoas que vivem em domicílios beneficiários de BPC-LOAS foram criadas indiretamente através do arquivo de domicílios, e, pelo menos, um indivíduo do domicílio tem sua principal fonte de renda, em um desses dois mecanismos.

Especificamente em relação à posição dos dependentes dos programas de transferência de renda, está localizada a maior chance de ser pobre da classificação, com o índice de representação de 2,21. Essa posição também lidera tanto internamente com 69,7% de pobres quanto em contribuição para a pobreza no Brasil (21,1%). É possível deduzir duas considerações que, de certa forma, são paradoxais. Primeiro, esperava-se um número maior de pobres nessa posição, ou seja, os 30,3% de não-pobres que recebem renda dos programas de transferência poderiam demonstrar um grupo de indivíduos que estão se beneficiando de alguma falha de operacionalização ou delimitação do público alvo. Segundo, apesar de receber a transferência de renda os 69,7%, eles continuam abaixo da linha de pobreza, isto é, o

valor recebido pelo domicílio na partição de seus membros é insuficiente para retirá-los da pobreza. É impossível dizer se os 30,3% de não-pobres consistem em um erro de alvo e monitoramento, ou se são os pobres que saíram da pobreza através dos programas, pois apenas o acompanhamento dessa posição, por um período mais longo, poderia elucidar melhor essa questão.

No caso de beneficiários do BPC-LOAS, o índice de representação ainda é considerável (1,48), mas bem menos que os 2,21 dos dependentes dos programas de transferência de renda, ainda que uma pequena parte da pobreza no Brasil seja formada pelo BPC-LOAS (0,6%). Os valores pagos pelo BPC-LOAS são os do salário mínimo vigente, sendo, portanto, maior que os valores dos programas de transferência de renda. Isso de alguma forma deve ter contribuído para a menor proporção de pobres nessa posição (46,9%).

Na posição dos desempregados, o índice de representação é de 1,40, o que já era de se esperar em uma posição que conta com 44,3% de pobres internos. Esta categoria foi formada pelas pessoas que declararam não ter trabalho, mas tomaram alguma medida para consegui-lo no período de captação de 305 dias e não apenas na semana de referência. Devemos, porém, considerar a repartição da renda no domicílio para entender o fato de 55,7% desses trabalhadores excluídos, sem renda do trabalho, evitarem a condição de pobres.

Os desempregados são responsáveis por 5,6% da pobreza no Brasil e correspondem, na proposição teórica de Erik Olin Wright (1994), a uma espécie de subclasse que é oprimida. Faltam-lhes ativos fundamentais (educação, qualificação, etc.) para obtenção de renda, e, mesmo que os tenha, carecem de oportunidades de colocação no mercado de trabalho, ou recursos para terem o próprio negócio. Dessa forma estabelecem uma precária e tênue relação com a obtenção de renda.

Em relação aos não-remunerados (1,00), afazeres domésticos (0,98) e os estudantes (1,06) podemos constatar uma certa aproximação das chances de serem capturados pela pobreza. No caso dos não-remunerados, pode ser que muitos participem, por exemplo, de empreendimentos familiares, e eles não realizam nenhuma retirada. Quando ela ocorre, não é feita de maneira sistemática, e não é captada no período de referência da realização da coleta de dados da PNAD. No caso de afazeres domésticos e dos estudantes, fica nítida uma considerável contribuição para a pobreza no Brasil, respectivamente 10,8% e 11,7%. Em ambos os casos temos aparentemente dois grupos vulneráveis que devem contar com as repartições de

renda internas no domicílio, o que nem sempre é suficiente para retirá-los da pobreza. Assim, no primeiro caso, pode-se ter uma pobreza com viés de gênero e, no segundo caso, uma pobreza com viés de idade, focada nos mais jovens que estudam.

A posição dos sem atividade, como crianças sem idade escolar, ou sem declaração, foi feita para tornar a classificação exaustiva, ou seja, não deixar nenhum indivíduo de fora. Ela representa então a recodificação do *missing* da variável V4706 após a criação de todas as posições. Essa categoria representa um conjunto de pessoas com grandes chances de serem pobres, uma vez que o índice de representação é de 1,46 e também são significativos para a pobreza no Brasil (9,1%). Talvez, com os cruzamentos que serão feitos com outras variáveis, possa-se conhecer melhor esse grupo.

De 28 posições criadas para se estudar a pobreza, brasileira em 16 há uma chance igual ou maior de se tornar pobre, em outras palavras, apresentam índice de representação igual ou maior que 1,00. Dessas, duas são formadas por conta próprias, cinco são posições de trabalhadores (incluído os empregados domésticos), uma de aposentados e pensionistas de outros tipos e oito são de dependentes ou beneficiários de programas do governo ou doações de outras pessoas de fora ou de dentro do domicílio. Clareia-se a percepção de que a pobreza brasileira é fortemente composta por situações e circunstâncias de posições oprimidas, em que não se possui o mínimo de ativos necessários. Quando o possuem, não encontram oportunidades, como, por exemplo, a inserção no mercado de trabalho. Isso se agrava mais caso considerarmos o trabalhador de autoconsumo e o da própria construção como posições também de opressão, pois não estão sendo explorados, uma vez que ninguém está apropriando dos frutos de suas atividades, a não ser eles mesmos.

Em seguida, existem os trabalhadores elementares, tanto agrícolas como não-agrícolas e os empregados domésticos compondo e representando a pobreza brasileira que é formada pela exploração. As chances de se tornarem pobres são menores que nas situações de opressão, no entanto ainda assim são consideráveis, pois, apesar de estarem inseridos no mercado de trabalho, recebem baixos salários provenientes quase sempre de uma relação mediada pela exploração.

Em relação aos conta próprias não-agrícolas capitalizados (0,48) ou com qualificação (0,43) pode-se supor uma situação relativamente privilegiada entre os conta próprias, no sentido de evitar a opressão, a exploração e a pobreza. No caso dos conta próprias agrícolas (1,00), o índice é quase o dobro dos conta próprias com

qualificação e capitalizados. Tal posição poderia ser explorada indiretamente por atravessadores.

Os conta próprias precários (1,01), apesar de trabalharem precariamente, obtêm algum rendimento da venda ou prestação de serviços. Assim, levanta-se a hipótese de que sofrem uma opressão amena se comparados aos indivíduos que se encontram em situações de dependência pessoal ou dependência institucional sem garantias. É o caso, por exemplo, das posições que dependem de transferências do governo (2,21) ou dependentes de doação de não-morador (1,43).

Em relação aos conta próprias precários, provavelmente não são explorados como os trabalhadores. Quando isso ocorre, é de maneira indireta sem o vínculo contratual, operando-se no jogo da compra e venda de mercadorias, o que permite uma manobra de se trocar de fornecedor ou atravessador. Portanto aqueles evitam a apropriação excessiva do trabalho. Isso, de alguma forma, revela um poder mínimo de operar seus próprios destinos e, apesar de tenderem para a pobreza, fato que pode ser explicado pela escassez de ativos relevantes, os conta próprias precários podem tentar atenuar essa situação. Por outro lado, eles estão mais expostos às oscilações de mercado e, possivelmente, sem economias e crédito. Caso diferente dos empregadores que têm menores dificuldades para suportar momentos de crise no mercado.

Um exercício de agregação das posições feitas (tabela 2) auxilia na interpretação de condições gerais e comuns das posições dos pobres. Em empregadores e classe média ampliada temos empregadores agrícolas, empregadores não-agrícolas, classe média, forças armadas e empregados qualificados e supervisores. Entre conta própria estão os conta próprias agrícolas, não-agrícolas capitalizados, não-agrícolas com qualificação e os rentistas (pessoas que recebem aluguel) que, de alguma forma, se aproximam de uma espécie de conta própria, porque não são empregadores, nem trabalhadores e possuem uma forma de obter rendimento que não os coloca como dependentes ou sem rendimentos. Na posição de trabalhador, há o trabalhador formal e informal, ou seja, o trabalhador típico. Para abrigar as posições de ocupados mais destituídos, foi criada a posição de ocupações precárias em que foram agregados os trabalhadores elementares agrícolas, não-agrícolas, autoconsumo e própria construção, além dos conta próprias precários e empregados domésticos. Na posição de aposentados e pensionistas, foi acrescentada a categoria das pessoas que vivem em domicílio beneficiado pelo BPC-LOAS, além

da unificação das duas diferenciações de aposentados e pensionistas existentes na classificação anterior.

Em dependentes e sem rendimentos, agregam-se todas as situações de opressão, na qual as pessoas não detêm rendimentos ocupacionais, são dependentes de programas do governo, de doação de não-morador, ou da repartição interna da renda domiciliar. Assim, incluem-se aqui, dependentes de doação de não-morador, beneficiários de outros rendimentos, pessoas que vivem em domicílios dependentes de programas de transferência de renda, desempregados, não-remunerados, afazeres domésticos, estudantes e sem atividade ou sem declaração.

Tabela 2 – Cruzamento de posições sociais agregadas por linha de pobreza, contribuição para a pobreza geral e composição interna (entre parênteses) nas posições. Acompanha índice de representação da posição dos pobres.

POSIÇÃO	Total %	Não-pobres %	Pobres %	Índice
Empregadores e classe média ampliada	8,6	12,1 (95,5)	1,2 (4,5)	0,14
Conta própria	5,7	6,5 (77,5)	4,1 (22,5)	0,71
Trabalhador típico	14,3	17,3 (82,6)	7,9 (17,4)	0,55
Ocupações precárias	14,8	14,2 (66,0)	15,9 (34,0)	1,07
Aposentados ou pensionistas	8,7	10,8 (85,4)	4,0 (14,6)	0,46
Dependentes e sem rendimentos	47,9	39,1 (55,9)	66,9 (44,1)	1,40
Total	%	100,0	100,0 (68,4)	100,0 (31,6)
	Número	182.060.108	124.547.490	57.512.618
				-

Fonte: Elaborado com base no IBGE. PNAD 2004.

Então, a probabilidade de o indivíduo se tornar pobre em relação às demais posições agregadas é maior em dependentes e sem rendimentos com 1,40 e em ocupações precárias com 1,07 de índice de representação. Em seguida, observa-se nos conta próprias (0,71), uma representação dos pobres menor, mas ainda significativa. Fato que chama a atenção, uma vez que nessa categoria contam-se apenas os que possuem ativos (agrícolas, capitalizados e com qualificação). Ainda que o índice de representação seja significativo, ele é metade dos dependentes e sem rendimentos (1,40), fato amenizado principalmente pelos capitalizados e não-agrícolas qualificados. O trabalhador é a terceira posição com base no índice de representação (0,55), cujo valor demonstra que o trabalhador típico (formal e informal). Ainda que sejam explorados do ponto de vista de atenuar ou acentuar a tendência para pobreza, o trabalhador ocupa uma posição relativamente confortável

em meio às posições destituídas de recursos importantes. Mas estão muito distantes da segurança de evitar a pobreza quando comparados aos empregadores e classe média ampliada.

Os conta próprias vivenciam uma situação intermediária de opressão e exploração, variando de acordo com os ativos e de sua capacidade de mobilização. Logo, se os trabalhadores com 0,55 de índice de representação requerem atenção, os conta próprias com 0,71 requerem mais ainda, porque, muitos já podem estar próximos das situações de opressão e das ocupações precárias. A preocupação prioritária, no entanto, não é com a exploração, mas com os oprimidos, pois situações como essas colocam a vida de alguns indivíduos ameaçada pela falta do mínimo necessário como a alimentação e, pelas análises pode-se concluir que para resolver e retirar esses indivíduos dessa circunstância aguda de pobreza, um mínimo de ativos produtivos faz toda diferença. Estratégias como a construção de ativos, uma espécie de *empowerment* que Oliver e Grant (2000) apontam, permitiria, no mínimo, uma situação próxima a dos conta próprias. Por fim, apesar da gravidade de alguns aposentados que recebem o mínimo vigente, o índice de 0,46 demonstra uma vantagem para se escapar da pobreza, o que ocorre de forma muito mais intensa nos empregadores e classe média ampliada com 0,14.

O percurso até aqui nos permite algumas considerações. Percebe-se a evolução de chance de se tornar pobre de acordo com as posições sociais e o tipo de relação que estas mantêm no sistema produtivo. Se enfocarmos a opressão e a exploração como as duas características de Wright (1994) para a geração da pobreza, constata-se que as posições estão alijadas do sistema produtivo (oprimidos), ou seja, a *underclass* é representada pelos dependentes e sem rendimentos e compõem 66,9% da pobreza brasileira. Os trabalhadores (típicos) representam a situação de exploração imposta pelos baixos salários e remunerações pagas pelos empregadores. No entanto encontram-se em uma situação relativamente "confortável", se comparados aos oprimidos, o que pode ser comprovado também pela nítida menor representatividade na pobreza geral. Contudo, devem ser vistos com atenção, pois podem ser capturados a qualquer momento pelas situações de opressão, como o desemprego, por exemplo.

Teoricamente, existem algumas diferenciações no tocante à *underclass* que poderiam ser relevantes para a interpretação dos dados. Ao que parece, para Marklund (1990), o conceito de marginalização estaria mais próximo da *underclass*

de Wright (1994), ou seja, pessoas que estariam excluídas do sistema, pois lhes faltaria acesso a recursos básicos. Já a *underclass*, para Marklund, seria uma "perspectiva que defende que há um contínuo curso de pessoas da classe trabalhadora para os pobres e dos pobres para a classe trabalhadora" (Marklund, 1990:127).

Se observarmos o índice de representação das posições sociais da tabela 2 vamos constatar uma hierarquia de vulnerabilidade, de forma que possivelmente existe um fluxo entre as posições. Assim, se considerassem os dependentes e sem rendimentos (1,40) como uma espécie de *underclass*, e os trabalhadores típicos (0,55) como classe trabalhadora, parte dos integrantes das ocupações precárias (1,07) poderia estar em trajetória tanto ascendente como descendente, entre tais configurações. Mas, trata-se apenas de uma hipótese que só poderia ser comprovada através de estudos temporais de mobilidade social da classe trabalhadora para a *underclass* e vice-versa.

Com base na leitura dos dados, é possível chegar a algumas conclusões preliminares. Primeiro, constata-se uma variação das chances de ser pobre paralela e praticamente proporcional às posições, isto é, quanto mais capital, qualificação ou poder que o indivíduo detém no processo de produção tanto menores são as chances do mesmo ser pobre. Isso pode ser ilustrado, tanto pelas posições de empregadores (detêm capital), classe média (alta qualificação ou poder), forças armadas e empregados qualificados e supervisores, quanto pelo outro extremo, pessoas em situação de opressão como os desempregados e os que dependem dos programas de transferência e estão em situação muito mais crítica com maiores chances de serem pobres do que posições em que o indivíduo detém algo, apesar de ser explorado, como é o caso dos trabalhadores. Até mesmo os conta próprias precários desfrutam de circunstâncias mais favoráveis, pois minimamente prestam algum serviço ou revendem produto em via pública. É uma posição precária, mas que o indivíduo detém minimamente alguma coisa (habilidade, mercadoria) que é capaz de minimizar as chances de ser pobre. Isso confirma a hipótese de que o *status* da ocupação e o controle de ativos da posição influenciam diretamente nas chances do indivíduo ser ou não pobre.

Segundo, fica clara a relevância do corte formal X informal, ou ainda de direitos (legal) X humanitário (sem legislação) como fundamentais nas categorias que permitiram essa comparação para atenuar ou acentuar as chances de ser pobre. Na categoria trabalhador formal (critério daquele que contribui para instituto de

previdência), as chances de ser pobre são reduzidas quase pela metade em relação aos trabalhadores informais. Da mesma forma, ocorre com os beneficiários de BPC-LOAS que é um benefício assistencial pago para pessoas com deficiência e com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo. Independente de contribuição e assegurado pela Constituição Federal, os beneficiários apresentam uma porcentagem bem menor de pobres quando comparados às pessoas que recebem benefícios de programas de transferência de renda que, em si, é um recurso de caráter humanitário e emergencial com valores mais baixos que o BPC-LOAS que é de um salário mínimo. Assim, de acordo com esses recortes, no caso dos trabalhadores não parece correto o discurso de que a flexibilização das leis trabalhistas seja benéfica para o trabalhador. Conforme observado nos trabalhadores informais, há um aumento da precarização que pode ser traduzido no fomento da pobreza.²⁷

Por último, de 3 (três) categorias nas quais existe a diferenciação de agrícola e não-agrícola em duas (empregador agrícola e conta própria agrícola) há um aumento percentual das chances de ser pobre, praticamente o dobro quando se trata da condição de agrícola.²⁸ Isso, em alguma medida, requer a atenção dos governantes, uma vez que o Brasil passou, nas últimas décadas, por uma movimentação geodemográfica das áreas rurais para os centros urbanos, o que veio agravar os problemas das cidades. Como a maior parte dos trabalhadores e empreendimentos agrícolas se situam em áreas rurais, a baixa remuneração serve como fator de repulsão, impulsionando as pessoas a buscarem melhores condições nas áreas urbanas. É preciso aproveitar a extensão territorial e tornar a terra e o meio agrícola mais atrativos, pois, ao se fazer isso, pode-se não apenas manter o homem no campo, mas até mesmo gerar empregos no setor agrícola, o que desafogaria os grandes centros urbanos e em certa medida comporia mais uma frente de combate à pobreza. Do contrário, estaremos aumentando o público alvo dos programas de transferência de renda, tanto no campo quanto nas cidades.

²⁷ Nos dados do IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade) de 2004 a renda do empregado com carteira era em média de 740 reais enquanto que a do empregado sem carteira 373 reais.

²⁸ De alguma forma essa interpretação aproxima-se do estudo do IETS que coloca a agricultura e extração como o setor de atividade que no período de 1992 a 2004 apresentou em todos os anos a menor renda real média do trabalho principal.

4 – Análise sociológica da pobreza: gênero, raça e idade

A pobreza é entendida enquanto carência ou falta de meios para suprir as necessidades básicas dos indivíduos. Tal fato apresenta-se tanto em sua forma mais acentuada de pobreza absoluta, também chamada de miséria ou indigência em que o mínimo necessário para sobrevivência física não é assegurado, fundamentalmente a alimentação, como em sua forma menos acentuada em os indivíduos não têm acesso ou, esse ainda que exista, é precário em relação a outros bens e serviços de grande importância para uma vida saudável como vestuário, transporte, habitação, saúde, educação e lazer. Como já foi afiançado neste trabalho, a pobreza é uma síndrome de carências adversas e possui também causas diversificadas, e é então um problema multidimensional, tanto em sua gênese (causas) como em sintomas (conseqüências). Infelizmente, para lidar empiricamente com esse fenômeno devemos fazer escolhas, algumas influenciadas pelo enfoque teórico escolhido no trabalho, visto que dificilmente conseguiríamos identificar e avaliar todas as causas da pobreza em suas diversas nuances. Assim a opção foi feita por uma perspectiva que descrevesse a força das diversas posições sociais na obtenção dos rendimentos. Por outro lado, as escolhas de algumas dimensões e aspectos da pobreza também se pautam em alguma medida pela existência de dados. No caso da PNAD 2004, base de dados utilizada na dissertação para estudar a pobreza no âmbito nacional de forma quantitativa, não temos como medir a dimensão de acesso à saúde, direitos, opiniões, satisfação com o governo, redes sociais e outras que seriam igualmente importantes.

Assim, primeiramente analisamos a classificação dos pobres através de suas posições sociais construídas com base nas ocupações, *status* da ocupação, posse de ativos relevantes e situações de dependência, inatividade e desemprego, que transversalmente relacionam-se à noção de classe social como os antagonismos de grupos e os acessos diferenciados na repartição do poder, riqueza e renda. Portanto, estariam de alguma forma conectadas à geração da desigualdade e da pobreza por meio da exploração e da opressão (Wright 1994) que determinadas posições privilegiadas de recursos como capital e terras impõem a outras com pouco ou sem nenhum recurso (caso da opressão). É importante salientar que o objetivo empírico desta dissertação não está em comprovar que a opressão e a exploração seriam as principais fontes causadoras da pobreza mas, sim, que as diversas posições sociais em suas peculiaridades representariam maiores ou menores chances de ser ou não

pobre. Contudo, indiretamente pode-se perceber, na análise do capítulo anterior, uma possível influência do enfoque teórico da exploração e da opressão nas posições sociais.

A partir desse momento, após a confirmação de nossa primeira hipótese, isto é, de que a posição social do indivíduo determina em grande parte as chances de ser pobre ou não, avançaremos para a análise da segunda hipótese, com a inserção de variáveis condicionantes (moduladoras) que conforme destacado não foram todas as conectadas à pobreza. Mas acreditamos que as mais relevantes apontadas pela literatura econômica e sociológica, além de disponíveis diretamente ou através de transformações na PNAD 2004.

Sendo assim, trabalharemos com gênero, raça e idade. É importante reconhecer que, em algumas variáveis mais que em outras, sua própria inclusão na categoria de moduladoras para pobreza em si, trata-se de uma hipótese, ou seja, pode ser que algumas dessas variáveis, apesar de indícios, não sejam tão representativas como a teoria ou a nossa própria imaginação sociológica crê. Como temos, porém, condições empíricas para avaliar tais suposições, o caminho não deve ser outro que não o da exploração dos dados. O método que será empregado têm limitações porque o estudo será realizado considerando no máximo a associação de três variáveis por vez, ou seja, a variável independente posição social dos pobres, a variável moduladora e a variável dependente linha de pobreza. Portanto a interação entre as variáveis moduladoras que demandariam técnicas de regressão não serão aplicadas, esforço que possivelmente poderá ser empregado em trabalhos futuros, de posse de novas técnicas e com maior tempo disponível para a sua produção.

Como o número de posições era um pouco elevado (28) e o foco está nas posições de pobres, para efeito de estratificação com as variáveis moduladoras, foram agregadas as categorias iniciais de empregador agrícola, empregador não-agrícola, classe média e forças armadas na posição única que passou a se chamar empregadores e classe média. Nossa primeira variável moduladora, que tem a hipótese de atenuar ou acentuar a pobreza nas posições sociais, é gênero. No capítulo da "Contribuição teórica das ciências sociais" foram dadas algumas pistas que apontavam para a relevância dessa variável na abordagem da pobreza. Contudo, durante a análise, utilizaremos os instrumentos teóricos para lançar luz sobre as interpretações que serão obtidas.

4.1 – Gênero

Existem suposições teóricas e dados que respaldariam a vulnerabilidade da mulher para a pobreza. Dessa forma, o fato de pertencer ao sexo feminino poderia impor alguma desvantagem, aumentando, portanto, as chances de ser pobre dentro das posições sociais, o que para os homens seria uma vantagem para escaparem da pobreza. De acordo com a pesquisadora do CEPAL "as mulheres são pobres na medida em que não contam com tempo disponível para buscar formas apropriadas de satisfazer suas necessidades, e uma proporção importante delas carece de rendimentos próprios" (Arriagada, 2005:105). É conhecida, de forma bastante generalizada, que uma boa parte das mulheres fica quase totalmente responsável pelas tarefas domésticas, outras dividem seu dia em jornada doméstica e vida profissional. São portanto, penalizadas na subtração de tempo, tanto para trabalharem remuneradamente como para buscarem trabalho e se qualificarem, principalmente depois de assumirem vida familiar, tarefas domésticas e cuidado com os filhos.

Existiriam várias explicações teóricas para essa desvantagem da mulher, mas uma estaria especialmente conectada a explicação de Wright: seria a opressão que se opera por via da desigualdade de gênero, na medida em que os padrões sociais estabelecidos e operacionalizados, através de prêmios e sanções, ordenariam as relações de gênero, como ocorre de certa forma, igualmente com raça e idade. Logo, do ponto de vista da sociologia, as diferenças de gênero são socialmente construídas, sendo traduzidas em padrões sociais preestabelecidos que refutam o simples fator biológico da sexualidade.

Esses padrões são também dinâmicos. As mulheres desde os anos 60, por meio de movimentos feministas, vêm adquirindo e conquistando vitórias importantes como espaço crescente no mercado de trabalho e igualdade formal de direitos em relação aos homens. Há teóricos americanos que defendem a parada da tendência de feminização da pobreza, ou pelo menos têm a cautela quando se fala nisso.

Com relação aos riscos relativos e tendências na *feminização da pobreza*, há importantes não-linearidades e peculiaridades. Isto inclui a *desfeminização* da pobreza após 1980 entre as mulheres adultas em idade de trabalho, a flutuação dos riscos relativos das famílias com mães e crianças comparadas com as famílias com

os pais e o dramático aumento dos riscos relativos das mulheres idosas em relação aos homens idosos (Bianchi, 1999:313).

Ao se utilizar o curto período da pesquisa do IETS, com as características dos ocupados de 1992 a 2004, constata-se que, em 1992, as mulheres representavam 39,1% dos ocupados e os homens 60,9%, já em 2004 as mulheres passaram para 42,1% e os homens caíram para 57,9%.²⁹ Isso reflete de alguma forma uma elevação de inserção da mulher no universo dos ocupados. Mas se considerarmos que as mulheres em 2004 representavam 51,3% da população (tabela 3), esse valor de ocupação das mulheres está aquém de uma igualdade, da mesma forma que a participação das mulheres em posições de poder, como em cargos políticos, ainda é pequena.

Tabela 3 – Cruzamento da população total em gênero e linha de pobreza. Composição percentual da pobreza por gênero e de gênero por pobreza (entre parênteses)

GÊNERO	Não-pobres %	Pobres %	Total %
Homens	48,9 (68,7)	48,3 (31,3)	48,7 (100)
Mulheres	51,1 (68,2)	51,7 (31,8)	51,3 (100)
Total	100,0 (68,4)	100,0 (31,6)	100,0
% Número	124.547.490	57.512.618	182.060.108

Fonte: Elaborado com base no IBGE. PNAD 2004.

De acordo com Abbot (2000), antes mesmo de as crianças nascerem, já existe uma expectativa sobre o sexo do bebê que, logo quando nasce recebe uma fita: rosa, com o nome no caso das meninas, ou azul, no caso dos meninos. Assim já se começa a atribuição de gênero. A partir de então haverá uma sucessão de elementos como as diferentes formas de vestir de homens e mulheres até se chegar às diferenciações psicológicas e comportamentais em termos de expectativas que encorajam, desencorajam e "punem". Então "dos homens espera-se o domínio, agressividade, barulho e ação, enquanto que das mulheres, cuidado, silêncio e menor afirmação. Muitas dessas características são então aquelas vistas para diferenciar homens e mulheres em termos de emprego". (Abbott, 2000:56).

Altos postos empresariais e governamentais são em grande parte ocupados por homens, e em alguma medida, pode ser que essas atribuições de gênero

dificultem a ascensão das mulheres a esses postos, visto que os homens teriam características "mais apropriadas" para exercer tais cargos, pois representariam poder de decisão, coragem, audácia, ação e razão. Para as mulheres, ficariam reservadas as funções compatíveis com "suas características", ou seja, são emotivas, cuidadosas, obedientes e submissas. Logo, devem exercer funções como secretária, professora, doméstica, babá, enfermeira, cabeleireira. Isso, em parte, explica o *gap* de rendimentos entre diversas ocupações tidas como femininas e outras masculinas. As segundas obteriam um prêmio através do viés de gênero.

Na tabela 3, observa-se que, de acordo com a PNAD de 2004, as mulheres representam 51,3% da população total e, em relação à pobreza, eram 51,7% dos pobres, não apresentando desvantagem significativa quando comparadas aos homens que eram 48,3% dos pobres. Se utilizarmos os dados da pesquisadora Sônia Rocha, obtidos também através da tabulação da PNAD, vamos perceber que a distribuição dos pobres por gênero mudou muito pouco de 1999 para 2004. Assim, em 1999, as mulheres eram 51,8% dos pobres e os homens 48,2% (Rocha, 2005:145), não houve praticamente redução da pobreza feminina do ano de 1999 (51,8%) para 2004 (51,7%).

Apesar de a tabela 3 ser limitada em termos de análise, ela não confirma a desvantagem da mulher na composição da pobreza brasileira. O próximo passo busca a interação através do cruzamento das posições sociais construídas para se estudar a pobreza com a variável gênero. Na tabela 4, será analisada a distribuição por gênero nas posições sociais e principalmente se o fato de ser mulher acentua as chances de ser pobre dentro de cada posição. Isso pode ser constatado quando comparamos a distribuição de gênero total de cada posição (total %) com a distribuição de gênero nos pobres.

²⁹ Dados do IETS de 1992-2004. http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=94

Tabela 4 – Cruzamento de posições sociais por gênero e linha de pobreza. Acompanha índice de representação de pobres segmentado em gênero pela porcentagem total interna de cada posição.

POSIÇÃO	Total %		Não-pobres %		Pobres %		Índice	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Empregadores e classe média	63,8	36,2	63,4	36,6	80,4	19,6	1,26	0,54
Conta própria agrícola	87,5	12,5	87,5	12,5	87,4	12,6	1,00	1,00
Conta própria não-agrícola capitalizado	74,8	25,2	74,0	26,0	79,3	20,7	1,06	0,82
Conta própria não-agrícola com qualificação	58,5	41,5	58,1	41,9	61,5	38,5	1,05	0,93
Empregados qualificados e supervisores	50,8	49,2	49,7	50,3	65,6	34,4	1,29	0,70
Trabalhador formal	63,0	37,0	60,9	39,1	75,6	24,4	1,20	0,66
Trabalhador informal	61,3	38,7	59,4	40,6	66,7	33,3	1,09	0,86
Trabalhador elementar agrícola	87,7	12,3	86,9	13,1	89,3	10,7	1,02	0,87
Trabalhador elementar não-agrícola	69,2	30,8	66,1	33,9	74,5	25,5	1,08	0,83
Conta própria precário	56,3	43,7	53,5	46,5	62,1	37,9	1,10	0,87
Empregado doméstico	6,7	93,3	6,8	93,2	6,5	93,5	0,97	1,00
Trabalhador no autoconsumo	31,8	68,2	30,8	69,2	33,7	66,3	1,06	0,97
Trabalhador na própria construção	86,7	13,3	90,1	9,9	82,5	17,5	0,95	1,32
Aposentado ou pensionista federal	39,2	60,8	39,0	61,0	40,9	59,1	1,04	0,97
Aposentado ou pensionista de outros tipos	18,3	81,7	21,8	78,2	11,4	88,6	0,62	1,08
Rentista (Recebe aluguel)	33,4	66,6	29,3	70,7	49,8	50,2	1,49	0,75
Dependente de doação de não-morador	27,5	72,5	29,6	70,4	25,0	75,0	0,91	1,03
Beneficiário de outros rendimentos	19,4	80,6	26,4	73,6	14,4	85,6	0,74	1,06
Pessoa de domicílio dependente de programas de transferência de renda	47,9	52,1	46,6	53,4	48,5	51,5	1,01	0,99
Pessoa de domicílio beneficiário de BPC-LOAS (direito)	46,1	53,9	45,4	54,6	46,9	53,1	1,02	0,99
Desempregados	42,6	57,4	39,7	60,3	46,4	53,6	1,09	0,93
Não-remunerado	45,4	54,6	42,7	57,3	50,3	49,7	1,11	0,91
Afazeres domésticos	16,4	83,6	16,6	83,4	16,2	83,8	0,99	1,00
Estudantes	56,6	43,4	56,6	43,4	56,6	43,4	1,00	1,00
Sem atividade ou sem declaração	53,4	46,6	53,1	46,9	53,9	46,1	1,00	0,99
Total	48,7	51,3	48,9	51,1	48,3	51,7	0,99	1,00

Fonte: Elaborado com base no IBGE. PNAD 2004.

Em outras palavras, se há uma alteração, elevado percentual de mulheres nos pobres quando comparado ao percentual total de mulheres nas posições, haveria uma desvantagem de gênero que poderia acentuar as chances de ser pobre para além da posição social. Para facilitar a análise, foi acrescentado o índice de representação dos pobres, segmentado em gênero e relacionado à distribuição percentual total por gênero de cada posição, o que simplifica bastante a interpretação. Quando o índice for igual ou superior a 1,00, indica uma situação de igualdade ou desvantagem para se tornar pobre no gênero que assim se apresentar.

Se se comparar o índice de representação dos pobres por gênero nas 25 posições, verifica-se que em 17 os homens têm uma desvantagem: são mais representativos dentre os pobres em relação à distribuição total de cada posição. Em duas posições, o índice de representação foi semelhante para homens e mulheres, não havendo, portanto, nenhum peso do aspecto de gênero para acentuar ou reduzir as chances de ser pobre dentro das posições. Por fim, em 6 posições as mulheres obtiveram um índice de representação superior ao dos homens dentre os pobres.

Através do índice de representação, nota-se que as mulheres tendem mais para a pobreza em 4 posições: trabalhador na própria construção (1,32), aposentados ou pensionistas de outros tipos (1,08), dependente de doação de não-morador (1,03) e beneficiário de outros rendimentos (1,06). Na posição de trabalhador na própria construção são apenas 13,3% de mulheres no total. Se retomar a tabela 1, verifica-se que essa posição contribui muito pouco para pobreza geral (0,1%). Dessa forma, apesar de ser uma posição de maior desvantagem para a mulher não seria muito significativo no que tange à pobreza devido à baixa representatividade da posição. A desvantagem da mulher em parte poderia ser explicada pela alta porcentagem de homens no total da posição (86,7%), o que nos leva a crer que seja uma posição tipicamente masculinizada, uma vez que envolve força, trabalho pesado e outras características socialmente desejáveis do ponto de vista da segregação de gênero construída na sociedade brasileira.

Em aposentados e pensionistas de outros tipos, a relevância da desvantagem da mulher de ser capturada pela pobreza é reforçada pelos 81,7% de mulheres que compõem o total da posição, como já foi relatado na análise da tabela 1. O fato de a aposentadoria ou pensão não ser proveniente do governo federal ou INSS eleva as chances do indivíduo ser pobre, no caso das mulheres, como muitas no passado, durante o momento ocupacional exerciam funções de menores remunerações, isso

pode ter refletido em suas aposentadorias atuais. O outro fator provavelmente bastante preponderante relaciona-se às mulheres que recebem pensão alimentícia, que é um valor proporcional à renda do ex-cônjuge, o que quase sempre pode ser insuficiente para colocá-las em patamares acima da linha de pobreza, ainda mais agravante nas separações em que elas ficam com os filhos. Isso sem contar que, quando o ex-marido não possui um vínculo formal, pode facilmente pagar valores menores do que o que realmente recebe, ficando mais difícil a comprovação do valor recebido pelo homem. Em pesquisas realizadas nos Estados Unidos, foram constatadas ainda diferenciações entre as mulheres nunca casadas e as divorciadas, de acordo com elas "mães nunca casadas eram mais jovens e menos educadas que as mães divorciadas. Conseqüentemente, somente 39% das crianças viviam com uma mãe nunca casada que era ocupada, comparado com 69% daquelas com uma mãe divorciada" (Bianchi, 1999:321).

No caso de dependentes de doação de não-morador e beneficiários de outros rendimentos, as mulheres também são responsáveis, respectivamente, por 72,5% e 80,6% do total das posições, o que é relevante quando se discute pobreza de uma perspectiva de gênero. Há em comum nessas duas posições a situação de dependência da mulher na obtenção da renda. No primeiro caso depende da doação de um não-morador e, no segundo, de outros rendimentos, o que varia desde de juros em caderneta de poupança até os programas de transferência de renda do governo. Utilizando-se o bom senso, é provável que grande parte das mulheres pobres da posição de beneficiários de outros rendimentos sejam beneficiárias de programas sociais e não de rendimentos de caderneta de poupança, ainda mais que, para o Ministério do Desenvolvimento Social, o público alvo preferencial para o recebimento do Bolsa-Família é a mulher.

Em 7 posições, as mulheres obtiveram o índice de representação igual a 1,00 ou 0,99, o que em si não agravaria as chances de serem capturadas pela pobreza. Mas podemos interpretar isso, então, como uma perda da vantagem de ser mulher que se apresenta na maior parte das posições como forma de amenizar as chances de se tornar pobre. Dessa forma, há conta própria agrícola (1,00), empregado doméstico (1,00), dependente de programas de transferência de renda (0,99), beneficiários de BPC-LOAS (0,99), afazeres domésticos (1,00), estudantes (1,00) e sem atividade ou sem declaração (0,99). Dentre as posições mencionadas, em conta própria agrícola, as mulheres são minimamente representadas em 12,5%, o que nos remete novamente

para a interpretação de posição tipicamente masculinizada com base em exigências construídas socialmente no desejo de força para plantar, carregar peso, lidar com animais etc. Em 4 posições as mulheres apresentam porcentagens acima de 50% no total da posição, destas, três são posições que estão em dependência de renda no domicílio (afazeres domésticos) ou do governo (dependentes de programas de transferência de renda e beneficiários de BPC-LOAS), mais uma vez a submissão e a dependência da obtenção da renda aproximam-se mais das mulheres.

À primeira vista, poderia concluir que apesar da desvantagem da mulher apresentada pelo esboço teórico deste trabalho, essa desvantagem não seria verificada em intensidade no caso do Brasil para colocá-las abaixo da linha de pobreza. É necessário fazer ponderações que poderiam explicar a atenuação da desvantagem das mulheres de serem capturadas pela pobreza. Uma delas, talvez a mais importante, esteja relacionada à opção indicada (Rocha, 2005) de se utilizar a renda familiar ou domiciliar no cálculo da linha de pobreza como forma de levar em consideração a soma de todos os rendimentos da família ou do domicílio e a solidariedade da repartição dos mesmos. Isso, de alguma forma, serviria para retirar os membros mais destituídos de renda individual da situação de pobreza, mas, a bem da verdade, não sabemos de fato como a renda é repartida dentro do domicílio. Pesquisas nesse sentido seriam relevantes para esclarecer esse problema. Por enquanto, o que temos pode demonstrar que as mulheres são capazes de atenuar a pobreza nas posições sociais. Entretanto, cabe investigar melhor as eventuais subestimações do que ocorre realmente com as mulheres.

Uma outra explicação ainda conectada à anterior estaria ligada à construção da desigualdade de gênero pois "ao mesmo tempo, embora os homens se beneficiem dessas relações, a mesma cultura masculina também impõe constrangimentos aos homens" (Abbott, 2005:57). Desta forma, o homem em seu *script* deveria ser o provedor do lar. Assim, se a situação não vai bem a culpa não é da mulher, e, sim, dele. Além disso, coloca-se em termos do domicílio como aquele que reparte seus recursos para que a mulher não precise trabalhar, o que talvez pelo menos em discurso levaria a amenizar a situação das mulheres no contexto domiciliar e, conseqüentemente, indicaria, através dos dados, uma tendência maior da pobreza nos homens, uma espécie de martirização do sexo masculino.

A renda domiciliar e o discurso do macho revelam-se enviesados, distorcendo de alguma forma o que poderia ocorrer de fato, visto que:

no Brasil a situação da mulher no mundo do trabalho, no limiar da passagem de século, parece ser marcada por elementos de continuidade e de mudança. Os fatores de continuidade expressam-se na concentração de mulheres em empregos de menor remuneração no setor de serviços e particularmente no segmento informal e mais desprotegido do mercado de trabalho. (Figueiredo Santos, 2005c:5)

De fato, se observarmos a evolução dos dados do IETS de 1992 a 2004³⁰ no tocante à renda real média do trabalho principal, pode-se constatar que houve melhoria para as mulheres, pois em 1992 recebiam 373 reais e os homens 722, ou seja, os homens recebiam em média na razão de 1,94 a mais que as mulheres. Em 2004, elas passaram a receber 479 reais e os homens 758, a razão baixou para 1,58. Apesar das mudanças no contexto individual, em termos de renda média ainda há uma desvantagem para as mulheres na obtenção dos rendimentos. Elas também estão mais presentes em ocupações de remunerações menores e até mesmo destituição, informalidade e exclusão. "Estudo recente dos efeitos da composição por gênero das ocupações sobre os salários revela que persiste no Brasil uma penalidade salarial para aqueles que estão inseridos em ocupações tipicamente femininas, sendo que esta penalidade mostra-se mais forte para as mulheres que para os homens" (Figueiredo Santos, 2005 c:5).

Se voltarmos à tabela 4 e examinarmos apenas a composição total de cada posição social, notaremos que as mulheres, com exceção de empregados qualificados e supervisores (49,2%) e empregado doméstico (93,3%) estão muito mais representadas do meio para a parte inferior das posições sociais, elevando-se a partir de aposentados ou pensionistas do governo federal (60,8%), isto é, as mulheres estão menos localizadas nos ocupados e mais representadas em situações de inatividade e dependência da renda. As duas maiores composições femininas nas posições estão em empregado doméstico (93,3%) e afazeres domésticos (83,6%). Uma possível explicação seria que o tipo de trabalho que a mulher realiza na esfera particular do domicílio gera uma expectativa de performance na esfera pública (Abbott, 2000).

³⁰ Dados do IETS de 1992-2004. http://www.iets.org.br/rubrique.php?id_rubrique=94

Com isso, permanece a ideologia de que o homem deve ganhar o pão de cada dia e sustentar a família, enquanto as mulheres devem cuidar da casa e das crianças. Quando elas resolvem trabalhar fora, o público tende a ser uma extensão do privado, ou seja, devem desempenhar papéis semelhantes no mercado de trabalho remunerado.

Em relação à segunda hipótese da dissertação na variável gênero, pode-se dizer que, apesar dos problemas apresentados no contexto da renda domiciliar, o fato de ser mulher não implicaria a acentuação de serem capturadas pela pobreza mais facilmente, permanecendo a posição social como algo mais forte e determinante do que o aspecto de gênero. No entanto, com base na composição das posições, o aspecto de gênero é relevante, porque, dentre os desempregados as mulheres são 57,4%. Com base na teoria e nos dados do IETS, do ponto de vista da renda individual, as mulheres poderiam de fato estar mais sujeitas à pobreza. Na tabela 4, em relação à composição das posições, constatamos que dentre outras "existem quatro formas de exclusão que afetam de maneira mais severa as mulheres: I – o desemprego; II – as formas precárias de inserção no trabalho; III – as formas de trabalho não remunerado e IV – a exclusão das oportunidades para desenvolver suas potencialidades (Arriagada, 2005:105).

Apesar da potencial desvantagem da mulher nas distribuições ocupacionais, a evidência empírica empregada não nos permite dizer que as mulheres são mais vulneráveis à pobreza. Como já foi dito, existem pressupostos teóricos apoiados por pesquisas nos Estados Unidos que verificam uma parada da feminização da pobreza a partir dos anos 80. Ao que parece, há uma semelhança com o Brasil. Resta saber o que teria alterado a vulnerabilidade da mulher à pobreza.

O estreitamento do *gap* de rendimentos de gênero conduz a um considerável debate entre aqueles que atribuem em primeiro lugar o estreitamento dos ganhos feitos pela mulher na educação, experiência do trabalho e resultados reais dos ganhos do trabalho (Cotter et al 1997, O'Neill & Polacheck 1993) e aqueles que argumentam que o estreitamento é muito mais um resultado da estagnação ou declínio na renda dos homens e o aumento na renda das mulheres (Bernhardt et al

1995). A ampla evidência indica que as desigualdades de rendimentos têm aumentado tanto entre trabalhadores homens quanto em mulheres (Levy 1995). (Bianchi, 1999:318).

Dentro das circunstâncias analisadas, como poderíamos explicar o papel moderador das mulheres nas posições sociais do ponto de vista de serem menos vulneráveis à pobreza que os homens? Cabe ponderar que parte da vulnerabilidade das mulheres à pobreza pode já ter sido mediada pela sua alocação em posições sociais onde se têm mais chances de ser pobre. Uma hipótese seria o nível educacional das mulheres que, de acordo com tabulações da PNAD 2004³¹, é superior ao dos homens. Dessa maneira, em 2004, os homens tinham em média 6,2 anos de estudos enquanto as mulheres 6,6 anos. Observando assim, parece uma pequena diferença, mas a sua distribuição poderia indicar que a vantagem das mulheres de escaparem da pobreza seria proveniente de seu maior número de anos de estudos. Tal enfoque estaria de alguma forma conectado à exigência, cada vez maior, de mão-de-obra qualificada pelo mercado de trabalho. Além disso existe uma elevação das mulheres dentre os ocupados no decorrer dos anos, o que poderia corroborar em alguma medida para esse argumento.

Para verificar a pertinência da hipótese acima, faz-se necessário controlar o peso (força) da variável educação que possivelmente tornaria as mulheres menos vulneráveis à pobreza. Mas, como dito anteriormente, esbarramos na limitação do cruzamento de até 3 variáveis, e para elucidar tal questão seria importante utilizar o método de regressão logística para aferir a contribuição relativa dos fatores: posição social, gênero e educação para a pobreza. Uma saída encontrada foi a de selecionar somente a população a partir de um certo nível educacional, no intuito de tornar menos heterogêneo, ou seja, controlar em parte uma possível vantagem das mulheres advinda do maior nível educacional. Sendo assim, o corte foi feito próximo à média de anos de estudo total da população brasileira (6,4 anos). Para não ficar com o valor após a vírgula o corte foi feito em 6 anos de estudo. Com isso, na tabela 5 passamos a contar com uma tabela semelhante à 4, com a população com 6 ou mais anos de estudo. A análise será feita comparando a tabela 5 com a tabela 4, cuja a intenção é

³¹ Média de anos de estudo (V4703) por gênero (sexo).

de observar se as mulheres perderam a vantagem e se os homens tornaram-se mais resistentes à pobreza.

Inicialmente, ao analisar o total, tanto na porcentagem de pobres quanto no índice de representação, notamos uma pequena alteração favorável aos homens. Assim, se as mulheres na tabela 4 (sem controle da educação) eram 51,7% dos pobres e os homens 48,3%, já na tabela 5 (6 anos ou mais de estudo), as mulheres passaram a compor 56% dos pobres e os homens 44%. Em termos relativos de chances de se tornar pobre através do índice de representação, também ocorreram modificações: a tabela 4 era praticamente igual entre homens (0,99) e mulheres (1,00), já na tabela 5 passa a aparecer uma pequena desvantagem para as mulheres (1,05) em relação aos homens (0,94).

De uma maneira geral, o índice de representação da tabela 4 era desfavorável para os homens (maior que o das mulheres) em 17 posições, em duas posições empatavam com elas, já as mulheres possuíam um índice maior que os homens em 6 posições. Na tabela 5 houve uma alteração, de forma que os homens passaram a ter um índice desfavorável em 18 posições. As mulheres também perderam, na medida em que chegaram em desvantagem em 7 posições. Mas isso ainda é pouco para dizer se as mulheres perderam de fato vantagem de resistir à pobreza quando comparadas aos homens.

Comparando a modificação dos índices de representação de homens e mulheres nas posições sociais entre a tabela 4 e a tabela 5, constatamos algumas modificações significativas. Os índices de representação dos homens, se comparado com o desempenho deles na tabela 4, em posições semelhantes, aponta diminuição em 13 posições, elevação em 10 e ficou inalterado em 2 posições. Seguindo o mesmo procedimento para as mulheres, tais índices diminuíram em apenas 8 posições, aumentou em 15 e ficou semelhante em 2 posições. Analisando por esse ângulo, parece realmente que, ao tomar a população de um grupo de anos de estudo mais homogêneo, uma parte da vantagem das mulheres de resistir à pobreza diminuiu.

Tabela 5 – Cruzamento de posições sociais (6 ou mais anos de estudo) por gênero e linha de pobreza. Acompanha índice de representação por gênero.

POSIÇÃO	Total %		Não-pobres %		Pobres %		Índice	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Empregadores e classe média	60,9	39,1	60,6	39,4	73,4	26,6	1,21	0,68
Conta própria agrícola	89,6	10,4	89,7	10,3	89,3	10,7	1,00	1,04
Conta própria não-agrícola capitalizado	72,3	27,7	71,9	28,1	75,7	24,3	1,05	0,88
Conta própria não-agrícola com qualificação	56,9	43,1	57,0	43,0	55,9	44,1	0,98	1,02
Empregados qualificados e supervisores	47,4	52,6	46,7	53,3	58,2	41,8	1,23	0,79
Trabalhador formal	58,7	41,3	57,2	42,8	70,3	29,7	1,20	0,72
Trabalhador informal	55,6	44,4	54,3	45,7	60,0	40,0	1,08	0,90
Trabalhador elementar agrícola	86,2	13,8	85,3	14,7	88,9	11,1	1,03	0,80
Trabalhador elementar não-agrícola	66,4	33,6	64,6	35,4	70,3	29,7	1,06	0,88
Conta própria precário	48,1	51,9	45,8	54,2	55,4	44,6	1,15	0,86
Empregado doméstico	4,6	95,4	4,6	95,4	4,8	95,2	1,04	1,00
Trabalhador no autoconsumo	34,5	65,5	32,3	67,7	38,7	61,3	1,12	0,94
Trabalhador na própria construção	89,3	10,7	87,6	12,4	91,4	8,6	1,02	0,80
Aposentado ou pensionista federal	43,0	57,0	43,3	56,7	37,3	62,7	0,87	1,10
Aposentado ou pensionista de outros tipos	16,8	83,2	20,2	79,8	7,8	92,2	0,46	1,11
Rentista (Recebe aluguel)	32,7	67,3	28,6	71,4	57,9	42,1	1,77	0,63
Dependente de doação de não-morador	30,2	69,8	33,0	67,0	24,5	75,5	0,81	1,08
Beneficiário de outros rendimentos	18,6	81,4	27,1	72,9	11,1	88,9	0,60	1,09
Pessoa de domicílio dependente de programas de transferência de renda	38,8	61,2	36,1	63,9	40,4	59,6	1,04	0,97
Pessoa de domicílio beneficiário de BPC-LOAS (direito)	38,7	61,3	38,3	61,7	39,2	60,8	1,01	0,99
Desempregados	41,0	59,0	39,0	61,0	44,2	55,8	1,08	0,95
Não-remunerado	49,2	50,8	47,1	52,9	55,1	44,9	1,12	0,88
Afazeres domésticos	15,7	84,3	16,1	83,9	14,4	85,6	0,92	1,02
Estudantes	68,2	31,8	66,9	33,1	74,2	25,8	1,09	0,81
Sem atividade ou sem declaração	62,8	37,2	56,3	43,7	76,9	23,1	1,22	0,62
Total	46,9	53,1	47,6	52,4	44,0	56,0	0,94	1,05

Fonte: Elaborado com base no IBGE. PNAD 2004.

Na comparação da tabela 4 e 5, o índice de representação das mulheres eleva-se em posições de maior *status* no processo produtivo como empregadores e classe média e empregados qualificados; inversamente, os homens conseguem diminuir seus índices de representação nessas posições. Em algumas posições mais precárias como conta própria precário, trabalhador no auto consumo e na própria construção, as mulheres conseguem reduzir o índice de representação, enquanto os homens têm nas respectivas posições o índice em elevação. De alguma forma, levantaria-se outra hipótese: a de que o maior nível educacional das mulheres seria mais facilmente convertido em benefício para se escapar da pobreza em relação aos homens em funções mais precárias; ao passo que em funções de maior *status* e/ou poder no processo produtivo seria mais difícil concorrer com seus pares masculinos, mesmo possuindo um bom nível educacional.

Portanto, as mulheres têm vantagem de atenuar as chances de se tornarem pobres em relação aos homens. Isso é fato. Ainda, é necessário investigar de onde vem tal vantagem, qual variável seria preponderante nesse sentido. Ao inserir a educação parece que houve uma pequena redução dessa vantagem, mas seria preciso investigar outros fatores como, por exemplo, a composição familiar. Pesquisa realizada recentemente no Brasil reitera tais suposições, apontando para a presença ou não de crianças na família.

Uma primeira constatação - e não das menos relevantes - é verificar que o sexo da pessoa de referência na família não aparece como variável forte na determinação da vulnerabilidade. Logo, uma família chefiada por uma mulher sozinha ou por um homem (na sua esmagadora maioria tendo cônjuge) tem iguais chances de ser ou não vulnerável. Isso significa dizer que famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge não estão mais expostas ao risco da pobreza do que as famílias tradicionais.

A segunda constatação vem corroborar aquilo já amplamente conhecido: onde há crianças, a probabilidade de uma família ser vulnerável é elevadíssima (4,6856). Observe-se que as famílias

sem crianças acusam probabilidade negativa de serem vulneráveis, qualquer que seja o arranjo. (Lavinias e Nicoll, 2005:23).

4.2 – Raça

Antes de se adentrar nas análises dos dados sobre raça e pobreza, torna-se necessário definirmos alguns aspectos fundamentais, tais como: o que é raça? Como se classifica? E o mais importante, quais as características teóricas e empíricas que nos levaram a pesquisar sua relação para acentuar ou atenuar a pobreza? O tema é bastante vasto em discussões e análises no Brasil, de forma que esse breve esboço servirá apenas para contextualizar a relação de raça com o tema que é objeto desse trabalho: a pobreza. Outras contribuições teóricas poderão ser utilizadas no decorrer da análise dos dados.

Raça, tal como gênero, é uma construção social que ultrapassa as características puramente biológicas. A literatura obtida e apoiada em evidências empíricas mostra que raça é um conceito dinâmico, percebido distintamente ao longo do tempo e variando de sociedade e até mesmo do indivíduo que observa. Edward Telles (2003), em seu livro *Racismo à brasileira*, mobiliza uma vasta literatura que, apoiada em pesquisas e dados, torna-se obrigatória para compreender as implicações não apenas de raça, mas das relações raciais que impõem limitações aos não-brancos.

Um ponto que reforça a plasticidade do conceito de raça é demonstrado pelo autor ao mencionar as diferentes formas de classificação racial. Nos Estados Unidos, por exemplo, prevalece "uma gota de sangue", ou seja, a ascendência marca então um par assimétrico de brancos e não-brancos que tem peso interativo na geração da desigualdade (Tilly, 2006). No caso do Brasil, para começar, o termo raça pode até ser utilizado nos meios acadêmicos, mas no cotidiano os indivíduos utilizam muito mais o termo cor ao invés de raça. Tanto é assim que o IBGE na pesquisa da PNAD atribui o nome da variável de cor ou raça.

A noção de cor está mais próxima da realidade brasileira porque a forma de classificação costumeiramente não se apoia na ascendência, mas em traços físicos, principalmente na cor da pele, no cabelo, na forma do nariz e nos lábios. Isso permite com que o entendimento de raça no Brasil realizado nas ruas pela população reconheça um *continuum* de cores, sendo os extremos formados por brancos e pretos e uma imensidão de variações intermediárias como moreno, moreno-claro, moreno-

escuro, cor de jambo e outros. De acordo com Telles (2003), a classificação racial de pesquisas no Brasil sofre alterações de acordo com quem classifica, se feita pelo entrevistador, entrevistado, ou por ambos.

Contudo, o importante do ponto de vista sociológico é que raça ou cor, no Brasil, nos Estados Unidos ou em muitos outros países está ligada às questões de valor e *status*, cujas categorias não-brancos geralmente possuem conotações negativas. Quando, por exemplo, um preto do ângulo do entrevistado se classifica como pardo no Brasil está tentando minimizar os efeitos sociais de sua cor. "No Brasil, isso significa evitar as categorias de não-brancos, especialmente a de preto, porque essas são frequentemente associadas a características negativas tais como pobreza, preguiça e violência" (Telles, 2003:114).

Telles (2003) identifica duas gerações importantes de estudos raciais na sociedade brasileira. A primeira liderada por Gilberto Freyre nos anos 30, apoiava-se na miscigenação como um aspecto positivo das relações raciais brasileiras, já a segunda geração inicia-se nos anos 50. O nome mais importante é Florestan Fernandes, que considerava a democracia racial da primeira geração um mito, pois esse autor passava a constatar em suas pesquisas e focar principalmente as desigualdades raciais. Como explicar então que pesquisando sobre o mesmo tema as correntes tivessem chegado a resultados tão conflitantes?

Telles (2003) aponta duas explicações para tal fato. A primeira e mais forte reside na escolha analítica, ou seja, a primeira geração enfocou as relações horizontais, comparava pessoas de uma mesma classe social e detinha-se principalmente nas relações de sociabilidade inter-racial como os casamentos. A segunda geração, por sua vez, enfocava as relações verticais, ou seja, a desigualdade. O segundo argumento é que a primeira geração realizou suas pesquisas nas regiões norte e nordeste, onde o número de casamentos inter-raciais é maior que nas demais regiões. Já a segunda geração estava mais voltada para o sul e o sudeste, onde a miscigenação é menor. Sendo assim, ambas gerações, ao generalizarem seus estudos para o Brasil inteiro, deixaram de levar em consideração as heterogeneidades de atuação do problema.

Existe então a coexistência de relações horizontais (casamentos inter-raciais, proximidade de residências) e verticais (desigualdade). Quando Telles (2003) compara a situação das relações horizontais brasileiras com as americanas fica nítida a diferença que no caso americano é simbolizado pela forte segregação das relações

horizontais. No Brasil, apesar das "boas" relações horizontais, existe grande desigualdade, desvantagem para os não-brancos que não são apenas materiais, mas uma inferioridade social, que pode ser traduzida em uma cidadania aleijada que encontra obstáculos como o acesso ao emprego e direitos civis e políticos, envolvendo também diferença de poder e *status*.

É possível fazer ponderações no tocante às relações horizontais brasileiras. No caso dos casamentos inter-raciais, a maior parte se dá entre os pobres e é pouco comum a união entre os extremos (brancos e pretos). No caso da segregação residencial, ela não foi oficializada como nos Estados Unidos, ou seja, brancos e não-brancos podem habitar no mesmo bairro sem problemas. Essa relação é mais acentuada no bairros mais pobres, uma vez que nos bairros mais ricos, onde o m² tem valor elevado, é menos comum a presença dos não-brancos, o que demonstra que em termos relativos e de maneira não oficial a desigualdade vertical traz implicações para as relações horizontais, delimitando de maneira indireta o menor acesso dos não-brancos aos bairros mais valorizados.

Nosso interesse estará a partir desse momento direcionado para as relações verticais, ou seja, as desigualdades entre brancos e não-brancos e suas influências para o acesso aos recursos importantes como trabalho, terra e capital. Consequentemente, esse ponto é fundamental para acentuar ou atenuar a pobreza. De alguma forma, tal como em gênero, raça está conectada a um tipo de opressão, logo é uma divisão social vinculada à ascendência biológica, tipicamente, mas não invariavelmente associada a marcas físicas, em que alguma forma de exclusão socialmente significativa conecta-se a essa origem e o grupo excluído é estigmatizado de uma forma ou de outra como inferior (Wright, 2002). Como já foi dito, a ascendência não é o meio utilizado para definir e classificar raça no Brasil. "Na experiência brasileira, ao contrário, a transformação de uma marca física, como a cor, em uma marca de *status* envolve processos mais sutis e carregados de ambigüidades" (Figueiredo Santos, 2005b:25).

Um mecanismo que serviria para explicar, produzir e reproduzir a opressão é a discriminação de raça que no caso brasileiro aparece mesmo com a miscigenação e as relações horizontais menos segregativas do que no caso americano. No nível simbólico, a discriminação aparece nas piadas de negros; na mídia, com as novelas e filmes, em que o mocinho é sempre branco e o negro ou pardo são sempre os

bandidos; e na música como no caso Tiririca³². Tudo isso reproduz estereótipos negativos sobre os negros, e no caso das piadas, aqueles que se sentem ofendidos são acusados de não terem senso de humor. No nível das relações verticais, a discriminação aparece de maneira mais forte no mercado de trabalho.

Em uma pesquisa do ano 2000, exatamente 54% do total da população do estado do Rio de Janeiro identificou o mercado de trabalho como o local onde há maior tensão racial na sociedade brasileira, seguido pelas relações de vizinhança (16%), a escola (13%) e a religião (7%). Na pesquisa nacional de 1995, os pretos eram mais que duas vezes mais inclinados a identificar discriminação contra sua cor do que os pardos em momentos de contratação e promoção (Telles, 2003:243).

Em relação à pobreza, se observarmos a tabela 6, fica claro que a maioria dos pobres é formada por não-brancos (64,1%), revelando, inicialmente, uma desvantagem dos não-brancos de serem capturados pela pobreza. Se compararmos esse percentual com o encontrado por Sônia Rocha em 1999³³, quando os não-brancos representavam 61,9% dos pobres, existe um aumento da tendência para pobreza entre os não-brancos de 2004 em relação a 1999.

Tabela 6 – Cruzamento da população total em raça e linha de pobreza. Composição percentual da pobreza por raça e de raça por pobreza (entre parênteses)

RAÇA		Não-pobres %	Pobres %	Total %
Branco		59,2 (78,1)	35,9 (21,9)	51,8 (100,0)
Não-branco		40,8 (58,0)	64,1 (42,0)	48,2 (100,0)
Total	%	100,0 (68,4)	100,0 (31,6)	100,0
	Número	124.537.408	57.510.344	182.047.752

Fonte: Elaborado com base no IBGE. PNAD 2004.

³² Música "Olha o cabelo dela" gravada em 1996 e censurada pela justiça.

³³ Tabela da página 145 em Rocha, 2005. As porcentagens dos grupos raciais da pesquisadora foram agregados para permitir a comparação.

Ao que parece as desigualdades verticais de raça, como a discriminação no mercado e os acessos aos recursos importantes, têm implicações para a pobreza em alguma medida. "Em síntese, de acordo com o método de calcular probabilidades relativas, negros tinham uma chance 3,5 vezes maior que o cidadão branco de serem pobres (em 1989)" (Telles, 2003:190). Dados do IETS, de 2004³⁴, apontavam que a renda real média do trabalho principal dos brancos era de 826 reais ao passo que a dos não-brancos de 425 reais. Logo os brancos recebiam em média na razão de 1,94, ou seja, quase duas vezes mais que os não-brancos, e isso revela o preço pago pela discriminação no mercado de trabalho.

Na tabela 7, passamos a utilizar a classificação dos pobres, desenvolvida no capítulo anterior, para verificar em cada posição as chances dos não-brancos de atenuar ou acentuar a tendência para pobreza, lembrando que existem fortes indícios teóricos e estatísticos, como foi visto anteriormente. Eles apontam para uma maior vulnerabilidade dos não-brancos de serem capturados pela pobreza.

O índice de representação, tal qual feito com a variável gênero, foi obtido através da divisão dos percentuais dos pobres de cada posição pelo total percentual de cada posição. Acima de 1,00 indica maiores chances de ser pobre pela categoria que assim se apresentar (brancos ou não-brancos). À primeira vista, o fato que sobressai grosseiramente é que os não-brancos apresentam em todas as 25 posições maiores chances de serem capturados pela pobreza do que os brancos, variando entre o índice mínimo de 1,04 em pessoa de domicílio dependente de programas de transferência de renda até o máximo de 2,20 em empregadores e classe média. O que podemos constatar é que a desvantagem para os não-brancos é maior nas posições capitalizadas e nas que possuem exigências maiores de qualificações e diminui um pouco apesar de continuar existindo em posições mais destituídas.

No caso das posições capitalizadas, há os empregadores e classe média, o que de alguma forma também abrange ocupações que exigem alta qualificação, como engenheiros e médicos. Assim, presenciemos a maior desvantagem nessa posição para os não-brancos (2,20), índice bem maior que o dos brancos (0,59). Além disso, os não-brancos são apenas 25,3% dessa posição e, mesmo estando minimamente representados, possuem maiores chances de serem pobres, é o "preço" pago por estar em uma posição tipicamente de brancos (74,7%).

³⁴ Dados do IETS de 1992-2004. http://www.iets.org.br/rubrique.php?id_rubrique=94

Tabela 7 – Cruzamento de posições sociais por raça e linha de pobreza. Acompanha índice de representação de pobres segmentado em raça pela porcentagem total interna de cada posição.

POSIÇÃO	Total %		Não-pobres %		Pobres %		Índice	
	B	NB	B	NB	B	NB	B	NB
Empregadores e classe média	74,7	25,3	75,6	24,4	44,3	55,7	0,59	2,20
Conta própria agrícola	42,6	57,4	49,2	50,8	28,1	71,9	0,66	1,25
Conta própria não-agrícola capitalizado	62,1	37,9	65,9	34,1	40,9	59,1	0,66	1,56
Conta própria não-agrícola com qualificação	63,1	36,9	66,8	33,2	40,0	60,0	0,63	1,63
Empregados qualificados e supervisores	62,5	37,5	64,0	36,0	41,5	58,5	0,66	1,56
Trabalhador formal	58,8	41,2	61,7	38,3	40,6	59,4	0,69	1,44
Trabalhador informal	50,2	49,8	55,2	44,8	36,8	63,2	0,73	1,27
Trabalhador elementar agrícola	33,4	66,6	35,6	64,4	29,1	70,9	0,87	1,06
Trabalhador elementar não-agrícola	39,5	60,5	44,3	55,7	30,9	69,1	0,78	1,14
Conta própria precário	45,2	54,8	51,6	48,4	31,5	68,5	0,70	1,25
Empregado doméstico	42,7	57,3	47,8	52,2	33,3	66,7	0,78	1,16
Trabalhador no autoconsumo	41,0	59,0	47,9	52,1	27,9	72,1	0,68	1,22
Trabalhador na própria construção	44,5	55,5	48,5	51,5	39,5	60,5	0,89	1,09
Aposentado ou pensionista federal	60,9	39,1	63,3	36,7	42,0	58,0	0,69	1,48
Aposentado ou pensionista de outros tipos	57,3	42,7	62,8	37,2	46,8	53,8	0,82	1,26
Rentista (Recebe aluguel)	67,1	32,9	70,8	29,2	52,1	47,9	0,78	1,46
Dependente de doação de não-morador	47,9	52,1	58,9	41,1	34,6	65,4	0,72	1,26
Beneficiário de outros rendimentos	36,2	63,8	44,5	55,5	30,4	69,6	0,84	1,09
Pessoa de domicílio dependente de programas de transferência de renda	33,1	66,9	39,2	60,8	30,5	69,5	0,92	1,04
Pessoa de domicílio beneficiário de BPC-LOAS (direito)	37,0	63,0	42,0	58,0	31,4	68,6	0,85	1,09
Desempregados	49,7	50,3	56,8	43,2	40,8	59,2	0,82	1,18
Não-remunerado	44,5	55,5	53,7	46,3	28,3	71,7	0,64	1,29
Afazeres domésticos	55,6	44,4	62,1	37,9	41,3	58,7	0,74	1,32
Estudantes	57,4	42,6	65,3	34,7	41,6	58,4	0,72	1,37
Sem atividade ou sem declaração	52,7	47,3	62,2	37,8	41,6	58,4	0,79	1,23
Total	51,8	48,2	59,2	40,8	35,9	64,1	0,69	1,33

Fonte: Elaborado com base no IBGE. PNAD 2004.

No universo dos capitalizados, os conta próprias não-agrícolas capitalizados (1,56) também impõem uma forte desvantagem dos não-brancos de serem capturados

pela pobreza. Apesar dos não-brancos terem uma participação um pouco maior que nos empregadores e classe média, ela ainda é baixa nessa posição (37,9%). A última posição que envolve a posse de capitais como fundamental na posição e representa desvantagem para os não-brancos são os rentistas (pessoas que recebem aluguel) que impõem a desvantagem de 1,46 aos não-brancos. A breve análise dos capitalizados vai de encontro à opressão de raça que Wright (2002) aponta como um mecanismo estigmatizador e gerador de limitações para os não-brancos. De certa forma se, o que a pessoa tem, determina o que ela obtém, (Wright, 2005) a cor da pele no caso brasileiro interage com a posição de classe, gerando uma desvantagem adicional para os não-brancos a qual não pode apenas ser explicada pela posição de classe.

Nas posições de maiores qualificações ou que exercem algum poder no processo produtivo, a desvantagem dos não-brancos de serem capturados pela pobreza mais facilmente do que os brancos também é elevada. Uma parte já foi percebida, quando tratamos da posição de empregadores e classe média: maior desvantagem da classificação. A segunda maior desvantagem para os não-brancos da classificação foi verificada nos conta próprias não-agrícolas com qualificação, em que o índice de representação é de 1,63 para os não-brancos, ao passo que para os brancos é de 0,63. Entre empregados qualificados e supervisores (1,56) ocorre a mesma coisa, com a pequena diferença para menos na desvantagem, além da inclusão de ocupações que exercem algum poder no processo produtivo, como é o caso dos supervisores.

Tanto entre os conta próprias não-agrícolas com qualificação como entre os empregados qualificados e supervisores, a composição dos não-brancos nas posições é bem inferior a dos brancos, sendo respectivamente de 36,9% e 37,5%. Mesmo estando nessas posições, sofrem uma desvantagem extra de serem capturados pela pobreza. Com isso, devemos colocar a seguinte questão: não-brancos com maior nível educacional (demandado por algumas posições) conseguiriam compensar a desvantagem de cor? Com base nas análises apresentadas do ponto de vista da pobreza não. Mas esse argumento da educação é utilizado por alguns autores.

O preconceito no Brasil seria de marca precisamente porque a cor da pele ou traços físicos são índices de primitividade passíveis de serem tornados invisíveis socialmente, desde que o indivíduo de cor seja portador de *habitus*

adequado ao trabalho produtivo nas condições do mercado competitivo moderno. Um negro ou mulato instruído, disciplinado, inteligente e produtivo nesse contexto, tende a receber uma avaliação social positiva do meio independente de sua ascendência ou traços físicos (Souza, 2005:64-5).

Mesmo que o negro ou mulato venham a receber uma avaliação social um pouco melhor que os não instruídos, a cor no tocante às chances de se tornar pobre não foi neutralizada, não se tornou "invisível socialmente". Quando observarmos as posições da classificação que exigem instrução, na verdade mostra uma desvantagem até maior que nas posições em que a exigência de educação é menor. Essas posições que as pessoas ocupam e possuem qualificação ou poder no processo produtivo, servem como um meio para se medir o quanto o mercado de trabalho é influenciado pelas desigualdades raciais e pela própria discriminação que opera de forma "camuflada".

Talvez a prova mais clara e convincente da discriminação no mercado de trabalho possa ser encontrada com base em duplas de testes, em que os candidatos negros e brancos, com qualificações semelhantes são entrevistados e seu tratamento e índices de aceitação são examinados. Tais experimentos são frequentemente utilizados, nos Estados Unidos para demonstrar aos tribunais que os negros, apesar de possuírem qualificações idênticas aos brancos têm maiores dificuldades para obter um emprego (Telles, 2003:245).

No Brasil, a cor se sobressai no mercado de trabalho como fator diferenciador, de forma que o branco é valorizado como o ideal desejável, talvez por se aproximar do "padrão" europeu e da suposta inerente eficiência e intelectualidade. Sendo assim, como explicar o posto de mando de um supervisor não-branco? O fato é que para ele ocupar essa posição, acaba sofrendo uma penalidade salarial, pois a renda média mensal de um supervisor branco é de 957,39 reais ao passo que a de um

não-branco 652,85 reais (Figueiredo Santos, 2005b:37). Dessa forma, a cor determina diferenciadas chances para brancos e não-brancos, lembrando que é um fator facilmente observável, ao contrário do nível educacional que depende de certificação. Talvez o peso de raça no Brasil também opere, no momento das seleções de emprego e promoções, um forte indício que estaria relacionado aos anúncios de jornal que exigem "boa aparência", ou simplesmente empresas que só aceitam o currículo acompanhado de foto.

Assim, brancos e não-brancos com o mesmo nível educacional e qualificação podem sofrer tratamentos desiguais no momento da contratação, e como vimos, quando os não-brancos assumem uma posição de brancos (alta porcentagem dessa categoria) sofrem amputações salariais. Para que um não-branco consiga então ser contratado ao invés de um branco deve apresentar mais qualificações e estudo que os brancos, o que indicaria também uma desvantagem de raça que deve ser suprimida por outros ativos compensatórios. Em outras palavras, não basta simplesmente ser educado, é preciso ser mais educado que um branco, não para tornar a cor "invisível socialmente", mas para ter chances de disputar e ocupar uma vaga no mercado de trabalho "de brancos", e quando isso ocorre há uma penalidade racial no salário.

Observando pares de posições próximas dotadas de um fator diferenciador, constatamos que os não-brancos estão menos presentes em posições que por si, conforme tabela 1 do capítulo anterior, tendem menos à pobreza. Entretanto, a desvantagem dos não-brancos é maior nas posições de menores chances de se tornarem pobres somente pela posição. Com isso, no trabalhador formal os não-brancos são 41,2%; de acordo com a tabela 1, o índice de representação nessa posição é de 0,44 quase metade do trabalhador informal (0,85) que conta com 49,8% de não-brancos. Mas a desvantagem dos não-brancos serem capturados pela pobreza é maior dentre os trabalhadores formais (1,44) enquanto nos trabalhadores informais é de 1,27. Fato semelhante acontece dentro das posições de aposentados e pensionistas. De acordo com a tabela 1, é muito mais provável um aposentado ou pensionista de outro tipo ser pobre que aqueles que recebem do INSS ou governo federal. Os não-brancos representam, de acordo com a tabela 7, 39,1% dos aposentados ou pensionistas federais e 42,7% dos outros tipos. Mais uma vez os não-brancos têm uma probabilidade maior de se tornarem pobres que os brancos na posição que menos tende à pobreza. Isto é, os não-brancos (1,48) possuem maiores

probabilidades de serem pobres que os brancos nos aposentados e pensionistas federais, ao passo que nos aposentados e pensionistas de outros tipos o índice para os não-brancos é de 1,26.

No restante da classificação, os não-brancos compõem a maior parte das posições de trabalhos elementares, precários e situações de destituição e dependência de transferência de renda, sendo que em quase todas elas o índice de representação da desvantagem dos não-brancos serem capturados pela pobreza torna-se menor, apesar de continuar demonstrando a fragilidade dos não-brancos que tendem mais à pobreza. Em relação aos trabalhadores elementares e destituídos, pode-se encontrar respaldo em algumas teorias como a que aponta que "a *raça negra* é considerada inferior pela associação ao *primitivismo* africano que é percebido como repositório de valores ambíguos, como força muscular e sensualidade" (Souza, 2005:59). Dessa forma, essas posições seriam "compatíveis" com pressupostos ideológicos de que os não-brancos seriam mais apropriados aos trabalhos manuais, influência possivelmente do passado escravo em que exerciam funções manuais e de esforço físico. A outra explicação mais concernente com a proposta teórica da dissertação respalda-se na condição comum de classe.

A existência de um menor *gap* racial entre as categorias de trabalhadores proletarizados corresponde à expectativa da teoria marxista de que a condição de exploração de classe comum restringe em certa medida, o impacto das divisões raciais no interior da classe trabalhadora restrita. A categoria de trabalhador elementar mostra que, quanto maior a destituição no interior do trabalho assalariado, mais homogênea torna-se o grupo em termos das conseqüências das divisões raciais sobre a renda (Figueiredo Santos, 2005b:51).

Portanto, em relação à *raça*, segunda variável moduladora, ao contrário de *gênero*, apresentou em todas as posições sociais maiores chances dos não-brancos serem pobres do que os brancos. A análise aqui realizada indica também indiretamente que a cor representa uma desvantagem para além da posição social, o

que também vale para a qualificação que, apesar de interferir no acesso de determinadas posições, não elimina a desvantagem dos não-brancos no interior delas.

Em termos de políticas de combate à pobreza, não se deve ignorar o peso da questão racial e, embora as atuais políticas de cotas sejam positivas, interferem apenas no acesso educacional, ignorando em boa parte as demais desigualdades verticais, como as do mercado de trabalho. Diante de tal problemática é fundamental que as políticas atuem não apenas sobre a redistribuição de ativos, mas também sobre a conversão dos ativos em funcionamentos. Além disso, é preciso também alterar a própria forma de como a opressão de raça se alimenta, como as formas de discriminação. Para isso não bastam leis punitivas, é preciso mudar a própria concepção social dos indivíduos em relação à raça. Nesse sentido, se filmes, novelas, piadas e músicas reproduzem o preconceito, por que não utilizar os mesmos meios para propagar valores contrários ao preconceito? Se um meio funciona para propagar desigualdades raciais, o inverso não surtiria também efeito?

Não seria necessário deixar de implementar as políticas de cotas, mas implementá-las concomitantemente à reconstrução simbólica da noção de raça para reduzir a discriminação e, conseqüentemente, a opressão racial. Para aqueles que argumentam que as políticas de cotas levariam à segregação racial americana, é preciso dizer que as desigualdades verticais entre brancos e não-brancos são fortes e o primeiro passo é admitir que o problema existe. Não adianta fingir que o racismo não opera na sociedade brasileira, ou que as políticas de ação afirmativa gerariam segregação horizontal. O fato é que, se nada for feito, teremos cada vez mais uma maior porcentagem de não-brancos pobres e em posições mais destituídas. Tudo isso em meio à miscigenação e em nome de uma mascarada democracia racial.

4.3 – Idade

A última variável utilizada para observar a atenuação ou acentuação das chances de ser pobre nas posições sociais é a idade. No Brasil, é muito comum se falar em "cor da pobreza", fato que tal como exposto anteriormente comprova a relevância da questão racial para a compreensão da pobreza, ultrapassando a posição de classe, por existirem diferentes chances entre brancos e não-brancos de se tornarem pobres na mesma posição.

No tocante à idade, é menos provável ler ou ouvir o termo "idade da pobreza", apesar de reconhecidamente haver uma preocupação com as crianças e os

mais idosos, facilmente percebida tanto no meio acadêmico, governamental e legal (desnutrição de crianças, programas de transferência de renda, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso) quanto na mídia (reportagens e programas que buscam informar, conscientizar e angariar fundos em favor de crianças). Dessa maneira, indiretamente, mesmo que não se fale em "idade da pobreza", há um reconhecimento da vulnerabilidade de grupos de idade (crianças e idosos).

Em relação aos riscos de "cair" na pobreza (ficar abaixo da linha de pobreza), Bradley aponta que "nós podemos falar mais apropriadamente em risco quádruplo, para isto, está claro que estes quatro fatores [idade, etnia, gênero e classe] vêm juntos criar os piores casos de pobreza e desgraça" (Bradley, 1996:172). É a idade, portanto, que compõe uma parte importante da estratificação e, em consequência da pobreza. Nesse sentido é relevante o entendimento de que idade "envolve a construção de diferenças sociais que trazem acessos diferenciados aos recursos sociais, tais como riqueza, poder e *status*" (Idem:147).

Tal como em gênero e raça, idade não é algo simplesmente biológico ou cronológico. Na sociologia devemos nos preocupar com a construção social da idade e as implicações relacionadas. Assim as "regras sociais sugerem quais formas de comportamento são aceitáveis para cada grupo de idade" (Idem:147). O que se traduz em expectativas de comportamentos que, quando não enquadrados nas regras, podem sofrer sanções, desde morais como a comicização (uma idosa dançando em uma *rave* com minisaia) até as sanções impeditivas do acesso a ativos importantes, como a exigência de idade mínima para ocupar um importante cargo executivo de uma empresa. Ao contrário, impor limite de idade para algumas ocupações, excluindo pessoas em plenas condições produtivas. No exemplo dado teríamos a desvantagem de acesso à renda via mercado de trabalho, respectivamente, com os jovens e os mais idosos prejudicados.

As atribuições de idade são dinâmicas, variando no tempo e na sociedade. No século XIX a expectativa de vida certamente era menor do que a dos dias atuais, uma vez que a medicina não contava com os métodos de hoje, nem mesmo desfrutava dos avanços tecnológicos que permitiriam, cada vez mais, o maior conhecimento do corpo e de seus problemas. Além disso, a prevenção, a vacinação e até medidas simples como a higienização possibilitaram um ganho gradual na longevidade do homem. Assim, a senectude da vida representada pelo idoso foi bastante prolongada na maior parte dos países continentais desenvolvidos ou em

desenvolvimento. O oposto não se verifica em países mais destituídos, como alguns países africanos, onde a longevidade ainda é baixa.

Mesmo que o homem com 50 anos, desempregado, ainda se encontre em perfeitas condições físicas e mentais para o trabalho, há no mercado a ideologia de que o mesmo estaria "velho" demais para exercer determinadas ocupações. O fato ainda é mais agravante porque o direito à aposentadoria integral, no caso brasileiro, não só está bem acima dessa idade³⁵ como existem discussões no sentido de elevar essa idade. Uma maneira de tentar compensar a desvantagem de idade são os ativos de qualificação como a formação e a experiência no trabalho.

No caso dos aposentados, a situação socioeconômica dependerá no Brasil da ocupação que exerciam anteriormente, ou seja, com quanto contribuía. No tocante às profissões com maior remuneração, poderia haver um achatamento salarial devido ao teto da aposentadoria pública, fato que possivelmente seria minimizado pelas previdências privadas. Em relação ao trabalhador, que ganha um salário mínimo, a aposentadoria representa o fim da jornada da mobilidade social (salvo os casos em que alguns continuam trabalhando informalmente). Sendo assim, a aposentadoria para uns pode ser aguardada como um descanso bem remunerado, e para outros o fim dos sonhos, ou a necessidade de continuar trabalhando informalmente para complementar ou melhorar a renda. Mesmo que a aposentadoria seja aguardada positivamente por posições mais bem remuneradas, ainda assim, representa para os indivíduos a perda de *status* social, na medida em que perdem laços sociais diários do trabalho e passam a se sentirem – como os funcionalistas diriam – inúteis ao sistema.

Por outro lado, as crianças, dependem da renda dos pais, ou da ajuda dos governos, ONG's para sobreviverem, uma vez que, através da legislação brasileira atual, legalmente as crianças não podem trabalhar, devendo apenas se dedicarem aos estudos. Apesar das proibições e de programas como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) é muito comum a presença de crianças no trabalho precário e informal, como a venda de produtos nos sinais e, até mesmo, a mendicância. As crianças vivem da dependência ou de situações tênues e ilegais para a obtenção da renda. A situação delas depende fortemente do contexto familiar. Logo, se os pais estão em uma posição confortável de obtenção da renda, elas podem

³⁵ Caso geral de 65 anos para o homem e de 60 anos para mulher, com exceção de casos especiais, como os professores do ensino básico que rebaixa em 5 anos a idade.

ter acesso à renda através das "mesadas", isso sem contar uma série de meios que propiciam bem-estar, como acesso a clubes, cinemas e aulas especiais.

Crianças que se encontrem em circunstância familiar desse tipo, portanto, não necessitam buscar por si próprias meios de obter renda fora do domicílio, o que não corresponderia à realidade das crianças pobres que têm seu tempo de estudos reduzido para complementar a renda do domicílio. Suas oportunidades e chances futuras serão diferenciadas. Tal explicação demonstra que as pessoas não passam pela experiência das diferentes faixas etárias de forma semelhante (refutando o etapismo funcional), porque existe a interação com classe, gênero e etnia que não podem ser ignorados.

No caso dos jovens, a dependência da renda domiciliar vem aumentando. Se nos anos 60 saiam de casa com 18 anos e a maior parte com no máximo o ensino médio completo, hoje as exigências de formação são mais elevadas, sendo bastante desejável ou impreterível, para ingressar em ocupações com boa remuneração, no mínimo, o ensino superior e adicionalmente a pós-graduação como grau complementar de ativo educacional e diferenciador em seleções e com peso em concursos públicos. Assim, se o jovem entrar com 18 anos numa Universidade, ficará (supondo um curso de 4 anos de duração) até os 22 anos para se graduar, mais aproximadamente 2 anos para uma pós-graduação, 24 anos, e mais o tempo de prestar concursos e/ou disputar uma vaga no mercado que tem previsão indeterminada. Lembrando que, no exemplo, estamos supondo uma trajetória "brilhante", sem reprovação no ensino básico (fundamental e médio) e aprovado no primeiro vestibular, fato que nem sempre corresponde à realidade da maioria dos brasileiros, sobretudo daqueles de origem mais humilde. "Agora todos os jovens gastam um período longo com a educação antes de oficialmente entrarem no mercado de trabalho, estendendo o período total de dependência econômica em relação aos pais" (Bradley, 1996:162). Essa mudança no perfil dos jovens tem uma explicação, pois eles "esperam obter habilidades e qualificações que os capacitarão a escapar das armadilhas do desemprego e de oportunidade limitadas" (Idem:163).

A literatura sociológica vem destacando dois grupos de idade em desvantagem de acesso a recursos importantes. O que de alguma maneira poderia torná-los mais vulneráveis à pobreza: os mais jovens e os idosos. No caso dos jovens, poderíamos subdividi-los em crianças e jovens. Tal suposição, entretanto, relaciona-se a outros fatores como o contexto domiciliar da renda; nos aposentados,

depende da ocupação que exerciam e até mesmo dos valores das contribuições. Ainda que o foco da análise concentre-se nesses grupos, é importante destacar que o grupo de idade que compõe a maior parte da força de trabalho, apesar de serem considerados uma "elite de idade formada pelos grupos medianos de idade" (Idem:147), também são penalizados na medida em que contribuem com inúmeros impostos e taxas que servem para financiar programas para ajudar crianças e idosos.

Crianças contam fortemente com as transferências da renda dos pais, e muitas crianças pobres contam também com suporte, como o *welfare*, que deriva de taxas pagas pelos trabalhadores. Os mais velhos contam com a renda gerada anteriormente da própria participação na força de trabalho (Ex: rendimentos de pensões e aposentorias) e economias, ou ainda, de programas de segurança social que são financiados pela taxação dos ganhos da população em idade de trabalho. (Bianchi, 1999:317).

Assim, se por um lado os grupos em idade desejável ao mercado de trabalho se beneficiam da exclusão dos mais jovens e dos mais idosos, por outro lado sofrem com a repartição da renda no domicílio entre os membros sem obtenção de renda e, ao mesmo tempo, com as diversas contribuições que, dependendo do salário e da composição familiar, poderia transformá-los, em indivíduos também vulneráveis à pobreza.

Na tabela 8, o grupo de idade que aparece em maior desvantagem são as crianças (0->14 anos) que apresentam o índice de 1,51, coadunando, portanto, com a teoria previamente apresentada. O mesmo não se pode dizer dos mais idosos (55 ou mais)³⁶ cuja tabela demonstrou o menor índice. Há menos probabilidade de serem pobres dentre os grupos etários (0,43), contrariando as suposições teóricas pelo menos em parte, pois como foi dito o valor da aposentadoria é fundamental nesse

³⁶ O corte de mais idosos a partir de 55 anos, visa tornar as composições dos grupos etários menos desiguais em sua proporção (número de indivíduos). Além disso, vale lembrar que a discriminação no mercado de trabalho já atua até mesmo antes dessa faixa etária.

sentido. Para grupos que aparentemente estariam em situação semelhante, houve discrepância, de modo que é muito mais provável uma criança ser pobre do que um idoso.

Tabela 8 – Cruzamento da população total por idade e linha de pobreza com composição percentual da pobreza por idade e da idade por pobreza (entre parênteses). Acompanha Índice de representação dos pobres por porcentagem total

IDADE	Total %	Não-pobres %	Pobres %	Índice
0->14	27,1 (100,0)	20,7 (52,3)	40,9 (47,7)	1,51
15->25	20,9 (100,0)	21,0 (68,9)	20,5 (31,1)	0,98
26->54	38,6 (100,0)	41,3 (73,1)	32,9 (26,9)	0,85
55->maior	13,4 (100,0)	17,0 (86,6)	5,7 (13,4)	0,43
Total %	100,0	100,0 (68,4)	100,0 (31,6)	–
Número	182.060.108	124.547.490	57.512.618	–

Fonte: Elaborado com base no IBGE. PNAD 2004.

Os jovens (15->25 anos) corroboram com a teoria na medida em que formam o 2º grupo de idade em desvantagem de serem capturados pela pobreza (0,98). Por fim, o grupo dos adultos (26-54 anos) vem confirmar a teoria de que indivíduos em idade de trabalho apresentam relativas vantagens de não serem capturados pela pobreza, o que fica, porém, atenuado devido à maior resistência dos mais idosos à pobreza.

A análise da primeira tabela de idade claramente demonstra diferentes chances de resistir à pobreza, variando de acordo com os grupos de idade. Cabe explicar, porém, por que os mais idosos estão em situação de atenuação da pobreza, quando se esperava uma situação semelhante à das crianças. Uma suposição estaria relacionada à posição social dos idosos, que em posições relativamente privilegiadas, alterariam o resultado geral, podendo determinar uma compensação da idade. E ainda, como a expectativa de vida das pessoas mais pobres é menor, os idosos geralmente seriam de posições mais bem aquinhoadas, o que se traduziria em menores chances de se tornarem pobres, porque a própria formação em si do grupo de idosos não seria mais de pobres, predominantemente. Essa possibilidade da influência da posição social será explorada à frente. Nesse momento, poderíamos falar um pouco mais sobre as crianças que chamam a atenção como o grupo de idade que tem maiores chances de estarem na pobreza.

As implicações das crianças serem pobres são consideráveis e merecem atenção das autoridades porque "a mais direta está relacionada talvez através da saúde e nutrição das crianças: a falta de dinheiro expõe diretamente as crianças aos maiores riscos do meio e da fome" (Bianchi, 1999:326). Mas não são apenas conseqüências diretas como a fome, mas também indiretas e cumulativas como o fato da "habilidade cognitiva e sucesso escolar das crianças pobres serem também menores que dentre as crianças não-pobres" (Idem:326). Isso representaria uma desvantagem, que seria acumulada a longo prazo, traduzindo-se em menores, piores oportunidades e em maiores chances de continuarem pobres em idade adulta, já que uma vez que não compartilhariam do ideal de eficiência exigido pelo mercado como a detenção de credenciais, ou ainda que as tenham, poderiam ser de instituições que dariam menor *status* às mesmas.

Mais uma vez o argumento da "Cultura da Pobreza", de Oscar Lewis, é colocado por terra, ou seja, não se parte da cultura, de valores inferiores, do baixo QI para explicar a existência da pobreza, mas dela para explicar o baixo QI e as oportunidades diminutas para os pobres. Em outras palavras, a tese liberal e univesalizante defende que as oportunidades são oferecidas igualmente para todos, mas se esquece que o preparo para disputá-las e ocupá-las é desigualmente distribuído, não por vontade dos indivíduos mas por circunstâncias estruturais, fora do controle dos indivíduos em desvantagem. Necessita-se então, dispensar maiores esforços que a seus pares para tentar se equipar em condições de igualdade na disputa pelas oportunidades.

Na tabela 9, foram inseridas as posições sociais dos pobres construídas na dissertação para observar a relação dos grupos de idade em termos de representação dos pobres nas diversas posições.³⁷ Sendo assim, o grupo idoso de 55 anos ou mais anos não apresenta, em nenhuma posição, maior probabilidade, ou seja, maior peso relativo de se tornar pobre se comparado aos demais, embora nas categorias de pessoa de domicílio dependente de programas de transferência de renda e de desempregados possuam o índice de representação próximo aos demais grupos de idade, perdendo, portanto, a vantagem existente nas demais posições.

³⁷ Todas as posições possuem, com exceção da omissão de casos, porcentagens estatisticamente relevantes, de forma que, o menor número de casos do cruzamento aparece em crianças pobres de conta própria não-agrícola com qualificação (784 casos).

As crianças (0->14 anos) possuem maiores chances de se tornarem pobres quando comparadas aos demais grupos de idade em 13 das 25 posições sociais. A maior desvantagem para as crianças, se observarmos o índice de representação, está na posição de conta própria não agrícola capitalizado (4,00), conta própria precário (2,08) e empregados qualificados e supervisores (2,00) ao lado de aposentado ou pensionista federal (2,00), mesmo que as chances de a criança se tornar pobre nessas posições sejam as mais altas da classificação. A relevância se reduz, quando se olha para a composição total das posições, em que as crianças representam com exceção de conta própria precário (1,2%) porcentagens muito baixas, entre 0,1 e 0,2%.

Dessa forma, se observarmos as posições em que as crianças têm maior participação, estaremos enfocando a análise principalmente em situações de dependência da renda, tanto da repartição domiciliar, quanto de programas governamentais. As posições em que as crianças têm participação mais relevante são a dos estudantes (88,8%), sem atividade (87,3%), pessoa de domicílio dependente de programas de transferência de renda (77,7%), pessoa de domicílio beneficiário de BPC-LOAS (53,2%), afazeres domésticos (24,6%) e não-remunerado (16,9%). Destas 6 posições em 4 (sem atividade, estudante, não-remunerado, BPC-LOAS), as crianças possuem maiores chances de se tornarem pobres que os demais grupos de idade. Nas 2 restantes (afazeres domésticos e pessoa de domicílio dependente de programas de transferência de renda), as crianças possuem chances próximas a do grupo que apresentou a maior desvantagem na posição.

Tabela 9 – Cruzamento de posições sociais por idade e linha de pobreza. Acompanha índice de representação de pobres segmentado por grupos de idade pela porcentagem total interna de cada posição.

POSIÇÃO	Total %				Pobres %				Índice			
	0-14	15-25	26-54	55->	0-14	15-25	26-54	55->	0-14	15-25	26-54	55->
Empregadores e classe média	–	11,6	75,9	12,4	–	19,8	74,1	6,1	–	1,71	0,98	0,49
Conta própria agrícola	0,2	8,6	60,3	30,8	0,2	10,0	75,1	14,7	1,00	1,16	1,25	0,48
Conta própria não-agrícola capitalizado	0,1	10,0	73,0	16,9	0,4	11,9	77,8	9,9	4,00	1,19	1,07	0,59
Conta própria não-agrícola com qualificação	0,6	13,1	71,5	14,8	0,9	15,7	77,2	6,3	1,50	1,20	1,08	0,43
Empregados qualificados e supervisores	0,2	22,3	72,3	5,2	0,8	23,0	73,3	2,9	2,00	1,03	1,01	0,56
Trabalhador formal	–	28,3	67,0	4,7	–	21,6	75,2	3,3	–	0,76	1,12	0,70
Trabalhador informal	2,7	47,2	44,9	5,2	3,4	42,2	51,6	2,8	1,26	0,89	1,15	0,54
Trabalhador elementar agrícola	1,7	31,5	58,1	8,8	1,8	27,5	64,9	5,9	1,06	0,87	1,12	0,67
Trabalhador elementar não-agrícola	0,8	30,9	61,7	6,6	1,0	30,4	64,5	4,1	1,25	0,98	1,05	0,62
Conta própria precário	1,2	13,4	69,7	15,7	2,5	15,7	72,7	9,0	2,08	1,17	1,04	0,57
Empregado doméstico	1,5	24,2	67,4	7,0	2,2	25,9	68,1	3,8	1,47	1,07	1,01	0,54
Trabalhador no autoconsumo	5,5	14,9	40,5	39,1	8,5	21,3	57,0	13,3	1,55	1,43	1,41	0,34
Trabalhador na própria construção	8,6	21,5	45,7	24,2	8,4	23,7	60,3	7,5	0,98	1,10	1,32	0,31
Aposentado ou pensionista federal	0,2	0,9	15,9	83,0	0,4	1,7	24,1	73,7	2,00	1,89	1,52	0,89
Aposentado ou pensionista de outros tipos	14,1	29,2	44,0	12,6	9,6	26,6	58,0	5,8	0,68	0,91	1,32	0,46
Rentista (Recebe aluguel)	0,5	5,8	56,7	37,1	0,3	4,3	67,9	27,6	0,50	0,74	1,20	0,74
Dependente de doação de não-morador	6,4	34,3	40,6	18,7	5,6	26,2	51,0	17,2	0,88	0,76	1,26	0,92
Beneficiário de outros rendimentos	12,8	18,9	57,0	11,3	12,7	17,7	63,4	6,1	0,99	0,94	1,11	0,54
Pessoa de domicílio dependente de programas de transferência de renda	77,7	16,9	4,8	0,6	78,0	16,4	5,0	0,6	1,00	0,97	1,04	1,00
Pessoa de domicílio beneficiário de BPC-LOAS (direito)	53,2	23,4	18,1	5,3	55,6	22,2	17,1	5,1	1,05	0,95	0,94	0,96
Desempregados	2,0	54,9	41,0	2,1	2,0	49,0	46,5	2,5	1,00	0,89	1,13	1,04
Não-remunerado	16,9	41,2	34,2	7,7	23,2	43,5	30,7	2,6	1,37	1,06	0,90	0,34
Afazer domésticos	24,6	30,0	34,7	10,7	26,0	32,3	34,6	7,1	1,06	1,08	1,00	0,66
Estudantes	88,8	10,9	0,3	–	93,5	6,4	0,1	–	1,05	0,59	0,33	–
Sem atividade ou sem declaração	87,3	4,9	5,4	2,4	89,0	4,6	4,6	1,9	1,02	0,94	0,85	0,79
Total	27,1	20,9	38,6	13,4	40,9	20,5	32,9	5,7	1,51	0,98	0,85	0,43

Fonte: Elaborado com base no IBGE. PNAD 2004.

Os adultos (26→54 anos) têm maiores chances de se tornarem pobres em 10 das 25 posições, fato que surpreende quando comparamos com a tabela 8, na qual aparecem como o grupo etário que atenua a pobreza com 0,85 (segundo grupo no índice de representação). Nessas 10 posições, com exceção de pessoa de domicílio dependente de programas de transferência de renda, em que os adultos representam apenas 4,8% da posição, há uma composição percentual considerável de adultos nas posições (40,6% em dependente de doação de morador até 67% de trabalhador formal). Isso se explica quando levamos em consideração a heterogeneidade do tipo de posição social em que os adultos estão localizados. A vantagem geral (0,85) de atenuar a pobreza desaparece em algumas posições, apontando, então, para a importância de se observar que muitos adultos, apesar de em termos de idade estarem relativamente com vantagem, esse argumento não seria aplicado a todos sem considerar a posição social deles, que desempenha um papel fundamental para evitar ou não a pobreza.

Considerando as 4 posições dos trabalhadores (formal, informal, elementar agrícola e não-agrícola) mesmo que não apresentem a maior desvantagem, se comparados aos demais grupos de idade, os adultos estão com o índice de representação acima de 1,00 em todas, o que nos remete para uma circunstância comum da classe trabalhadora, combinando características, como a exploração e a faixa etária desejável para tais funções. De alguma forma, o suporte teórico apresentado anteriormente, que alerta para a sobrecarga de impostos e taxas incidentes sobre a classe em idade de trabalho para financiar a ajuda as crianças e os mais velhos, poderia ter algum respaldo. A própria repartição da renda domiciliar tem um peso grande nas posições de trabalhadores, que na maioria das vezes, auferem baixos rendimentos, uma vez que boa parte dos frutos do trabalho acaba sendo apropriado pelos empregadores.

Os jovens (15→25 anos) possuem maiores probabilidades de se tornarem pobres em 2 das 25 posições. São elas, afazeres domésticos (1,08) e empregadores e classe média (1,71), que contam com a composição de 30 e 11,6%, respectivamente. Assim, não apresentam o maior índice de representação da pobreza nas demais posições, quando comparados aos demais grupos etários. No entanto, se utilizarmos o critério de índice de representação da pobreza igual ou superior a 1,00, os jovens passam a ser vulneráveis em 12 posições, seguindo o mesmo parâmetro de análise,

as crianças em 18, os adultos em 20 e os idosos em 2 posições (pessoa de domicílio beneficiário de BPC-LOAS e desempregados)

Hierarquizando a análise acima e combinando com as composições etárias das posições sociais, constataremos que, ao analisar com base no índice igual ou superior a 1,00, os adultos (26-54) passam a ser o grupo prejudicado no maior número de posições (20). Só não apresentam o índice igual ou maior que 1,00 em empregadores e classe média (0,98), não-remunerado (0,90), pessoa de domicílio beneficiário de BPC-LOAS (0,94), estudantes (0,33) e sem atividade ou sem declaração (0,85). Assim, algumas posições de dependência da renda, quando combinadas à população adulta favorece a atenuação da pobreza, ainda que de maneira moderada.

As crianças (0-14) vêm em segundo lugar, com 18 posições. Destas, se considerarmos as que possuem uma porcentagem total considerável (acima de 5%) deparamos com situações precárias de obtenção da renda (trabalhador no autoconsumo e trabalhador na própria construção) e situações de dependência da renda, tanto do governo quanto da repartição interna do domicílio.

Os jovens mostram desvantagens de se tornarem pobres nas posições de dependência da renda, entre as categorias de não-remunerados e afazeres domésticos. Logo em seguida, entre os ocupados, revelam vulnerabilidade em posições como empregado doméstico (24,2% e 1,07), empregado qualificado e supervisores (22,3% e 1,03) e trabalhador na própria construção (21,5% e 1,10). Por fim, chama a atenção o caso dos empregadores e classe média, nos quais os jovens representam 11,6% e têm na posição o maior índice de representação (1,71). Uma hipótese é que no caso dos empregadores, quando se mencionam negócios e empresas abertas recentemente, demanda-se um certo tempo para começar a fornecer retorno financeiro. Quando ele existe, tende a ser ampliado ao longo dos anos (caso de sucesso). Explicação semelhante para a classe média poderia ser adotada, visto que é dotada de carreiras públicas ou mesmo de promoções na área privada, que depende de tempo, acúmulo de funções. A posição de empregadores e classe média, quando composta por jovens, supõe início de empreendimento ou carreira que nem sempre é suficiente para colocá-los em um patamar acima da linha de pobreza.

Os idosos, como já foi mencionado no início das análises das tabelas de idade, são privilegiados como o grupo de idade que mais atenua a situação de pobreza. Perde-se a vantagem de atenuar a pobreza somente em pessoa de domicílio

dependente de programas de transferência de renda e em desempregados, no entanto apresentam baixa composição nessas posições, sendo respectivamente 0,6 e 2,1%. Como explicar que no esboço teórico o grupo que havia sido relatado como vulnerável à pobreza passou no presente trabalho – através das análises – a um grupo privilegiado ?

Primeiramente, é fundamental destacar que, apesar da estereotipização dos idosos na sociedade, não haveria uma consequência direta para pobreza, o que dependeria de outros fatores, sem negar, é claro, que o preconceito em relação aos idosos gera desvantagens que poderiam levá-los mais facilmente à pobreza. Em relação à pobreza, estudos realizados nos Estados Unidos demonstraram que "as taxas de pobreza entre os idosos declinaram continuamente nos anos 80, enquanto aumentava entre as crianças" (Bianchi, 1999:314). Portanto, longe de ser uma mudança da atualidade, ou especificamente do Brasil, demonstra ser uma alteração anterior e existente em outros países.

Para tentar explicar as menores chances de os idosos serem pobres e a grande probabilidade de as crianças tornarem-se pobres, uma hipótese seria as diferenças na obtenção de rendimentos, mais especificamente nas transferências de rendas governamentais, de forma que os idosos seriam mais bem agraciados pelas políticas públicas.

Cabe observar que um grupo potencialmente vulnerável, os idosos, vem sendo assistido pela previdência rural e por transferências de renda do sistema nacional de assistência social. Como a constituição de 1988 garante que esses benefícios correspondam ao salário mínimo, esses programas têm papel determinante para que a incidência de pobreza entre os idosos seja relativamente baixa no Brasil (Rocha, 2005:189).

Então, quando as crianças dependem de transferências de renda do governo, principalmente através de programas de transferência de renda, os valores são mais baixos que os auferidos pelos idosos. Para elas situa-se entre 15 e 95 reais, enquanto que para eles, o valor vincula-se ao salário mínimo, que em 2004 era de 260 reais. A aposentadoria nesse sentido torna-se um importante mecanismo para evitar a

pobreza. O exemplo americano também tenta explicar as diferenças entre idosos e crianças de serem capturados pela pobreza através de políticas públicas de transferência de renda.

Fontes de transferências públicas diferem enormemente para os dois grupos, com aquelas destinadas para as crianças menos generosas e declinando ao longo do tempo e aquelas destinadas aos idosos mais generosas e menos suscetíveis, pelo menos politicamente, a erosão ao longo das duas décadas (Bianchi, 1999:324).

No caso das crianças pensionistas de outros tipos, que normalmente recebem pensão alimentícia de pais separados/divorciados, o índice de 0,68 demonstra a atenuação da pobreza nessa posição. De alguma forma tal fato poderia estar relacionado à rigidez da legislação brasileira a esse respeito.

Para tentar compreender ainda a relação entre posição social, idade e pobreza foi utilizada a construção das posições sociais agregadas³⁸, objetivando-se a visualização de posições sociais mais amplas, conforme a tabela 10. Através dessa nova análise as crianças (0-14) possuem o índice de representação igual ou maior que 1,00 em 6 posições, logo em seguida temos os jovens (15-25) e os adultos (26-54), ambos com desvantagem em 4 posições e, por último, os idosos (55 ou mais) que não apresentam em nenhuma posição o índice superior ou igual a 1,00.

De alguma forma, a tabela 10 reitera em boa parte os resultados das análises anteriores. Combinando-se desvantagem (índice igual ou superior a 1,00) com a composição total das posições agregadas, fica mais nítida que a desvantagem das crianças serem capturadas pela pobreza decorre fundamentalmente da posição de dependentes e sem rendimentos (55,1% e 1,08). Dentre os jovens, a combinação aponta para as ocupações precárias (22,1% e 1,06) e nos adultos, talvez o aspecto mais relevante da tabela 10 dirija-se para as 3 posições (ocupações precárias, trabalhador e conta própria) que conseguem combinar altas porcentagens no total das mesmas (acima de 60%) e índice acima de 1,00. Retoma-se aqui a atenção para um grupo que teoricamente não seria vulnerável, mas que nessas posições podem sofrer

³⁸ Para conferir a agregação das posições sociais, verifique no capítulo 3, os procedimentos de construção da tabela 2.

com a exploração no caso dos trabalhadores e com a opressão nas ocupações precárias. O contexto familiar, como o número de filhos menores, também tem algum impacto, sendo mais forte nessas posições em que a remuneração tradicionalmente é mais baixa que nos empregadores e classe média.

Na posição agregada de aposentados ou pensionistas, o que chama a atenção é o grande aumento das probabilidades de se tornar pobre nos grupos etários inferiores a 54 anos. Uma possível explicação para esse fato conecta-se à penalização do valor da aposentadoria que, quando recebida antes da idade mínima, nem sempre acompanha o valor do salário recebido na atividade.

Os idosos continuam mantendo sua situação de vantagem de atenuar a pobreza, de maneira que em nenhuma posição apresentaram o índice igual ou superior a 1,00. Contudo, a vantagem de atenuar a pobreza diminui em aposentados ou pensionistas (0,70), posição que também conta com porcentagem expressiva desse grupo etário (74,4%).

Portanto a idade, enquanto variável com possibilidade de atenuar ou acentuar a pobreza nas posições sociais, fornece suporte para focar as situações em que há crianças em dependência da renda, tanto do governo quando do domicílio. Mas, não bastaria enfatizar exclusivamente políticas para crianças, mas também incluir nesse pacote aqueles que estão em idade de prover a renda domiciliar, principalmente adultos e jovens que se encontrarem em posições de trabalhadores, conta próprias e ocupações precárias, caso se queira superar o problema de maneira mais estrutural e sustentável.

Por outro lado, a vulnerabilidade das crianças carece da manutenção de políticas emergenciais de transferência de renda, se possível acompanhadas da elevação dos valores e com o fornecimento de bens públicos universais de qualidade, como por exemplo, atendimento médico, fornecimento de medicamentos e de saneamento. Essa preocupação é pertinente, se considerarmos o fato de que as crianças pobres estão mais expostas aos riscos do meio como a desnutrição e as doenças.

Por fim, apesar da menor vulnerabilidade dos idosos à pobreza, o Estado e a sociedade devem buscar meios de reduzir a estigmatização para com eles, uma vez que tal fato melhora a auto-estima e o bem-estar. Isso sem levar em conta que a população brasileira passa por uma fase de transição, em que a população idosa tende a se elevar, alterando a pirâmide etária. Em outras palavras, o Brasil caminha para ser

um país de idosos no futuro, e para isso não basta apenas que os idosos não sejam pobres, é necessário também que sejam tratados com respeito e dignidade – atitude fundamental e inerente para que se tenha na sociedade brasileira relações sociais saudáveis entre os grupos etários.

Tabela 10 – Cruzamento de posições sociais agregadas por idade e linha de pobreza. Acompanha índice de representação de pobres segmentado por grupos de idade pela porcentagem total interna de cada posição.

POSIÇÃO	Total %				Pobres %				Índice			
	0-14	15-25	26-54	55->	0-14	15-25	26-54	55->	0-14	15-25	26-54	55->
Empregadores e classe média ampliada	0,1	16,1	74,4	9,4	0,5	21,9	73,6	4,0	5,00	1,30	0,99	0,43
Conta própria	0,2	9,4	66,7	23,7	0,3	10,6	75,8	13,3	1,50	1,13	1,14	0,56
Trabalhador típico	0,7	33,3	61,2	4,8	1,4	29,9	65,6	3,1	2,00	0,90	1,07	0,65
Ocupações precárias	1,9	22,1	62,1	13,9	2,8	23,5	66,8	6,9	1,47	1,06	1,08	0,50
Aposentados ou pensionistas	3,7	4,0	17,9	74,4	10,3	8,8	28,4	52,4	2,78	2,20	1,59	0,70
Dependentes e sem rendimentos	55,1	22,0	18,5	4,3	59,6	20,0	17,9	2,5	1,08	0,91	0,97	0,58

Fonte: Elaborado com base no IBGE. PNAD 2004.

Conclusão

No cenário atual, o paradigma da renda historicamente utilizada pelos economistas através das famosas linhas de pobreza, aos poucos, vem dividindo espaço com um novo modelo que se encontra em construção e busca superar algumas limitações da visão tradicional. Sendo assim, podemos citar a compreensão unidimensional da pobreza, o enfoque em resultados e não nos ativos e, por fim, a análise normalmente com base no indivíduo, que desconsidera certos condicionamentos importantes, como o plano dos grupos e/ou classes. Na sociologia, o plano das classes se expressa no conceito weberiano de chances de vida ou na noção de exploração e de opressão encontrada nos marxistas.

Explorando melhor as limitações do paradigma da renda e as suas implicações, encontramos o seguinte. A primeira limitação está na unidimensionalidade da pobreza, quando é avaliada somente pela renda. Tal enfoque privilegia que ser pobre significa somente não possuir dinheiro para adquirir mercadorias e serviços (alimentos, vestuário, etc.), o que leva às políticas de transferências de renda que, no caso brasileiro, possuem valores baixos e não retiram as pessoas da pobreza.

Assim, a maneira de definir e mensurar pobreza traz em alguma medida implicações para a implementação de políticas de redução. Ao ser a pobreza tradicionalmente definida no Brasil como insuficiência de renda, há uma tendência de se oferecer renda para solucionar o problema, o que não seria de todo errado, uma vez que as pessoas precisam sobreviver e de maneira emergencial seria aceitável. Do ponto de vista do marketing da política governamental, é muito engenhoso porque com valores baixos se consegue comprar a cesta básica e material escolar, o que antes poderia ser oferecido, mas não era contabilizado na redução dos pobres. Agora, mesmo com uma pequena transferência de renda, algumas pessoas ultrapassam o patamar das linhas de pobreza e indigência. Conclui-se que a maneira de definir e mensurar pobreza fecha o circuito, tanto indicando políticas de combate como avaliando os resultados.

A segunda limitação conecta-se à primeira, pois ao enfocarmos a unidimensionalidade da renda estamos estudando pobreza a partir de resultados e não dos ativos. Sabemos então, que o indivíduo é pobre porque não possui dinheiro suficiente para adquirir o mínimo necessário para sua vida. Mas o que o levou a não

possuir renda suficiente para adquirir tais produtos? Essa pergunta é fundamental para definir o que gera pobreza; do contrário, se não chegamos a conhecer as causas não podemos combater o que está gerando o problema. Com isso, os ativos como, por exemplo, o nível educacional, a qualificação e mesmo a posição social através da ocupação, são chaves para entendermos a desigualdade e a própria conversão de ativos em renda. Tal fato levaria ao aprofundamento do conhecimento acerca da formação da pobreza no país e apontaria para o desenho de políticas que dessem mais importância para os ativos e não para a renda.

A terceira limitação reside na unidade de análise muito utilizada na economia: o indivíduo. Quando se analisa a pobreza com base no indivíduo, parece que todos possuem as mesmas chances e oportunidades, valendo-se pelo menos, em parte, dos preceitos universalizantes ditados pela lógica liberal e global de que todos são iguais em direitos e devem ser respeitados como tal. Apesar do floreio do discurso, essa abordagem ignora as desigualdades sociais e econômicas e as diferentes chances impostas aos indivíduos por meio da classe social e dos ativos que possuem. Sendo assim, é fundamental considerar as limitações e mediações que ocorrem via classe social, onde, por exemplo, não se pode ignorar os diferentes tratamentos impostos no meio social ao filho de um deputado e ao filho de um operário. São vários os aspectos que pesam e não apenas a renda. Deve-se englobar além dos ativos (ex: rede social, educação), a força da posição de classe, o que em termos sociológicos, seja através das "chances de vida" da abordagem weberiana, ou do *habitus* de Bourdieu ou seja do acesso diferenciado ao controle de recursos importantes que compõem a exploração marxista, impõe em qualquer dessas abordagens, trajetórias diferenciadas que ultrapassam o âmbito do indivíduos. Portanto, resumidamente, se quisermos avançar na compreensão da pobreza não podemos considerar o indivíduo como uma ilha, mas considerar as interações e as relações nos espaços do grupos e/ou classes.

Com base nas limitações do paradigma da renda, o novo modelo comporta a multidimensionalidade da pobreza, ou seja, a renda, ainda que não deixe de existir por completo, passa a ter um papel menor ao lado de outras dimensões. Dessa maneira, o entendimento de que "os determinantes de resultados além do controle dos indivíduos em vez dos resultados por si, deveriam ser a base para definir pobreza ou medir desigualdade. Em outras palavras, educação, riqueza herdada, ou acesso a mercados específicos, ou bens públicos, em vez da renda corrente deveriam ser os

ingredientes principais da análise da pobreza e da desigualdade." (Bourguignon, 2006:85). Há nesse aspecto uma forte aproximação com Sen, na medida em que essas características formariam uma parte da combinação das características pessoais e do meio na abordagem de capacidades de funcionamentos que, por sua vez, desloca a importância da renda para os ativos também. Por fim, a própria unidade de análise baseada no indivíduo passa a compreender uma dimensão dinâmica e relacional direcionada para os grupos e/ou classes.

Como foi apontado no trabalho, as ciências sociais no Brasil não dedicaram muita atenção para o problema da pobreza. Quando tal fato ocorre geralmente é trabalhado juntamente com a desigualdade que já tem um espaço consolidado na tradição sociológica brasileira. A abordagem da pobreza ao lado da desigualdade é fundamental para revelar os aspectos geradores da primeira, pois a pobreza comporta em grande parte a compreensão da distribuição, acesso e da conversão desigual de ativos em renda. Nesse caso, o papel que destacamos para as ciências sociais reside na utilização do conceito de classe social de maneira analítica. Uma contribuição extremamente original da disciplina, que abriga em si diversas tradições sociológicas. Os condicionamentos da posição de classe compreendem desde diferentes padrões materiais e de consumo na lógica marxista até as implicações do poder simbólico de Bourdieu.

Além disso, foi demonstrado, ainda que sucintamente, que, apesar do fenômeno ser tratado maciçamente pelos economistas, as preocupações sociológicas com a pobreza já estavam presentes nos séculos XIX e XX. Dentre os autores clássicos, destaca-se Simmel que já enfocava a dimensão relacional de pobres e não-pobres, as implicações dos pobres e o papel do Estado frente ao problema. Um outro autor clássico é Karl Marx que denunciava o empobrecimento de dois grupos. O primeiro das classes trabalhadoras e depois a formação dos miseráveis que engrossavam o exército industrial de reserva. Ambos seriam decorrentes do jogo desigual das duas classes principais (capitalistas e trabalhadores): os primeiros, por serem proprietários dos meios de produção, exploravam os segundos, que nada mais tinha para oferecer a não ser sua própria força de trabalho.

Portanto, a desigualdade e a pobreza caminham juntas de longa data no pensamento sociológico. A trajetória seguida poderia ter sido predominantemente weberiana ou mesmo cultural e simbólica (Bourdieu), entretanto o arcabouço teórico marxista foi a vertente empregada durante uma boa parte da dissertação. Tal enfoque

foi escolhido porque retoma aspectos importantes que não são abordados pelas outras correntes sociológicas e, em se tratando de pobreza, faria alguma diferença tanto para compreensão quanto para atenuação ou solução do problema. Sendo assim, o conceito, por exemplo, de exploração, explicaria uma parte fundamental da geração da pobreza, apreendendo não só uma dimensão relacional de classes através do controle desigual de recursos importantes, mas também informando a importância de olhar para a atividade que cada indivíduo exerce para obter rendimentos, atividade por meio da qual alguns sofrem a apropriação do que é gerado. Tal enfoque compreenderia em Marx a revolução proletária, mas contemporaneamente comportaria modificações estruturais no sistema capitalista como a redistribuição de ativos para as classes desfavorecidas.

Um outro aspecto importante para a escolha da tradição marxista está no fato de que, apesar de o país ter apresentado algum desenvolvimento, ele favoreceu apenas uma pequena parte da população, enquanto uma grande parte dela vive sem ter acesso suficiente à renda e aos ativos importantes. Não desfruta do mínimo necessário para ter dignidade, exercer direitos, ser um cidadão e, de alguma forma, pode ser incapaz também de estabelecer funcionamentos. Uma parte desse esboço pode ser ilustrado pela estrondosa desigualdade de distribuição de renda. Em 2004, por exemplo, a camada 1% mais rica da sociedade apropriava-se de 12,96% da renda; enquanto isso, no mesmo ano, os 50% mais pobres tinham acesso a 13,85%³⁹ dela. Ora, se 1% da população se apropria quase da mesma quantidade de renda que os 50% mais pobres existe desigualdade de apropriação do que é gerado. Por isso tal mecanismo, na medida em que se aproxima da exploração e da opressão, encontra abrigo na abordagem de influência marxista.

Seguindo a esteira do pensamento marxista, foram utilizados de maneira mais aguçada autores que desenvolveram o marxismo analítico. Tal ênfase se deve aos próprios objetivos descritivos e analíticos de cunho empírico presentes no trabalho. Com isso, no plano internacional, o destaque foi dado para Erik Olin Wright e sob sua influência no Brasil, José Alcides Figueiredo Santos.

Wright (1994) contribui diretamente para o entendimento da pobreza, quando expõe em seu texto *The Class analysis of poverty* as principais abordagens da pobreza na matriz que cruza a base da natureza da explicação (subproduto

³⁹ Anexo 1, tabela de distribuição de renda.

inoportuno ou características inerentes) com o domínio de explicação (atributos individuais ou sistema social). É dessa matriz que o autor segue seu enfoque na explicação das características inerentes ao sistema social, em que destaca que existem atores interessados na manutenção da pobreza porque isso os favorece. Além disso, ele avança esboçando a importância dos conceitos de classe, exploração e opressão para captar a dimensão dessa abordagem da pobreza.

Sinteticamente, classe é um conceito marcado pela relação de exploração e de opressão existentes na sociedade capitalista. A opressão existe quando há o bem-estar inverso de classes (ex: empregadores e trabalhadores) e a exclusão do controle de recursos ou ativos importantes (ex: ocupações privilegiadas, alto nível educacional). Para que exista exploração, é necessário que ocorram as duas características da opressão mais a apropriação dos frutos de trabalho dos trabalhadores pelos exploradores. Essa lógica geraria a pobreza de duas formas: no caso da opressão formaria a *underclass*, uma espécie de subclasse que não possui acesso a recursos importantes (ex: sem terra, moradores de rua) e no caso da exploração, contribuiria para gerar a pobreza dos trabalhadores que recebem baixos salários.

Indiretamente, a contribuição de Wright para a pobreza pode ser empregada por meio de classe social através de sua construção de tipologia de classe e de seus diversos trabalhos acerca da desigualdade. Na tipologia básica o autor (Wright, 1997:24) utiliza uma tricotomia como parâmetro. Assim é levado em consideração a relação com autoridade por meio do exercício ou não dela no processo produtivo, o controle diferenciado de ativos de qualificação e o controle de capital. Com isso, o autor consegue atualizar a teoria marxista incluindo e dando condições para analisar as novas posições de classe que surgiram com a complexificação do sistema capitalista.

Ao estabelecer critérios e mapear as posições sociais das classes, Wright em sua teoria, se aproxima bastante de elementos demandados pelo novo paradigma de compreensão da pobreza, pois a unidade de análise pautada no indivíduo fica superada, na medida em que o enfoque passa a ser a relação dos indivíduos com o sistema econômico. Um outro ponto é que o autor utiliza em sua construção ativos importantes (capital, qualificação e autoridade). Ele consegue também aproximar-se do novo paradigma na medida em que desloca a atenção da renda (resultados) para os ativos. Para finalizar, há uma dinâmica relacional que pode ser captada através de

diferentes trajetórias das classes que condicionam diferentes oportunidades e chances para os indivíduos, pois, nas palavras do autor, o que a pessoa tem determina o que ela obtém (Wright, 2005). Essa condicionalidade mantém uma conexão com a capacidade de funcionamentos de Sen, ou seja, a posição de classe traz implicações ligadas ao meio que podem moldar em alguma medida, como por exemplo, a conversão de ativos em renda, ou de ativos em funcionamentos.

No tocante à desigualdade, Wright também complementa a abordagem marxista, trazendo além da classe social, a problematização e o papel da desigualdade imposta via, por exemplo, gênero ou raça, que poderiam interagir com a desigualdade de classe. Dessa forma, a opressão pode ser operacionalizada por meio de diferenças sistemáticas e construídas socialmente que determinariam distinções de poder e bem-estar entre homens e mulheres ou entre brancos e negros, aproximando-se das relações assimétricas dos pares categóricos de Charles Tilly, em que uma categoria (ex: branco) detém o controle de recursos importantes em relação à outra (ex: negro).

Após essa rápida pincelada acerca da importância que o pensamento de Wright teve na dissertação e até mesmo dos motivos que o colocaram em tal posto, podemos agora passar para a influência do marxismo analítico de Wright no Brasil. Nesse caso, a figura de José Alcides Figueiredo Santos se destaca ao adaptar esse arcabouço teórico às especificidades da estrutura de classes do Brasil, revelando dentre outros aspectos, um hipertrofiado segmento de posições desfavorecidas que compõem a base, como os conta próprias precários, trabalhadores elementares, empregados domésticos e trabalhadores excluídos. Nesse sentido, o autor contribuiu para o entendimento da desigualdade, demonstrando a relação da pessoa com o sistema socioeconômico, o meio por que o indivíduo obtém sua renda. Tal esforço também buscou conjugar da melhor maneira possível a teoria de Wright com a disponibilidade e a forma como as estatísticas estão apresentadas pelo IBGE. Esse empreendimento, além de oxigenar a teoria marxista, que vinha sendo muito criticada no meio acadêmico nos últimos anos, também fornece uma dimensão analítica para a compreensão da realidade através do mapeamento das posições sociais.

Além de utilizar o modelo de classe para verificar as mudanças na estrutura das posições de classe (Figueiredo Santos, 2002), o autor aplicou seu modelo para estudar as interações de sua construção com a desigualdade racial (Figueiredo

Santos, 2005b) e a desigualdade de gênero (Figueiredo Santos, 2005c). Observa-se, então, que as construções de classe, apesar de tradicionalmente serem utilizadas para os estudo de mobilidade social⁴⁰, podem também servir como importante instrumento de compreensão da estrutura da desigualdade social brasileira. Assim, ao servir para captar a desigualdade, certamente a lógica de análise de classe pode ser utilizada no estudo da pobreza brasileira, pois, como já foi argumentado, a desigualdade de acesso e controle de ativos importantes relacionam-se fortemente com a geração e manutenção da pobreza.

É provável que nesse ponto e com base nos capítulos anteriores, o leitor já tenha sido convencido de que os modelos de classe podem ser um caminho viável para se estudar a pobreza. Mas críticas poderiam surgir, como: se classe candidata-se a compor o novo paradigma da pobreza, por que na operacionalização do trabalho a renda não foi suprimida? Como conciliar enfoques praticamente opostos?

Para responder a tais questionamentos é necessário dizer que em primeiro lugar o novo paradigma encontra-se em construção, e em termos operacionais é ainda muito difícil definir o que seria o mínimo de ativos necessários para determinar quem é ou não pobre, principalmente se levarmos em consideração as condições do meio e de classe para converter os ativos em funcionamentos. Em segundo lugar, a renda deve ser utilizada como resultado e não como causa da pobreza. Utilizada com essa ressalva é provável que sua manutenção no estudo da pobreza seja interessante, já que vivemos em um país capitalista onde a principal forma das pessoas adquirirem bens ou serviços se faz por meio da renda.

Desde que postulada a morte das grandes narrativas pelos pós-modernos, não existe motivo para utilizar um único paradigma. Na verdade, o que se nota é a convivência dos dois paradigmas. Aqueles que utilizam seu enfoque no paradigma da renda procuram aperfeiçoá-lo, criando linhas de pobreza regionalizadas, o que leva em consideração as características do meio, como o custo de vida. Outros tentam traçar o perfil dos pobres, cruzando as linhas de pobreza com gênero e raça. Na verdade, os paradigmas possuem pontos de confluência, não são completamente heterogêneos e, quando inserimos a lógica da análise de classe para se estudar a pobreza, não traçamos simplesmente o perfil dos pobres, o que em si é algo estático

⁴⁰ Como, por exemplo, os efeitos intergeracionais da educação dos pais na ascensão dos filhos mediados pela posição de classe.

que desconsidera a dinâmica das relações sociais, mas buscamos a complementariedade dos dois paradigmas de forma dinâmica. Entende-se que, classe social estabelece de maneira relacional condicionamentos e trajetórias distintas acerca do controle de ativos importantes, então a resultante de tais processos é a diferenciação da renda. Assim classe determina diferentes rendimentos que, por sua vez, vão informar se o indivíduo é ou não pobre. Com isso, ao utilizar a lógica de análise de classe, ainda que não seja a única forma, enfocamos os determinantes da renda, as fontes de renda e não a renda em si.

Dessa maneira, o trabalho apresentou duas questões. A primeira é a posição social do indivíduo sob a influência da noção de classe analítica marxista que determinaria, em grande parte, as chances de o indivíduo ser ou não pobre. A segunda questão interliga-se à primeira e traz algumas variáveis (gênero, raça e idade) que poderiam acentuar ou atenuar as chances de ser pobre dentro das posições sociais.

Em relação à primeira questão, parece óbvio que um empregador tem menores chances de ser pobre que um trabalhador, mas e, entre um trabalhador formal e um conta própria capitalizado, ou entre um conta própria precário e uma pessoa que recebe transferência de renda, quem possuiria maiores chances de ser pobre em posições sociais em que o controle dos ativos não salta facilmente aos olhos. No intuito de responder a essa questão, foram construídas as posições sociais dos pobres.

Partindo da classificação e das sintaxes gentilmente fornecidas por Figueiredo Santos (2005a), foi possível realizar a classificação dos ocupados. Entretanto, como o objetivo deste trabalho é estudar a pobreza, todos os que não exercem trabalho (*missing*) foram recodificados para captar as diversas situações de inatividade e fontes de renda não derivadas do trabalho como dependência da renda, tanto do domicílio como de programas governamentais (estudantes, afazeres domésticos, transferência de renda, aposentados, pensionistas, desempregados, etc.). Daí, a construção de 28 posições sociais.⁴¹

O resultado encontrado na análise vem confirmar a força da posição social e suas implicações para o indivíduo ser ou não pobre. Das 28 posições criadas para se

⁴¹ Para definir quem é ou não pobre nas posições sociais foram processados através do SPSS os valores das linhas de pobreza regionalizadas e com base no domicílio fornecidos pela economista Sônia Rocha.

estudar a pobreza brasileira, em 16 há uma chance igual ou maior de se tornar pobre. Dessas, duas são formadas por conta próprias, cinco são posições de trabalhadores (incluído os empregados domésticos), uma de aposentados e pensionistas de outros tipos e oito são de dependentes ou beneficiários de programas do governo ou doações de outras pessoas de fora ou de dentro do domicílio.

Em um exercício de agregação das posições em grupos maiores⁴², fica nítido que os pobres, apesar de serem homogêneos do ponto de vista da renda, a forma como obtêm a mesma (atividade) é bastante significativa. Nesse caso, das 6 posições agregadas, os dependentes e sem rendimentos representavam 66,9% dos pobres brasileiros com 1,40 de índice de representação; logo em seguida há as ocupações precárias⁴³ com 11,9% dos pobres e 1,07 de índice de representação. Essas evidências empíricas aproximam-se da interpretação de Erik Olin Wright, na medida em que as posições de dependência da renda (maiores chances de se tornar pobre da classificação) representam a pobreza gerada pela opressão. Os trabalhadores (principalmente os mais precários), por sua vez, vêm confirmar os casos de exploração apontados pelo autor. Trocando em miúdos, constata-se uma variação das chances de ser pobre paralela e praticamente proporcional às posições, ou seja, quanto mais capital, qualificação ou poder o indivíduo detém no processo de produção menores são as chances dele ser pobre.

Para responder à segunda questão, a classificação de 28 posições passou por uma agregação de segmentos (empregador, empregador agrícola, classe média, e forças armadas) que passaram a compor uma única posição (empregadores e classe média). Tal procedimento foi realizado para reduzir o número de posições e facilitar a análise no momento do cruzamento com as variáveis moduladoras (gênero, raça e idade). Como o foco da pesquisa está na pobreza, não houve prejuízo para a análise. A classificação passou a contar no capítulo 4 com 25 posições sociais.

Ao examinar a associação de gênero com as posições sociais dos pobres, a constatação é a de que as mulheres, dentro das posições sociais, possuem menores chances de serem pobres quando comparadas aos homens. Com isso, das 25 posições verifica-se que em 17 os homens têm uma desvantagem (índice de representação acima de 1,00) de tenderem mais para a pobreza do que as mulheres. O resultado

⁴² Tabela 2 do capítulo 3.

⁴³ Foram agregados os trabalhadores elementares agrícolas, não-agrícolas, autoconsumo e própria construção, além dos conta próprias precários.

não é tão surpreendente, porque estudos⁴⁴ realizados nos Estados Unidos vêm confirmando uma desfeminização da pobreza a partir do início dos anos 80. Um outro ponto que deve ser levado em consideração é que o acesso às posições ainda apresenta um forte componente de gênero, de forma que as mulheres estão mais concentradas em posições de emprego doméstico, autoconsumo e dependência da renda domiciliar ou de benefícios e transferências do governo.

No tocante à relação de raça e posição social dos pobres, os não-brancos possuem mais chances de se tornarem pobres do que os brancos em todas as posições sociais. A desvantagem dos não-brancos foi maior nas posições capitalizadas e nas que possuem exigências de maiores qualificações e diminuiu um pouco, apesar de continuar existindo em posições mais destituídas. O acesso às posições também indica uma desvantagem para os não-brancos quando se concentram principalmente em posições precárias de trabalho (conta própria precário, emprego doméstico, trabalhador no autoconsumo, etc.) e em posições de dependência da renda (beneficiários de outros rendimentos, programas de transferência de renda, LOAS, etc.). Assim, mesmo que um não-branco vença as dificuldades para alcançar uma posição privilegiada de evitar a pobreza (empregadores e classe média) paga um "preço" por isso, diferenciando-se dos brancos em termos de chances de ser pobre mesmo dentro da posição social.

Quando se analisa o papel da idade nas posições sociais dos pobres, as crianças (0→14 anos) possuem maiores chances de se tornarem pobres quando comparadas ao demais grupos de idade em 13 das 25 posições sociais; os adultos (26→54 anos) em 10; os jovens (15→25) em 2 e os idosos em nenhuma. O que chama a atenção nessa análise é que os idosos, que poderiam ser vulneráveis a pobreza por uma série de construções sociais que favorecem a discriminação, aparecem aqui como o grupo detentor de maior probabilidade de evitar a pobreza. As crianças, por outro lado, destaca-se como grupo etário que acentua as chances de ser pobre nas posições sociais, principalmente onde existe dependência da renda do domicílio ou do governo. Os adultos também devem ser observados criteriosamente, principalmente aqueles que fazem parte de posições de trabalhadores e conta próprias, pois, ao contrário do que poderíamos supor, os adultos, a partir do momento em que se encontrem em posições desse tipo, não conseguem atenuar as chances de

⁴⁴ Veja Bianchi, 1999.

se tornarem pobres quando comparados a outros grupos etários. Um fator que poderia explicar tal fato é creditado aos dependentes do domicílio que não exercem função rentável e, até mesmo, ao grande número de impostos que incidem sobre essa faixa etária (adultos).

O esforço empregado nesta dissertação, longe de ser único ou completo, representa apenas um primeiro passo para estudar a pobreza brasileira através do instrumento analítico de posições sociais. O que foi feito aqui procura aproximar-se de um novo paradigma para estudar a pobreza. Assim a unidade de análise se amplia na medida em que o nível passa a ser a posição social (classe) e não mais o indivíduo. Indiretamente incluímos a multidimensionalidade na medida em que a posição social e as fontes de renda sintetizam uma série de ativos como capital, qualificação, acesso a direitos etc. Isso sem contar as associações com gênero, raça e idade que não podem ser ignorados ou tratados como se fossem completamente absorvidos pela abordagem de classe social. Por fim, a renda, ainda que não suprimida, passa a ser o resultado, o sintoma e não mais entendida como única dimensão da pobreza.

Futuramente a classificação poderá ser aperfeiçoada, e outros procedimentos poderão ser incluídos. Em relação às variáveis moduladoras (gênero, raça e idade), poderiam ser incluídas, dentre outras, o tipo de família, o nível educacional e a experiência no trabalho. Além da inclusão de outras variáveis, modelos estatísticos, como a regressão logística, poderiam oferecer análises interativas de determinadas variáveis relevantes com as posições sociais, o que responderia à questão mais complexa, tal como: quem tem maiores chances de se tornar pobre? Um homem trabalhador negro com 4 anos de estudos ou uma empregada doméstica branca, com 8 anos de estudo?

Apesar das limitações, é possível que essa primeira etapa do trabalho possibilite a compreensão de fatores importantes. Primeiro, ele retoma o espaço do marxismo no entendimento da geração da desigualdade e da pobreza no Brasil, função que é feita pela utilização dos conceitos de exploração e opressão, que demonstra diferentes probabilidades dos indivíduos a se tornarem pobres de acordo com a posição social em que se encontram. Em segundo lugar, o trabalho aponta para necessidade de redesenhar as políticas de combate à pobreza que, em vez de criarem estigmatizantes transferências de renda, deveriam redistribuir renda de fato através de mecanismos tributários mais eficientes. Fora a redistribuição de renda, o mais

importante é a redistribuição de ativos, ou seja, facilitar o acesso a ativos para as posições menos favorecidas e dificultar a acumulação de ativos para as classes privilegiadas.

A lição mais importante para o desenho das políticas de combate à pobreza é proveniente do fato de que os pobres, apesar de serem homogêneos quanto à renda, ao se analisarem os aspectos que a determinam vê-se que existe heterogeneidade. Assim, uma política não pode ignorar estas nuances: as posições mais desfavorecidas, os ativos mais importantes e, até mesmo, os aspectos como idade, gênero e raça.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Roberto; ROCHA, Sônia.(2006), Vez e voz aos pobres: uma nova política social. In: *XVIII Fórum Nacional*, INAE.

ARRIAGADA, Irma.(2005), Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de gênero. *Revista De La Cepal*, nº85.

BARROS, Ricardo Paes de e CARVALHO, Mirela.(2003), Desafios para a política social brasileira. *Texto para discussão n.º 985*. Rio de Janeiro, IPEA.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane.(2000), Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.15, nº.42.

BATZEL, E.(1996), Contracultura. In: *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

BIANCHI, Suzanne M.(1999), Feminization and juvenilization of poverty: trends, relative risks, causes e consequences. *Annu. Rev. Sociol.* 25.

BOURDIEU, Pierre.(2004), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BOURGUIGNON, François.(2006), From income to endowments: the difficult task of expanding the income poverty paradigm. In: GRUSKY, David; KANBUR, Ravi. (Edited). *Poverty and inequality*. California, Stanford University Press.

BRADLEY, Harriet.(1996), *Fractured identities: changing patterns of inequality*, Cambridge, Polity Press.

COHN, Gabriel (org.). (2004), Introdução. In: *Weber*. São Paulo, Ática.

DESIGUALDADE diminuiu entre 2003 e 2004. *Folha de São Paulo*. 25/12/2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74812.shtml>> acesso em 25/12/2005.

DILLON SOARES, Sergei S.(2006), Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. *Texto para discussão n.º 1166*, IPEA.

ELSTER, Jon.(1989), *Marx, hoje*. São Paulo, Paz e Terra.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides.(2005a), Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.20, nº.58.

_____.(2005b), Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. *Dados*, Vol. 48, n.º. 1.

_____.(2005c), Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. In: Anpocs, Caxambu.

_____.(2002), *Estrutura de posições de classe no Brasil*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro, Editora UFMG e IUPERJ.

GIDDENS, Anthony.(1982), *Profiles and critiques in social theory*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS.(2001), Estado e políticas (públicas) sociais. *CEDES*, vol.21, nº.55.

GRUSKY, David; KANBUR, Ravi.(2006), The conceptual foundations of poverty and inequality measurement. In: GRUSKY, David; KANBUR, Ravi. (Edited). *Poverty and inequality*. California, Stanford University Press.

HONNETH, Axel.(1999), Teoria crítica. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo, Editora Unesp.

IBGE.(2004), *Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2004*. CD-ROM. Microdados. Rio de Janeiro.

IETS.(2004), *Indicadores PNAD 1992-2004*. Disponível em <http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=94> acesso em dezembro de 2005.

IPEA.(2005), *Radar social 2005*. Disponível em <www.ipea.gov.br> acesso em agosto de 2005.

KENNY, Michael.(1999), Marxism and regulation theory. In: GAMBLE, Andrew. et al. (editors). *Marxism and social science*. Urbana, University of Illinois Press.

MARKLUND, Staffan.(1990), Structures of modern poverty. *Acta Sociologica*, nº. 2.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. (2005), Desafios da heterogeneidade feminina no desenho das políticas sociais. In: Anpocs, Caxambu.

LAVINAS, Lena.(2002), Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. *Econômica*, v.4, nº. 1.

MARX, Karl. (1986), *A ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec.

_____.(1968), *O capital*. Livro 1, v. II. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MILIBAND, Ralph.(1999), Análise de classes. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora Unesp.

OLIVER, Melvin O; GRANT, David M.(2000), The persistence of poverty In a changing world. In: BLAUL, Judith R. (ed.). *The blacwell companion to sociology*. Oxford, Blacwell.

PELIANO, Ana Maria T. M.(1995), *O Comunidade Solidária: uma estratégia de combate à Fome e à Pobreza*. Brasília, Comunidade Solidária.

PNUD.(2004), *Relatório mundial de desenvolvimento humano*.

_____.(2003), *Relatório mundial de desenvolvimento humano*.

POCHMANN, Márcio.(2005), Ajuste fiscal, desajuste social. *Carta Social e do Trabalho*. Cesit. nº.2.

PROJETO FOME ZERO.(2001), *Instituto de Cidadania*. 3ª. versão.

REIS, Elisa P.(2000), Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.15, nº.42.

RESENDE, Luís Fernando de L.(2000), *Comunidade Solidária: uma Alternativa aos Fundos Sociais*. Brasília, IPEA.

ROCHA, Sônia.(2006), Alguns Aspectos Relativos à Evolução 2003-2004 da Pobreza e da Indigência no Brasil. Disponível em <www.iets.org.br> acesso em Agosto de 2006.

_____.(2005), *Pobreza no Brasil, afinal de que se trata?*. Rio de Janeiro, FGV.

_____.(2004), *Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda*. Disponível em < <http://www.anpec.org.br>> acesso em Dezembro de 2005.

ROSENBERG, Morris.(1976), *A lógica da análise do levantamento de dados*. São Paulo, Cultrix/USP.

SCALON, Maria Celi.(1998), Mapeando estratos: critérios para a escolha de uma classificação. *Dados*, v.41, nº2.

SEN, Amartya.(2006), Conceptualizing and measuring poverty. In: GRUSKY, David; KANBUR, Ravi. (Edited). *Poverty and inequality*. California, Stanford University Press.

_____.(2001a), *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro, Record.

_____.(2001b), Poor, Relatively Speaking. In: SUBRAMANIAN, S. (ed.). *Measurement of inequality and poverty*. New Dehli, Oxford University Press.

SIMMEL, Georg.(1998), *Simmel e a Modernidade*. Brasília, Editora UNB.

SOUZA, Jessé.(2005), Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. *Lua Nova*, 65.

TELLES, Edward.(2003), *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

TILLY, Charles.(2006), *Poverty and the politics of exclusion*. Background paper for World Bank Study: moving out poverty. Columbia University.

TUMIN, Melvin.(1970), *Estratificação social*. São Paulo, Pioneira.

WESOLOWSKI, Wlodzimierz; SLOMCZYNSKI, Kazimierz.(1996), Classe social In: *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

WRIGHT, Erik Olin.(2005), Foundations of a neo-Marxist class analysis. In: WRIGHT, Erik Olin. (ed.). *Approaches to class analysis*. Cambridge, University Press.

_____.(2003), Social class. In: RITZER, George.(org.). In: *Encyclopedia of social theory*. Sage Publications, 2003.

_____.(2002), *Class, race and gender*. Berkeley, University of California. Disponível em www.ssc.wisc.edu/~wright/298lectures.html. acesso em setembro de 2006.

_____.(1997), *Class counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.

_____.(1994), Class analysis of poverty. In: *Interrogating inequality: essays on class analysis, socialism and marxism*. London, Verso.

YASBEK, Maria Carmelita.(2004), O Programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo Perspectiva*, vol.18, nº.2.

Webgrafia

www.fomezero.gov.br

www.iets.org.br

www.ipea.gov.br

www.receita.fazenda.gov.br

Anexo 1

Tabela 1 – Linhas de Pobreza e Indigência

Período	Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza - (% população total)	Número de pessoas abaixo da linha de pobreza - Pessoa(milhões)	Proporção de pessoas abaixo da linha de indigência - (% população total)	Número de pessoas abaixo da linha de indigência - Pessoa(milhões)
1995	35,08	51,78	15,19	22,43
1996	34,72	51,79	15,63	23,31
1997	35,18	53,45	15,58	23,68
1998	33,97	52,07	14,52	22,26
1999	35,26	56,18	15,03	23,95
2000	-	-	-	-
2001	35,11	58,34	15,24	25,32
2002	34,34	57,48	13,95	23,35
2003	39,16	-	16,70	-
2004	33,57	59,43	13,13	23,24

Fonte: IPEA com base nas PNADs do IBGE.

Tabela 2 – Concentração de Renda (Coeficiente de Gini)

Período	Renda - desigualdade - coeficiente de Gini
1995	0,600
1996	0,602
1997	0,602
1998	0,600
1999	0,594
2000	-
2001	0,596
2002	0,589
2003	0,581
2004	0,572

Fonte: IPEA com base nas PNADs do IBGE.

Tabela 3 – Distribuição de Renda

Período	Parcela apropriada por 1% mais ricos - (% renda total)	Parcela apropriada por 10% mais ricos - (% renda total)	Parcela apropriada por 50% mais pobres - (% renda total)	Parcela apropriada por 20% mais pobres - (% renda total)
1995	13,81	47,85	12,35	2,31
1996	13,53	47,52	12,09	2,16
1997	13,78	47,67	12,12	2,21
1998	13,86	47,80	12,34	2,31
1999	13,24	47,27	12,69	2,41
2000	-	-	-	-
2001	13,90	47,44	12,58	2,32
2002	13,42	47,02	12,98	2,52
2003	12,72	46,10	13,36	2,62
2004	12,96	45,31	13,85	2,75

Fonte: IPEA com base nas PNADs do IBGE.

Tabela 4 – Renda Real Média de Cada Décimo da Distribuição no Brasil²

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2004* ¹
Primeiro	33	30	31	34	33	31	36	33	39	38
Segundo	76	74	75	78	77	77	81	77	86	85
Terceiro	114	113	114	118	114	116	119	115	125	123
Quarto	156	158	157	161	156	159	162	156	168	165
Quinto	206	210	209	212	205	209	212	204	218	215
Sexto	268	275	275	278	268	274	277	267	282	278
Sétimo	353	364	364	366	348	357	360	348	366	361
Oitavo	491	512	509	510	484	493	494	473	493	488
Nono	772	800	796	800	758	767	764	728	750	742
Décimo	2272	2302	2310	2351	2204	2249	2230	2070	2098	2080

Fonte: Elaborado pelo IETS com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

1 - A área rural da região norte do país, a exceção do estado de Tocantins passou a integrar a amostra em 2004.

Os resultados da coluna 2004* apresentam as estimativas para 2004 incorporando essa área.

2 - Valores expressos em Reais de 2004, utilizando o INPC para o deflacionamento.

Tabela 5 – Razão entre a Renda Apropriada pelos 10% mais ricos e os 10% mais pobres no Brasil.

ANOS	RAZÃO
1995	69,4
1996	77,1
1997	74,7
1998	69,7
1999	65,8
2000	–
2001	71,6
2002	61,7
2003	62,4
2004	54,4

Fonte: Adaptado da elaboração do IETS com base nas PNADs.

Anexo 2

2.1– Sintaxes de Construção da Classificação

1ª Etapa:

```
COMPUTE pobres = v4706 .
EXECUTE .
```

```
RECODE
pobres (9=3) (10=4) (11=5) (12=6) (13=7) (14=8) (1 thru 5=1)
(6 thru 8=2) .
EXECUTE .
```

```
VALUE LABELS pobres
1 "empregado"
2 "empregado domestico"
3 "conta-propria "
4 "empregador "
5 "trabalhador producao proprio consumo "
6 "trabalhador construcao proprio uso "
7 "nao remunerado "
8 "sem informacao " .
```

EMPREGADOR AGRÍCOLA

```
DO IF (V4808 = 1) .
RECODE
pobres (4=10) .
END IF .
EXECUTE .
```

EMPREGADOR NÃO-AGRÍCOLA

```
DO IF (V4808 = 2) .
RECODE
pobres (4=15) .
END IF .
EXECUTE .
```

CLASSE MÉDIA (composta por Especialista auto-empregados sem empregados; gerentes e especialistas)

1º passo: Especialista auto-empregado sem empregados

```
DO IF (ANY(v9906,2011,2012,2021,2111,2112,2121,2122,2124,2125,2131,2132,2133
,2134,2140,2141,2142,2143,2144,2145,2146,2147,2148,2149,2151,2152,2153,2211
,2221,2231,2232,2233,2234,2235,2236,2237,2321,2330,2340,2394,2410,2412,2419
,2421,2422,2511,2512,2513,2514,2515,2516,2521,2522,2524,2525,2531,2611,2614
,2616,2623,2624,2631,3411,3514,3515)).
RECODE
pobres (3=20) .
END IF .
EXECUTE .
```

2º passo: Gerente

DO IF (ANY(v9906,0401,0402,0403,0501,0502,0503,1111,1112,1113,1122,1123,
1130,1140,1210,1219,1220,1230,1310,1320,2423,2621,5201)).

RECODE

pobres (1=20) .

END IF .

EXECUTE .

3º passo: Especialista

DO IF (ANY(v9906,2011,2012,2021,2111,2112,2121,2122,2124,2125,2131,2132,2133
,2134,2140,2141,2142,2143,2144,2145,2146,2147,2148,2149,2151,2152,2153,2211
,2221,2231,2232,2233,2234,2235,2236,2237,2321,2330,2340,2394,2410,2412,2419
,2421,2422,2511,2512,2513,2514,2515,2516,2521,2522,2524,2525,2531,2611,2612,2614
,2616,2623,2624,2631,3411,3514,3515)).

RECODE

pobres (1=20) .

END IF .

EXECUTE .

CONTA PRÓPRIA AGRÍCOLA

DO IF (v4809 = 1) .

RECODE

pobres (3=30) .

END IF .

EXECUTE .

CONTA-PRÓPRIA NÃO-AGRÍCOLA CAPITALIZADO (com estabelecimento ou veículo
automotor)

DO IF (ANY(v9054,1,6)).

RECODE

pobres (3=35) .

END IF .

EXECUTE .

CONTA-PRÓPRIA NÃO-AGRÍCOLA COM QUALIFICAÇÃO (qualificado e sem estabelecimento)

DO IF (ANY(v9906,0411,0511,2123,2311,2312,2313,2391,2392,2523,2613,2615,2617,2622
,2625,2627,3311,3312,3313,3516,3517,3518,3911,3912,
4212,5111,5114,5172,7687,8110,9141,9142,0411,0511) | RANGE(v9906,3001,3313,3412,3513
,3523,3548,3711,3741,3764,3773)) .

RECODE

pobres (3=36) .

END IF .

EXECUTE .

EMPREGADOS QUALIFICADOS E SUPERVISORES

1º PASSO Empregado Qualificado

DO IF (ANY(v9906,0411,0511,2123,2311,2312,2313,2391,2392,2523,2613,2615,2617,2622
,2625,2627,3311,3312,3313,3516,3517,3518,3911,3912,
4212,5111,5114,5172,7687,8110,9141,9142,0411,0511) | RANGE(v9906,3001,3313,3412,3513
,3523,3548,3711,3741,3764,3773)) .

RECODE

pobres (1=40) .

END IF .

EXECUTE .

2º PASSO Supervisor

```
DO IF (ANY(v9906,4101,4102,4201,5101,5102,5103
,6201,7101,7102,7201,7202,7301,7401,7501,7502,7601,7602,7603,7604,7605,7606
,7701,8101,8102,8103,8201,8202,8301,8601,9101,9102,9109,9501,9502,9503,0412,0512) ).
RECODE
pobres (1=40) .
END IF .
EXECUTE .
```

TRABALHADOR FORMAL

(obs: inclui 9988=ocupacao mal definida)

```
DO IF (ANY(v9906,3522,4211,5112,
5198,7831,0413,0513,9988)
|RANGE(v9906,3321,3341,
3742,3763,
4110,4152,
4213,4241,
5131,5141,
5151,5171,
5173,5191,
5211,5243,
6410,6430,
7111,7113,
7121,7166,
7211,7257,
7311,7321,
7411,7421,
7519,7524,
7610,7686,
7711,7827,
7841,7842,
8111,8181,
8211,8281,
8311,8493,
8611,8711,
9111,9131,
9143,9193,
9511,9914) ).
RECODE
pobres (1=45) .
END IF .
EXECUTE .
```

TRABALHADOR INFORMAL (QUE NÃO CONTRIBUI PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL)

(obs: inclui 9988=ocupacao mal definida)

```
DO IF (ANY(v9906,3522,4211,5112,
5198,7831,0413,0513,9988) & V9059 = 3
|RANGE(v9906,3321,3341,
3742,3763,
4110,4152,
4213,4241,
5131,5141,
5151,5171,
5173,5191,
5211,5243,
6410,6430,
7111,7113,
```

7121,7166,
 7211,7257,
 7311,7321,
 7411,7421,
 7519,7524,
 7610,7686,
 7711,7827,
 7841,7842,
 8111,8181,
 8211,8281,
 8311,8493,
 8611,8711,
 9111,9131,
 9143,9193,
 9511,9914) & V9059 = 3) .
 RECODE
 pobres (45=46) .
 END IF .
 EXECUTE .

TRABALHADOR ELEMENTAR AGRÍCOLA

DO IF (ANY(v9906,6210,6229,6239,6301,6319,6329)) .
 RECODE
 pobres (1=50) .
 END IF .
 EXECUTE .

TRABALHADOR ELEMENTAR NÃO-AGRÍCOLA

DO IF (ANY(v9906,5142,5192,5199,7114,7170,7828,7832,
 9921,9922)) .
 RECODE
 pobres (1=55) .
 END IF .
 EXECUTE .

CONTA PRÓPRIA PRECÁRIO

(obs: incluído 9 = ignorado)

DO IF (ANY(v9054,3,4,5,7,8,9)) .
 RECODE
 pobres (3=60) .
 END IF .
 EXECUTE .

EMPREGADO DOMÉSTICO

RECODE pobres
 pobres (2=65) .
 EXECUTE .

TRABALHADOR NO AUTOCONSUMO (5=70) E TRABALHADOR NA PRÓPRIA CONSTRUÇÃO (6=75)

RECODE
 pobres (5=70) (6=75) .
 EXECUTE .

FORÇAS ARMADAS 25

```
DO IF (ANY(v9906,0100,0200,0300)) .  
RECODE  
pobres (1=25) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

SEM DECLARAÇÃO

```
DO IF (ANY(v9906,9999)) .  
RECODE  
pobres (1=SYSMIS) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

CLASSIFICAÇÃO DOS NÃO-OCUPADOS

APOSENTADOS DO GOVERNO 80

```
DO IF (V1251 = 1) .  
RECODE  
pobres (MISSING=80) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

APOSENTADOS DE OUTROS TIPOS 81

```
DO IF (V1257 = 3) .  
RECODE  
pobres (MISSING=81) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

PENSIONISTAS DO GOVERNO 82

```
DO IF (V1254 = 2) .  
RECODE  
pobres (MISSING=82) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

PENSIONISTAS DE OUTROS TIPOS 83

```
DO IF (V1260 = 4) .  
RECODE  
pobres (MISSING=83) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

RENDA DE ALUGUEL 84

```
DO IF (V1266 = 6) .  
RECODE  
pobres (MISSING=84) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

DOAÇÃO DE NÃO-MORADOR 85

```
DO IF (V1269 = 7) .  
RECODE  
pobres (MISSING=85) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

RECEBE JUROS DE CADERNETA OU OUTROS RENDIMENTOS

```
DO IF (V1272 = 8) .  
RECODE  
pobres (SYSMIS=86) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

AUXILIO GÁS

```
DO IF (V2003 = 1) .  
RECODE  
pobres (SYSMIS=87) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

BOLSA-FAMÍLIA

```
DO IF (V2005 = 1) .  
RECODE  
pobres (SYSMIS=88) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

CARTÃO-ALIMENTAÇÃO DO FOME ZERO

```
DO IF (V0620 = 2) .  
RECODE  
pobres (SYSMIS=89) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

BOLSA ALIMENTAÇÃO

```
DO IF (V2007 = 1) .  
RECODE  
pobres (SYSMIS=90) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

BPC-LOAS (BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA)

```
DO IF (V2009 = 1 | V2011 = 1) .  
RECODE  
pobres (SYSMIS=91) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

BOLSA-ESCOLA

```
DO IF (V2012 = 2) .  
RECODE  
pobres (SYSMIS=92) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

PETI (PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL)

```
DO IF (V2014 = 2) .  
RECODE  
pobres (SYSMIS=93) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

ALGUM OUTRO PROGRAMA MUNICIPAL, FEDERAL OU ESTADUAL

```
DO IF (V1600 = 2) .  
RECODE  
pobres (SYSMIS=94) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

DESEMPREGADOS 95

```
DO IF (V9115 = 1 | V9116 = 2 | 9117 = 1 | V9118 = 2) .  
RECODE  
pobres (SYSMIS=95) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

NÃO-REMUNERADOS 96 (SOMENTE PARA MUDAR NÚMERO)

```
RECODE  
pobres (7=96) .  
EXECUTE .
```

AFAZERES DOMÉSTICOS 97

```
DO IF (V9121=1) .  
RECODE  
pobres (MISSING=97) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

ESTUDANTES 98

```
DO IF (V0602 = 2) .  
RECODE  
pobres (MISSING=98) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

SEM ATIVIDADE OU SEM DECLARAÇÃO

```
RECODE
```

pobres (SYSMIS=99) .
EXECUTE .

OPERAÇÃO PARA NOMEAR AS CATEGORIAS

*Define Variable Properties.
*pobres.

VALUE LABELS pobres
10 'EMPREGADOR AGRÍCOLA'
15 'EMPREGADOR NÃO-AGRÍCOLA'
20 'CLASSE MÉDIA'
25 'FORÇAS ARMADAS'
30 'CONTA PRÓPRIA AGRÍCOLA'
35 'CONTA PRÓPRIA NÃO-AGRÍCOLA CAPITALIZADO'
36 'CONTA PRÓPRIA NÃO-AGRÍCOLA COM QUALIFICAÇÃO'
40 'EMPREGADOS QUALIFICADOS E SUPERVISORES'
45 'TRABALHADOR FORMAL'
46 'TRABALHADOR INFORMAL'
50 'TRABALHADOR ELEMENTAR AGRÍCOLA'
55 'TRABALHADOR ELEMENTAR NÃO-AGRÍCOLA'
60 'CONTA PRÓPRIA PRECÁRIO'
65 'EMPREGADO DOMÉSTICO'
70 'TRABALHADOR NO AUTOCONSUMO'
75 'TRABALHADOR NA PRÓPRIA CONSTRUÇÃO'
80 'APOSENTADORIA INSS OU GOVERNO FEDERAL'
81 'APOSENTADORIA DE OUTRO TIPO'
82 'PENSÃO INSS OU GOVERNO FEDERAL'
83 'PENSÃO DE OUTRO TIPO'
84 'RECEBE ALUGUEL'
85 'DOAÇÃO DE NÃO-MORADOR'
86 'JUROS DE CADERNETA OU OUTROS RENDIMENTOS'
87 'AUXÍLIO-GÁS'
88 'BOLSA-FAMÍLIA'
89 'CARTÃO-ALIMENTAÇÃO DO FOME ZERO'
90 'BOLSA-ALIMENTAÇÃO'
91 'BPC-LOAS'
92 'BOLSA-ESCOLA'
93 'PETI'
94 'OUTRO PROGRAMA'
95 'DESEMPREGADO'
96 'NÃO-REMUNERADO'
97 'AFAZERES DOMÉSTICOS'
98 'ESTUDANTES'
99 'SEM ATIVIDADE' .

EXECUTE.

2ª Etapa:

APOSENTADOS E PENSIONISTAS FEDERAL 80

RECODE
pobres (82=80) .
EXECUTE .

APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE OUTROS TIPOS 81

RECODE
pobres (83=81) .
EXECUTE .

RENTISTA (RECEBE ALUGUEL) 82

RECODE
pobres (84=82) .
EXECUTE .

DEPENDENTE DE DOAÇÃO DE NÃO-MORADOR 83

RECODE
pobres (85=83) .
EXECUTE .

BENEFICIÁRIO DE OUTROS RENDIMENTOS

RECODE
pobres (86=84) .
EXECUTE .

DEPENDENTE DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA

RECODE
pobres (87 thru 90=85) .
EXECUTE .

RECODE
pobres (92 thru 94=85) .
EXECUTE .

BENEFICIÁRIO DE BPC-LOAS (DIREITO)

RECODE
pobres (91=86) .
EXECUTE .

REstante: DESEMPREGADO, NÃO REMUNERADO, AFAZERES DOMESTICOS E ESTUDANTES

RECODE
pobres (95=87) (96=88) (97=89) (98=90) .
EXECUTE .

OPERAÇÃO PARA NOMEAR AS CATEGORIAS

*Define Variable Properties.
*pobres.

VALUE LABELS pobres
10 'EMPREGADOR AGRÍCOLA'
15 'EMPREGADOR NÃO-AGRÍCOLA'
20 'CLASSE MÉDIA ASSALARIADA'
25 'FORÇAS ARMADAS'
30 'CONTA PRÓPRIA AGRÍCOLA'
35 'CONTA PRÓPRIA NÃO-AGRÍCOLA CAPITALIZADO'

36 'CONTA PRÓPRIA NÃO-AGRÍCOLA COM QUALIFICAÇÃO'
 40 'EMPREGADOS QUALIFICADOS E SUPERVISORES'
 45 'TRABALHADOR FORMAL'
 46 'TRABALHADOR INFORMAL'
 50 'TRABALHADOR ELEMENTAR AGRÍCOLA'
 55 'TRABALHADOR ELEMENTAR NÃO-AGRÍCOLA'
 60 'CONTA PRÓPRIA PRECÁRIO'
 65 'EMPREGADO DOMÉSTICO'
 70 'TRABALHADOR NO AUTOCONSUMO'
 75 'TRABALHADOR NA PRÓPRIA CONSTRUÇÃO'
 80 'APOSENTADO OU PENSIONISTA FEDERAL'
 81 'APOSENTADO OU PENSIONISTA DE OUTROS TIPOS'
 82 'RENTISTA (RECEBE ALUGUEL)'
 83 'DEPENDENTE DE DOAÇÃO DE NÃO-MORADOR'
 84 'BENEFICIÁRIO DE OUTROS RENDIMENTOS'
 85 'PESSOA DE DOMICÍLIO DEPENDENTE DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA'
 86 'PESSOA DE DOMICÍLIO BENEFICIÁRIO DE BPC-LOAS'
 87 'DESEMPREGADOS'
 88 'NÃO-REMUNERADO'
 89 'AFAZERES DOMÉSTICOS'
 90 'ESTUDANTES'
 99 'SEM ATIVIDADE OU SEM DECLARAÇÃO' .

EXECUTE.

2.2 – Alimentação da Variável Linha de Pobreza

BELÉM POBRE

```

DO IF (UF = 15 & V4727 = 1 & V4621 <= 142.86) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
  
```

BELÉM NÃO POBRE

```

DO IF (UF = 15 & V4727 = 1 & V4621 > 142.86) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
  
```

RONDÔNIA URBANA POBRE

```

DO IF (UF = 11 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 124.53) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
  
```

RONDÔNIA URBANA NÃO POBRE

```

DO IF (UF = 11 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 124.53) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
  
```

RONDÔNIA RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 11 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 62.47) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

Rondônia Rural Não Pobre

```
DO IF (UF = 11 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 62.47) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

Acre Urbano Pobre

```
DO IF (UF = 12 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 124.53) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

Acre Urbano Não Pobre

```
DO IF (UF = 12 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 124.53) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

Acre Rural Pobre

```
DO IF (UF = 12 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 62.47) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

Acre Urbano Não Pobre

```
DO IF (UF = 12 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 62.47) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

Amazonas Urbano Pobre

```
DO IF (UF = 13 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 124.53) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

Amazonas Urbano Não Pobre

```
DO IF (UF = 13 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 124.53) .
RECODE
```

```
    VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

AMAZONAS RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 13 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 62.47) .  
RECODE  
    VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

AMAZONAS RURAL NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 13 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 62.47) .  
RECODE  
    VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

RORAIMA URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 14 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 < 124.53) .  
RECODE  
    VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

RORAIMA URBANO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 14 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 124.53) .  
RECODE  
    VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

RORAIMA RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 14 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 62.47) .  
RECODE  
    VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

RORAIMA RURAL NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 14 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 62.47) .  
RECODE  
    VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

PARÁ URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 15 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 124.53) .  
RECODE  
    VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .
```

EXECUTE .

PARÁ URBANO NÃO POBRE

DO IF (UF = 15 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 124.53) .

RECODE

VLPOBRE (SYSMIS=0) .

END IF .

EXECUTE .

PARÁ RURAL POBRE

DO IF (UF = 15 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 62.47) .

RECODE

VLPOBRE (SYSMIS=1) .

END IF .

EXECUTE .

PARÁ RURAL NÃO POBRE

DO IF (UF = 15 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 62.47) .

RECODE

VLPOBRE (SYSMIS=0) .

END IF .

EXECUTE .

AMAPÁ URBANO POBRE

DO IF (UF = 16 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 124.53) .

RECODE

VLPOBRE (SYSMIS=1) .

END IF .

EXECUTE .

AMAPÁ URBANO NÃO POBRE

DO IF (UF = 16 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 124.53) .

RECODE

VLPOBRE (SYSMIS=0) .

END IF .

EXECUTE .

AMAPÁ RURAL POBRE

DO IF (UF = 16 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 62.47) .

RECODE

VLPOBRE (SYSMIS=1) .

END IF .

EXECUTE .

AMAPÁ RURAL NÃO POBRE

DO IF (UF = 16 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 62.47) .

RECODE

VLPOBRE (SYSMIS=0) .

END IF .

EXECUTE .

TOCANTINS URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 17 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 124.53) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

TOCANTINS URBANO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 17 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 124.53) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

TOCANTINS RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 17 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 62.47) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

TOCANTIS RURAL NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 17 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 62.47) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

FORTALEZA POBRE

```
DO IF (UF = 23 & V4727 = 1 & V4621 <= 140.35) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

FORTALEZA NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 23 & V4727 = 1 & V4621 > 140.35) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

RECIFE POBRE

```
DO IF (UF = 26 & V4727 = 1 & V4621 <= 199.81) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

RECIFE NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 26 & V4727 = 1 & V4621 > 199.81) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
```

END IF .
EXECUTE .

SALVADOR POBRE

DO IF (UF = 29 & V4727 = 1 & V4621 <= 181.19) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

SALVADOR NÃO POBRE

DO IF (UF = 29 & V4727 = 1 & V4621 > 181.19) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

MARANHÃO URBANO POBRE

DO IF (UF = 21 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 122.62) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

MARANHÃO URBANO NÃO POBRE

DO IF (UF = 21 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 122.62) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

MARANHÃO RURAL POBRE

DO IF (UF = 21 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 73.96) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

MARANHÃO RURAL NÃO POBRE

DO IF (UF = 21 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 73.96) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

PIAUI URBANO POBRE

DO IF (UF = 22 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 122.62) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

PIAUÍ URBANO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 22 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 122.62) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

PIAUÍ RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 22 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 73.96) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

PIAUÍ RURAL NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 22 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 73.96) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

CEARÁ URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 23 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 122.62) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

CEARÁ URBANO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 23 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 122.62) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

CEARÁ RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 23 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 73.96) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

CEARÁ RURAL NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 23 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 73.96) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

RIO GRANDE DO NORTE URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 24 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 122.62) .
RECODE
```

```

    VLPOBRE (SYSMIS=1) .
  END IF .
EXECUTE .

```

RIO GRANDE DO NORTE URBANO NÃO POBRE

```

DO IF (UF = 24 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 122.62) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

```

RIO GRANDE DO NORTE RURAL POBRE

```

DO IF (UF = 24 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 73.96) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

```

RIO GRANDE DO NORTE RURAL NÃO POBRE

```

DO IF (UF = 24 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 73.96) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

```

PARAÍBA URBANA POBRE

```

DO IF (UF = 25 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 122.62 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

```

PARAÍBA URBANA NÃO POBRE

```

DO IF (UF = 25 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 122.62 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

```

PARAÍBA RURAL POBRE

```

DO IF (UF = 25 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 73.96 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

```

PARAÍBA RURAL NÃO POBRE

```

DO IF (UF = 25 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 73.96 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

```


PERNAMBUCO URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 26 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 122.62 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

PERNAMBUCO URBANO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 26 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 122.62 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

PERNAMBUCO RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 26 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 73.96 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

PERNAMBUCO RURAL NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 26 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 73.96 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

ALAGOAS URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 27 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 122.62 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

ALAGOAS URBANO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 27 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 122.62 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

ALAGOAS RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 27 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 73.96 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

ALAGOAS RURAL NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 27 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 73.96 ) .
```

```
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

SERGIPE URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 28 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 122.62) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

SERGIPE URBANO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 28 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 122.62) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

SERGIPE RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 28 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 73.96) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

SERGIPE RURAL NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 28 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 73.96) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

BAHIA URBANA POBRE

```
DO IF (UF = 29 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 122.62) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

BAHIA URBANA NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 29 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 122.62) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

BAHIA RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 29 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 73.96) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

BAHIA RURAL NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 29 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 73.96) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

BELO HORIZONTE POBRE

```
DO IF (UF = 31 & V4727 = 1 & V4621 <= 175.24) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

BELO HORIZONTE NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 31 & V4727 = 1 & V4621 > 175.24) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

RIO DE JANEIRO POBRE

```
DO IF (UF = 33 & V4727 = 1 & V4621 <= 209.78) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

RIO DE JANEIRO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 33 & V4727 = 1 & V4621 > 209.78) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

SÃO PAULO POBRE

```
DO IF (UF = 35 & V4727 = 1 & V4621 <= 250.79) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

SÃO PAULO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 35 & V4727 = 1 & V4621 > 250.79) .  
RECODE  
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .  
END IF .  
EXECUTE .
```

MINAS GERAIS URBANA POBRE

```
DO IF (UF = 31 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 117.82) .
```

```

RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

```

MINAS GERAIS URBANA NÃO POBRE

```

DO IF (UF = 31 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 117.82) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

```

MINAS GERAIS RURAL POBRE

```

DO IF (UF = 31 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 69.75) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

```

MINAS GERAIS RURAL NÃO POBRE

```

DO IF (UF = 31 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 69.75) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

```

ESPIRITO SANTO URBANO POBRE

```

DO IF (UF = 32 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 117.82) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

```

ESPIRITO SANTO URBANO NÃO POBRE

```

DO IF (UF = 32 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 117.82) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

```

ESPIRITO SANTO RURAL POBRE

```

DO IF (UF = 32 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 69.75) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

```

ESPIRITO SANTO RURAL NÃO POBRE

```

DO IF (UF = 32 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 69.75) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .

```

EXECUTE .

RIO DE JANEIRO URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 33 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 130.52 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

RIO DE JANEIRO URBANO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 33 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 130.52 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

RIO DE JANEIRO RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 33 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 95.28 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

RIO DE JANEIRO RURAL NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 33 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 95.28 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

SÃO PAULO URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 35 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 160.25 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

SÃO PAULO URBANO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 35 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 160.25 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

SÃO PAULO RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 35 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 100.82 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

SÃO PAULO RURAL NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 35 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 100.82 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

CURITIBA POBRE

```
DO IF (UF = 41 & V4727 = 1 & V4621 <= 168.54) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

CURITIBA NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 41 & V4727 = 1 & V4621 > 168.54) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

PORTO ALEGRE POBRE

```
DO IF (UF = 43 & V4727 = 1 & V4621 <= 132.28) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

PORTO ALEGRE NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 43 & V4727 = 1 & V4621 > 132.28) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

PARANÁ URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 41 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 112.96) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

PARANÁ URBANO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 41 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 112.96) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

PARANÁ RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 41 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 76.15) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
```

END IF .
EXECUTE .

PARANÁ RURAL NÃO POBRE

DO IF (UF = 41 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 76.15) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

SANTA CATARINA URBANA POBRE

DO IF (UF = 42 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 112.96) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

SANTA CATARINA URBANA NÃO POBRE

DO IF (UF = 42 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 112.96) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

SANTA CATARINA RURAL POBRE

DO IF (UF = 42 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 76.15) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

SANTA CATARINA RURAL NÃO POBRE

DO IF (UF = 42 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 76.15) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

RIO GRANDE DO SUL URBANO POBRE

DO IF (UF = 43 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 112.96) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .

RIO GRANDE DO SUL URBANO NÃO POBRE

DO IF (UF = 43 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 112.96) .
RECODE
VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .

RIO GRANDE DO SUL RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 43 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 76.15) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

RIO GRANDE DO SUL RURAL NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 43 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 76.15) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

BRASÍLIA POBRE

```
DO IF (UF = 53 & V4727 = 1 & V4621 <= 240.15) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

BRASÍLIA NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 53 & V4727 = 1 & V4621 > 240.15) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

GOIÁS URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 52 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 169.69) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

GOIÁS URBANO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 52 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 169.69) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

GOIÁS RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 52 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 97.46) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

GOIÁS RURAL NÃO POBRE


```
DO IF (UF = 52 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 97.46) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

M. GROSSO DO SUL URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 50 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 169.69) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

M. GROSSO DO SUL URBANO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 50 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 169.69) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

M. GROSSO DO SUL RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 50 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 97.46) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

M. GROSSO DO SUL RURAL NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 50 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 97.46) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

M. GROSSO URBANO POBRE

```
DO IF (UF = 51 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 <= 169.69) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
EXECUTE .
```

M. GROSSO URBANO NÃO POBRE

```
DO IF (UF = 51 & ANY(V4728,1,2,3) & V4621 > 169.69) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=0) .
END IF .
EXECUTE .
```

M. GROSSO RURAL POBRE

```
DO IF (UF = 51 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 <= 97.46 ) .
RECODE
  VLPOBRE (SYSMIS=1) .
END IF .
```

EXECUTE .

M. GROSSO RURAL NÃO POBRE

DO IF (UF = 51 & ANY(V4728,4,5,6,7,8) & V4621 > 97.46) .

RECODE

VLPOBRE (SYSMIS=0) .

END IF .

EXECUTE .

2.3 – Sintaxes das Variáveis Moduladoras

AGREGAÇÃO DAS POSIÇÕES DE EMPREGADORES ATÉ FORÇAS ARMADAS PARA ESTRATIFICAÇÃO

RECODE

Posição (10 thru 25=10) .

EXECUTE .

CRIAÇÃO DA VARIÁVEL RAÇA 2 BRANCO E 4 NÃO-BRANCO

RECODE

V0404

(6=2) (8=4) (0=4) (4=4) (2=2) INTO Raça .

EXECUTE .

IDADE

RECODE

V8005

(0 thru 14=1) (15 thru 25=15) (26 thru 54=26) (55 thru Highest=55) INTO Idade3 .

EXECUTE .

Anexo 3

Valor das Linhas de Pobreza e de Indigência (Valores per capita/por mês) – Setembro de 2004.

Regiões e Estratos	Indigência	Pobreza
Norte		
Belém	47,03	142,86
Urbano	46,29	124,53
Rural	30,81	62,47
Nordeste		
Fortaleza	48,84	140,35
Recife	60,92	199,81
Salvador	58,15	181,19
Urbano	42,21	122,62
Rural	36,67	73,96
Minas Gerais/Espírito Santo		
Belo Horizonte	51,79	175,24
Urbano	44,64	117,82
Rural	35,81	69,75
Rio de Janeiro		
Metrópole	67,53	209,78
Urbano	49,02	130,52
Rural	38,71	95,28
São Paulo		
Metrópole	66,64	250,79
Urbano	54,39	160,25
Rural	42,77	100,82
Sul		
Curitiba	47,83	168,54
Porto Alegre	51,72	132,28
Urbano	45,04	112,96
Rural	35,52	76,15
Centro-Oeste		
Brasília	54,62	240,15
Goiânia	53,52	222,86
Urbano	46,57	169,69
Rural	35,06	97,46

Fonte: Rocha, Sônia (2006).